



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO, CULTURA E SOCIEDADE

Maria Lucirene Sousa Callou

**INSTITUIÇÃO PIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS: Assistência e
Educação de Crianças Pobres, Órfãs e Abandonadas em Belém (1943-1975)**



Belém
2016

Maria Lucirene Sousa Callou

**INSTITUIÇÃO PIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS: Assistência e
Educação de Crianças Pobres, Órfãs e Abandonadas em Belém (1943-1975)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Pará, linha de pesquisa Educação, Cultura e Sociedade, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Laura Maria Silva Araújo Alves.

Área de concentração: Educação

Belém
2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Callou, Maria Lucirene Sousa, 1987-

Instituição Pia Nossa Senhora das Graças:
assistência e educação de crianças pobres, órfãs e
abandonadas em Belém (1943-1975) / Maria Lucirene Sousa
Callou. - 2016.

Orientadora: Laura Maria Silva Araújo Alves.

Dissertação (Mestrado) - Universidade
Federal do Pará, Instituto de Ciências da
Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação,
Belém, 2016.

1. Sociologia da educação - Belém (PA). 2.
Crianças - Assistência em instituições - Belém
(PA). 3. Educação de crianças. 4. Crianças
pobres - Educação - Belém (PA). 5. Órfãos -
Educação - Belém (PA). I. Título.

CDD 22. ed. 370.115098115

Maria Lucirene Sousa Callou

**Instituição Pia Nossa Senhora das Graças: Assistência e Educação de Crianças Pobres,
Órfãs e Abandonadas em Belém (1943-1975)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Pará, linha de pesquisa Educação, Cultura e Sociedade, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação

Profa. Dra. Laura Maria Silva Araújo Alves - UFPA (Orientadora)

Prof. Dr. Damião Bezerra Oliveira –UFPA (Membro da Banca e Examinador Interno)

Dra. Maria do Perpétuo Socorro G. de Souza Avelino de França - UEPA (Membro da Banca e Examinadora Externa)

Belém, 29 de março de 2016.

Dedico este trabalho a todas as meninas filhas da pobreza, que foram amparadas e educadas pela Instituição Pia Nossa Senhora das Graças e que fizeram parte da construção dessa história na Amazônia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vitória a mim concedida nessa árdua e intensa caminhada. À Rossilene Guzzo, atual presidente da Instituição, que me concedeu autorização para realização da pesquisa. À Vera, secretária da Instituição, que me recebeu e com quem passei muitas manhãs e tardes na busca dos documentos no arquivo.

À minha querida orientadora Profa. Laura Maria Silva Araújo Alves, que acreditou e apostou em mim enquanto pesquisadora. Obrigada por ter embarcado comigo nesse sonho e ter me orientado neste projeto de vida. Obrigada pelos conhecimentos que pude adquirir durante a construção da pesquisa e pelas contribuições que vieram a somar no meu enriquecimento profissional, acadêmico e pessoal.

À minha linda família pelo aconchego, força, compreensão e incentivo, em especial meus pais Lúcia Callou e Francisco Callou, que me estimularam e me acompanharam desde muito criança em minha vida escolar e profissional, a todo momento ensinando e me conduzindo nos caminhos da vida. A Rodrigo Lima, pessoa especial que Deus colocou em minha vida e que também me deu força e carinho nesta caminhada.

Aos amigos da família ECOS, em especial Welington Pinheiro, Socorro Lima e Jacqueline Guimarães, pelo apoio e amizade nos momentos de pesquisa e descontração, meu abraço fraterno a vocês.

Aos professores Maria do Perpétuo Socorro G. de Souza Avelino de França e Damião Bezerra Oliveira pelas valiosas contribuições na Qualificação.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação pela oportunidade de cursar o Mestrado em Educação.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Educação, pelos conhecimentos a mim possibilitados nos momentos de estudos.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo identificar e analisar a relevância assistencial, filantrópica e educativa da *Instituição Pia Nossa Senhora das Graças* no atendimento às crianças pobres, órfãs e abandonadas em Belém. Para tal pretende-se: 1) Identificar e analisar a finalidade política, educacional e religiosa da IPNSG; 2) Destacar as práticas educativas e de assistência voltadas ao atendimento à infância pobre; 3) Relacionar quais as ações de parceria a IPNSG realizou para se manter ativa na assistência e educação de crianças; 4) Caracterizar o perfil das crianças atendidas na IPNSG; O estudo localiza-se no campo da história das instituições educativas, onde será analisado pelo viés da História Cultural de Roger Chartier, que vê as relações sociais por meio das Práticas e Representações. A pesquisa é documental, utilizou-se como fontes históricas os Recortes de Jornais, Atas da Instituição, Balancetes, Estatutos, Relatórios, Fichas de Admissão das Crianças, Fotografias e Testamento de Ilda Martins, que tratavam sobre a Instituição. Após mapear o teor dos assuntos tratados nos documentos, elegeram-se as seguintes categorias de análise para esse estudo: *Instituição, Infância, Assistência, Educação e Internato*. A origem da IPNSG se dá com a criação da Associação da Juventude Antoniana (1943 a 1949), ligada a Ordem dos Frades Menores Capuchinhos e transforma-se em instituição no ano de 1950. A instituição promoveu muitas campanhas religiosas e tentativas de angariar recursos para a construção da Casa da Criança Pobre em Belém. Constatou-se que a partir de 1959 ocorre o atendimento de crianças em regime de internato e concluem-se as obras do prédio em 1961. Inicialmente a instituição atendia meninos e meninas de diversas idades, ofertava-se educação primária, ensinamentos religiosos cristãos, amparo material e educação doméstica somente para as meninas. Identificamos que a Instituição para se manter viva teve como principais convênios as parcerias com Secretaria de Educação, LBA, FBESP, FUNABEM, FUNPAPA, políticos e empresários. A partir de 1967 o atendimento em regime de internato é destinado somente às meninas e externato a ambos os sexos, ofertava-se o ensino primário, educação doméstica, amparo espiritual e material. A instituição surgiu em um período crítico em Belém, onde a saúde pública era precária e a pobreza era condição social recorrente entre as famílias belenenses. Assim, entre muitas famílias o internato era a solução para que as crianças pobres recebessem proteção e educação. A Instituição Pia Nossa Senhora das Graças baseada na doutrina cristã amparou, educou e protegeu crianças do abandono, da orfandade e da pobreza. Palavras-chave: História da Instituição. História da Infância. Assistência e Educação. Internato.

ABSTRACT

This research aims to identify and analyze the relevance assistance, philanthropic and educational of the *Instituição Pia Nossa Senhora das Graças* in attendance poor children, orphans and abandoned in Belém. For this is intended to: 1). Identify and analyze the purpose political, educational and the religious IPNSG; 2) Highlight the educational practices and assistance for the attendance poor childhood; 3) Relate the partnership actions that the institution held to remain active in the assistance and education of children's.; 4) Characterize the profile of children seen in IPNSG; The study is located in the field of history of the educational institution, it will be reviewed by the bias of Cultural History of Roger Chartier, who sees social relations through practices and representations. The research is documentary, was used as historical sources clippings newspapers, minutes of the institution, balance sheets, statutes, reports, children admission sheets, photos and testament of Ilda Martins, who treated on the institution. After mapping the content of the matters discussed in the documents, the following categories of analysis for this study were elected: Institution, Childhood, Assistance, Education and boarding school. The origin of IPNSG happens with the creation of Antoniana Youth Association (1943-1949), linked to the Order of Friars Minor Capuchins and becomes institution in 1950. The institution promoted many religious campaigns and attempted to raise funds for the construction of the poor child's home in Belém. It was found that from as 1959 start attendance of children in boarding school and finished the construction of the building in 1961. Initially the institution assisted boys and girls of different ages, gave primary education, Christian religious teachings, shelter materials and household education only for girls. We found that the institution remained active partnerships with Department of Education, LBA, FBESP, FUNABEM, FUNPAPA, politicians and businessmen. From 1967 onwards, the service in boarding is meant only to girls and day school for both sexes, was offered primary education, household education, spiritual support and material. The institution came at a critical time in Belem, where public health was precarious and poverty was recurrent social condition among resident families in the city Belém. Like this, the boarding school for many families was the solution to that poor children receive protection and education The *Instituição Pia Nossa Senhora das Graças* based on Christian doctrine, worked for educate and protect children of the abandonment, orphanhood and poverty.

Keywords: History of the Institution. History of the Childhood. Assistance and Education. Boarding School.

Lista de Imagens

Imagem 1 - Recanto dos Missionários Capuchinhos.....	74
Imagem 2 - Criação da Associação da Juventude Antoniana.....	77
Imagem 3 - 4.000 menores abandonados perambulam em nossa capital.....	79
Imagem 4 - Campanha do Centavo.....	84
Imagem 5 - Construção, em nossa capital, da casa da criança desamparada.....	84
Imagem 6 -Estatuto da IPNSG de 1952.....	90
Imagem 7 - Estatuto da IPNSG de 1952.....	90
Imagem 8 - Desprovida de recursos a instituição de amparo a menores.....	93
Imagem 9 - Regulamento de 1961 transcrito.....	98
Imagem 10 - Distribuições dos serviços entre as internas, conforme as idades.....	99
Imagem 11 - Longo abandono das escolas cria ambiente de dissolução de valores.....	101
Imagem 12 - Frade de barba e motoneta ergue uma escola em menos de um ano sem ajuda oficial	102
Imagem 13 - Infância abandonada é passo inicial para a delinquência.....	104
Imagem 14 - Trecho de uma entrevista.....	105
Imagem 15 - amparo as crianças.....	106
Imagem 16 - Você pode ajudar estas crianças!.....	107
Imagem 17 - Campanha da empresa Nestlé.....	108
Imagem 18 - Encerrou-se ontem na “Marajoara” o campeonato colegial Guarasuco.....	109
Imagem 19 - Campanha Chá das 5, hoje, somando elegância com filantropia.....	110
Imagem 20 - São criancinhas desamparadas que necessitam de sua ajuda!.....	111
Imagem 21 - Ficha de matrícula.....	113
Imagem 22 - Ficha de matrícula.....	114
Imagem 23 - Programa Alimentos para a paz.....	117
Imagem 24 - Acréscimo de mães das internas nas atividades da Instituição.....	118
Imagem 25 - Relação dos trabalhos em Patchuli da L.B.A.....	119
Imagem 26 - Plano de cursos avulsos em 1967.....	119
Imagem 27 - Álbum de fotografias de 1962. Frente em madeira e no interior aberto.....	120
Imagem 28 - Internas no Salão de Trabalhos Manuais, praticando corte e costura na Escola Doméstica da Instituição.....	121
Imagem 29 - Alunas internas em exposição dos Trabalhos Manuais do curso de corte e costura.....	121

Imagem 30 - Alunas internas no curso prático de Arte-Culinária, 1962.....	122
Imagem 31 - Legião Brasileira de Assistência colabora com esta Instituição, 1962.....	123
Imagem 32 - Estatuto de 1967.....	123
Imagem 33 - Relatório de trabalho para solicitação do convênio com a L.B.A	124
Imagem 34 - Relatório de trabalho para solicitação do convênio com a L.B.A.....	125
Imagem 35 - Relatório de trabalho para solicitação do convênio com a L.B.A.....	125
Imagem 36 - Internas na 1ª comunhão.....	126
Imagem 37 - Convênio de 08/05/1974, entre a Fundação Papa João XXIII e IPNSG, fragmento sobre a responsabilidade da IPNSG.....	127
Imagem 38 - Acréscimo de mães das internas nas atividades da Instituição.....	131
Imagem 39 - Projeto de solicitação de auxílio a FBESP em 1967.....	132

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Relação quantidade de crianças atendidas e idade..... .115

Lista de Quadros

Quadro 1 - Constituição da Primeira Diretoria - 1950-1953..... 86

Quadro 2 - Presidentes do período de 1950 a 1996..... 86

Lista de Siglas

Departamento Nacional da Criança - DNCR

Fundação Nacional do Bem Estar do Menor - FUNABEM

Fundação do Bem Estar Social do Pará – FBESP

Fundação Nacional Papa João XXIII - FUNPAPA

Instituição Pia Nossa Senhora das Graças - IPNSG

Legião Brasileira de Assistência - LBA

Serviço de Apoio ao Menor – SAM

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Motivação do estudo.....	14
1.2 Questões norteadoras.....	16
1.3 Estado da arte.....	18
1.4 Iniciando a constituição do corpus.....	25
1.5 A pesquisa com documentos.....	27
1.6 A análise do corpus.....	30
1.7 Organização do texto.....	34
2 A INFÂNCIA DESVALIDA COMO PROBLEMA SOCIAL NO BRASIL.....	36
2.1 A criação de instituições de educação e assistência à infância no Brasil entre os séculos XIX e XX.....	38
2.2 O internato como modelo asilar para a infância pobre na metade do século XIX e meados do século XX.....	44
2.3 Transição do atendimento à infância pobre: da caridade como chave para céu à responsabilização do estado.....	50
2.4 Instituições para o atendimento da infância pobre em Belém do Pará.....	62
3 INSTITUIÇÃO PIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS: ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO À INFÂNCIA POBRE EM BELÉM DO PARÁ (1943-1975).....	70
3.1 A origem da Associação da Juventude Antoniana: as ações caritativas dos frades capuchinhos em Belém do Pará.....	72
3.2 Instituição Pia Nossa Senhora das Graças.....	85
4 A CRIAÇÃO DO INTERNATO DA INSTITUIÇÃO PIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS: ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO AS CRIANÇAS POBRES, ÓRFÃS E ABANDONADAS EM BELÉM DO PARÁ.....	93
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
FONTES DOCUMENTAIS.....	138
REFERÊNCIAS.....	143

1 INTRODUÇÃO

Internas da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças apresentando, no Salão de Trabalhos Manuais, as peças de corte e costura produzidas na Escola Doméstica da Instituição, 1962.



Fonte: Álbum de 1962, arquivo da Instituição.

1.1 Motivação do estudo

A presente dissertação tem como objetivo identificar e analisar a relevância assistencial, filantrópica e educativa da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, no atendimento às crianças pobres, órfãs e abandonadas em Belém, no período histórico de 1943 a 1975. Antes de abordar meu objeto de estudo, qual seja a *Instituição Pia Nossa Senhora das Graças – IPNSG*, faz-se necessário falar um pouco dos acontecimentos que me aproximaram do interesse pela Infância.

A infância é uma categoria do desenvolvimento humano, presente durante toda a minha trajetória acadêmico-profissional. Meus encontros com este universo ocorreram sob vários enfoques. O primeiro deles surgiu durante a graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia (2006-2010), na qual por meio de estágios supervisionados, realizei estudos voltados para a área da educação da infância, construção da linguagem, processo de aprendizagem e psicologia infantil. O segundo encontro ocorreu quando realizei as Especializações em Psicopedagogia Clínica e Institucional (2011-2012) e em Educação Especial Inclusiva (2012-2013), onde ambos os cursos me possibilitaram a aproximação dos estudos sobre as possíveis práticas de intervenção psicopedagógicas, voltadas para crianças que possuem dificuldades de aprendizagem, bem como compreensão e inserção em estudos voltados para crianças com deficiência e práticas pedagógicas inclusivas.

Minha experiência profissional lecionando na Educação Básica também me proporcionou contato direto com a infância ao trabalhar nas séries iniciais como professora, e me fez querer ir mais longe. Foi quando em 2014 ingressei no Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGED, para estudar a infância na linha Educação, Cultura e Sociedade, no grupo Constituição do Sujeito, Cultura e Educação-ECOS, sob orientação da professora Dra. Laura Maria S. Araújo Alves.

No Mestrado tive o prazer em conhecer e me empenhar nos estudos na área de História da Infância na Amazônia, campo que apresenta poucos estudos no Pará. A experiência no grupo de estudo acrescentou-me muito enquanto pesquisadora, pois pude conhecer com mais profundidade categorias da História da Infância como: práticas culturais, instituições escolares e processos educativos em interseção com a Cultura, História, Educação.

Ao me envolver com os estudos proporcionados pelo Grupo de Pesquisa na área de História da Infância, deparei-me particularmente com uma nova possibilidade de estudos, buscar na história e na educação a infância silenciada na Amazônia. Porém, era necessário eleger uma categoria, haja vista que nossa Amazônia é repleta de infâncias diferenciadas.

Assim durante as orientações e reuniões do Grupo de pesquisa, eu e professora Laura Alves dialogávamos sobre instituições que receberam a infância desvalida em Belém do Pará e da importância em dar visibilidade a estudos que priorizem a história da educação da infância e instituições educativas na Amazônia. Foi quando em um dos encontros do grupo de estudo sobre a infância professora Laura Alves falou-me da existência da “*Instituição Pia Nossa Senhora das Graças*”.

A partir daí, busquei na internet informações sobre esta instituição, na tentativa de verificar se já havia algum estudo sobre ela, encontrando sua origem datada de 05/02/1950 em um site da Instituição. Após isso, fui ao Centro Cultural Tancredo Neves e visitei o setor de obras raras e microfilmagem, fiquei quase dois meses procurando notícias sobre a Instituição no jornal “A Folha do Norte” e “O Liberal”, no período de 1950 a 1974, porém nada foi encontrado.

Diante dessa situação, resolvi ir “in loco” encontrar os registros desta instituição. Chegando lá conheci Vera, a Secretária da IPNSG, que me informou sobre um pequeno livro escrito por Dona Alda (uma das diretoras mais antigas da Instituição) no ano de 2000. Neste livro havia indícios de fontes documentais que estariam arquivados na Instituição. Após alguns dias retornei à instituição e conversei novamente com Vera sobre a possibilidade de ter acesso ao arquivo da Instituição, pois tínhamos grandes chances de encontrar os documentos que remetiam ao período da pesquisa. Foi aí então, que encontrei caixas com documentos.

Ao consultar os primeiros documentos foi constatado que esta Instituição ocupou-se no atendimento da infância e adolescência pobre em Belém, oferecendo Assistência e Educação na metade do século XX, em regime de internato. Essas primeiras informações fizeram-me imediatamente encontrar minha orientadora para que os achados pudessem ser socializados e ratificar a possibilidade de execução da pesquisa. Após isso, foi confirmado de fato que teríamos condições de estudar uma instituição que amparou e educou a infância pobre paraense.

Nos primeiros contatos com a instituição pude verificar a possibilidade de trabalhar com a pesquisa documental visto que parte dos documentos da instituição estavam preservados. São documentos dos mais variados: Atas de reuniões sobre a administração, organização e funcionamento da instituição, relatórios de trabalhos desenvolvidos na instituição, estatutos, fotografias das internas em comemorações religiosas e trabalhos manuais, reportagens dos jornais “A Província do Pará” e “O Estado do Pará” que noticiavam sobre campanhas e pedidos de ajuda para construção e manutenção das crianças e jovens na

instituição e ofícios que tratam de verbas recebidas por órgãos públicos, políticos e empresas, bem como de cunho informativo com orientações no direcionamento das ações da instituição.

Diante de todo esse acervo documental bastante volumoso optamos imediatamente por uma pesquisa documental. Assim, elegemos como fontes históricas os documentos desta Instituição, na tentativa de encontrar os lugares que a infância ocupou e que ações foram desenvolvidas no intuito de atendê-la. Por meio dos registros nos documentos poderíamos encontrar indícios dos projetos que envolveram esta instituição bem como, das práticas presentes em seu cotidiano e seu regime de funcionamento.

É importante esclarecer que apesar desta pesquisa ter como foco a infância, adolescentes também aparecem como público alvo das ações desta instituição. No primeiro momento ela foi criada para amparar a infância pobre, órfã e abandonada. No entanto, as crianças acolhidas crescem e permanecem na instituição muitas vezes até concluírem o primário.

Dessa forma, no período histórico pesquisado, aqueles que possuíam até 14 anos de idade ainda são vistos como crianças. Nesse período ainda não há documentos no Brasil que regulamentem em lei quem é criança e quem é adolescente, mas somente delimita quem é o menor. A regulamentação destas categorias só ocorre na década de 1990, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

1.2 Questões norteadoras

A educação e assistência à infância no Brasil como um campo de pesquisa da história da educação vêm sendo descoberto paulatinamente em cada região. Alguns pesquisadores tanto na graduação como na pós-graduação já sinalizam preocupação no estudo pelo viés da historiografia, sobre o atendimento à crianças e adolescentes nas instituições asilares e de acolhimento.

A partir do momento que realizei o levantamento de estudos na área com o objetivo de identificar “o que” e “como” estão pesquisando estas instituições, constatei que muitas delas tiveram origem nos séculos XIX e XX no Brasil, com a finalidade de acolher e ensinar um ofício aos sujeitos (meninos e meninas) pobres e órfãos.

Partindo deste pressuposto, temos como objeto de estudo a Instituição Pia Nossa Senhora das Graças (IPNSG), objeto que se insere no campo da história das instituições e que tem muito a revelar sobre sua origem, ideais, amparo e educação da infância pobre em Belém. Para dar conta da História desta Instituição, daremos enfoque nas práticas de atendimento

direcionadas à assistência e educação da infância pobre em Belém, no período histórico de 1943 a 1975.

Vale ressaltar que em 1943 é criada a Associação da Juventude Antoniana, fruto de uma parceria entre a Ordem Menor dos Frades Capuchinhos e sócia fundadora Ilda Martins, no Bairro do Guamá em Belém do Pará, para atender a criança pobre com ações caritativas que envolvem alimentação, catequese e vestuário, porém em 05-02-1950 esta associação é desmembrada da Ordem dos Capuchinhos e adquire novo nome: Instituição Pia Nossa Senhora das Graças. Embora a obra se autodenomine como “instituição” a partir de 1950, achamos de suma importância abordar a construção de sua história desde o período que ainda era uma Associação, haja vista que sua gênese advém de uma iniciativa ligada à Ordem dos Franciscanos Capuchinhos do Pará.

Neste direcionamento, temos como questionamento central:

- 1) Qual a relevância assistencial, filantrópica e educativa da Instituição Pia Nossa Senhoras das Graças?
- 2) Qual a finalidade política, educacional e religiosa da IPNSG?
- 3) Quais eram as práticas educativas e de assistência voltadas as crianças?
- 4) Que parcerias a Instituição realizou para se manter ativa todos esses anos na assistência e educação de crianças?
- 5) Qual o perfil das crianças atendidas na Instituição?

Para dar conta dos questionamentos elegeu-se como:

Objetivo geral

Identificar e analisar a relevância assistencial, filantrópica e educativa da Instituição Pia Nossa das Graças no atendimento às crianças pobres e abandonadas em Belém, no período de 1943 a 1975.

Objetivos específicos

- Identificar e analisar a finalidade política, educacional e religiosa da IPNSG;
- Destacar as práticas educativas e de assistência voltadas ao atendimento à infância pobre;
- Relacionar quais as ações de parceria a IPNSG realizou para se manter ativa na assistência e educação de crianças;
- Caracterizar o perfil das crianças atendidas na IPNSG.

1.3 Estado da arte

Com o objeto de pesquisa em mãos, realizei um estado da arte para o mapeamento das produções acadêmicos-científicas que discutem a assistência e educação das crianças pobres, abandonados e órfãos, que foram atendidos em regime de internato. Para o referido levantamento¹ utilizei 3 bases de busca, quais sejam: o Banco de Teses da Capes, o Repositório da Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará – UFPA e Repositório da Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará-UEPA.

No primeiro momento foi realizada a busca no Repositório de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal, onde foram encontradas 2 Dissertações², bem como foi consultado o Repositório da Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Pará, onde foram encontradas 2 Dissertações³ de Mestrado.

No segundo Momento, através da ferramenta de busca na base de periódicos da Capes, foi consultado o “Banco de Teses da Capes”, considerando os últimos 5 anos de produção. Neste Sentido, usamos a busca básica por pares com as palavras chaves: Educação e Internato, dando o retorno de 31 trabalhos publicados. Deste total, 20 não foram utilizadas na análise, uma vez que tratavam de internato e educação na perspectiva das áreas de Literatura, Medicina, Enfermagem, Pediatria e Ensino Profissional. Desta forma, aplicamos o filtro “área de conhecimento” e optamos pela categoria Educação. Este filtro nos deu retorno de 11 trabalhos, porém 8 deles tratavam educação e internato na perspectiva da educação profissional, curso normal, formação no internato de medicina, e meio ambiente. Portanto, nossa seleção elenca somente 2 teses⁴, e 1 dissertação⁵ que abordam a temática na perspectiva da História da Instituição e Práticas de atendimento em regime de internato à infância pobre, órfã ou abandonada.

¹ Levantamento realizado durante o mês de Outubro de 2015.

² SABINO, Elianne Barreto. **A assistência e a educação de meninas desvalidas no colégio Nossa Senhora do Amparo na província do grão-pará (1860-1889). Mestrado Acadêmico em Educação.** Universidade Federal do Pará. - 2012. BARBOSA, Andreson Carlos Elias. **O Instituto paraense de educandos artífices e a morigerância dos meninos desvalidos na Belém da Belle Époque;** Dissertação (Mestrado em Educação) -Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2011.

³PIMENTA, Adriene Suellen Ferreira. **Educação de meninas no Orphelinato Paraense.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Pará. Belém, 2013.

COSTA, Benedito Gonçalves. **A educação de meninas órfãs, desvalidas e pensionistas no asilo de Santo Antônio, no pastorado do Bispo D. Antônio de Macedo Costa em Belém – Pará: 1878 – 1888.** /. Belém, 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará. Belém, 2014.

⁴COSTA, Mauro Gomes da. **"as ações civilizatórias e de conversão ao catolicismo das missões salesianas junto aos povos indígenas do rio negro/amazonas (1960/1980)"** . 01/12/2012 282F. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Campinas, Biblioteca Depositária: Biblioteca de Campinas.

SILVA, Adriana Aparecida Alves da. **O campo e a cultura escolar de pilar do sul e a imigração japonesa (1934 1976)** . 01/06/2012 187 f. Doutorado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba. Biblioteca depositária: Aluísio de Almeida-SP, 2012.

⁵ FERREIRA, Alessandra pinheiro. **Trajetória da casa de educandos artífices de Manaus (1856-1877)** . 01/10/2011 100 f. Mestrado Acadêmico em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Amazonas, Manaus. Biblioteca Depositária: Central da Ufam.

Para realizar a historiografia de determinados espaços pertencentes aos séculos passados, é necessário enveredar pelos documentos como atas, relatórios, decretos, leis, falas na tribuna, cartas, fotografias e estatutos, que trazem impressos muitas vezes, o cotidiano da instituição, seus idealizadores, sujeitos atendidos, suas formas de atendimento e trajetória histórica (SILVA, 2012; BARBOSA, 2011).

Ferreira (2011), em sua Dissertação de Mestrado defendida em 2011 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, pesquisou sobre a trajetória da casa de educandos artífices em Manaus, no período de 1856 a 1877. A autora constata, por meio de documentos, que a criação desta instituição pautava-se na intenção de atender às necessidades da sua época, quais sejam: a mão de obra qualificada, bem como instrução de meninos pobres e índios por meio do amor a Deus e ao trabalho.

Ferreira (2011) ainda destaca que, no modelo de atendimento desses meninos, foi utilizado o internato, onde lhes ensinavam pequenos ofícios e as primeiras letras. Para o levantamento de informações desta instituição, a autora, em seu estudo, apresenta uma gama de documentos como leis, regulamentos, jornais da época, falas, relatórios de presidentes na tribuna, entre outros.

Silva (2012) investigou em sua Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba em 2012, o campo social da cidade de Pilar do Sul, em São Paulo, analisando as transformações no campo escolar e as mudanças na cultura escolar, inter-relacionando este contexto com a imigração japonesa, no período histórico de 1934 a 1976. Valendo-se de atas, diversas fontes iconográficas, jornais, regulamentos, livros de matrículas, depoimentos orais, entre outras fontes, a autora analisa escolas estaduais que surgiram neste período, bem como uma escola japonesa que funcionava em regime de internato, própria para imigrantes japoneses que se instalaram em Pilar do Sul, nas colônias agrícolas. Neste sentido,

O campo escolar de Pilar do Sul no período investigado, de 1934 a 1976, é composto por: a) Escola de Língua Japonesa e Internato; b) Escolas primárias estaduais – escolas isoladas rurais e o Grupo Escolar “Padre Anchieta”; c) Ginásio Estadual de Pilar do Sul (SILVA, 2012, p. 74).

Silva (2012) se propõe a analisar tempos, espaços, organização pedagógica e caracterização de professores e alunos, buscando constituir, dentro deste campo escolar, a cultura escolar, suas práticas e sua relação com a sociedade local. O que nos chama atenção na pesquisa é a criação da escola-internato para imigrantes japoneses. Silva (2012) aponta que

as crianças japonesas tinham grandes dificuldades em estudar, pois, além de morarem longe da escola, ainda possuíam dificuldades na comunicação devido a sua língua materna se diferir do Português. Assim,

Essa realidade começou a se modificar a partir de 1962, quando o Internato e Escola Japonesa foi aberto na cidade, assim concretizando o sonho dos imigrantes japoneses de terem uma escola japonesa para oferecer uma educação aos seus filhos nos moldes japoneses, o que também facilitou a conclusão do ensino primário, pois os alunos poderiam iniciar os estudos na escola rural isolada até o 3º ano ou fazê-lo desde o início no Grupo Escolar, pois tinham a opção de ficar internos no Internato e Escola Japonesa (SILVA, 2012, p. 97).

Sobre os objetivos da criação de uma escola e um internato, e da relação entre imigrantes e moradores de Pilar do Sul a autora assinala que

A Escola Japonesa e o Internato contribuíram para a integração dos japoneses e descendentes na sociedade local. A Escola de língua japonesa e o Internato foram criados com o objetivo de manter, perpetuar e ensinar os costumes e tradições japonesas. Mas além de atingir esse objetivo, ela facilitou a matrícula e frequência dos japoneses e descendentes no Grupo Escola Padre Anchieta e no Ginásio Estadual de Pilar. O internato, anexo à escola, era o lugar onde os alunos poderiam ficar em segurança durante a semana para frequentar a escola japonesa e a escola do Estado. Sem o internato não era possível a frequência à escola, devido às grandes distâncias entre as colônias e a cidade. Para os imigrantes japoneses não foi fácil chegar a uma nova cidade, desbravando novas terras, quase não falando português, com costumes muito diferentes dos da população local. Para os moradores locais, também não foi fácil aprender a conviver com os recém-chegados. Essas dificuldades criaram uma barreira de estranhamentos, exclusão e reclusão que foi superada aos poucos, no decorrer dos anos, por meio do convívio no cotidiano e principalmente na relação de trabalho e no contexto escolar (SILVA, 2012, p. 72).

Ao analisar sobre a escola japonesa e o internato, a autora faz relevante discussão sobre o que é ensinado às crianças admitidas nessa instituição:

significa falar de uma cultura escolar peculiar, com tradições e costumes singulares segundo os quais o ensino era pautado por diretrizes e normas disciplinares similares às das escolas no Japão. Essa escola não se restringia apenas ao ensino de língua japonesa, mas também de regras disciplinares, conteúdos e práticas que tinham como intuito a formação do corpo, mente e alma, proporcionando subsídios para que a criança, quando adulta, tivesse condições de viver no Japão (SILVA, 2012, p. 78).

Em relação ao programa adotado pelo “Grupo Escolar Padre Anchieta”, espaço que ofertava educação primária e também era frequentado pelos filhos dos imigrantes, Silva (2012) analisa que

O caráter moral, cívico, patriótico perpassava todas as disciplinas que compunham o programa, com o objetivo de moralizar e civilizar não só os alunos, mas também a

população rural, tendo em vista os padrões da elite brasileira. A organização pedagógica das escolas rurais isoladas tinha padrões da elite urbana e não atendia plenamente às necessidades da população rural. Entre as disciplinas do programa, a linguagem recebia maior atenção, porque a língua é a primeira representação de identidade de um povo e também pela preocupação existente com a alfabetização da população brasileira. Para a população rural, as escolas isoladas eram o único espaço que possibilitava a alfabetização (SILVA, 2012, p. 96).

Ainda explanando sobre a formação recebida pelos alunos matriculados no “Grupo Escolar Padre Anchieta”, Silva faz a seguinte consideração:

No Grupo Escolar “Padre Anchieta”, a formação integral significava oferecer conhecimento sobre normas de escrita, leitura, contagem e principalmente orientação no sentido de amadurecimento de noções de moral, educação social e cívica e de higiene, que deveriam ser incorporadas à prática cotidiana do aluno (SILVA, 2012, p. 116).

Sobre a relevância da pesquisa realizada, Silva (2012) aponta sobre as contribuições para história das instituições, bem como a compreensão da constituição do campo escolar na cidade de Pilar do Sul e sua relação com a imigração japonesa, assim como as transformações geradas do ponto de vista social, político e cultural.

Costa (2012), ao estudar sobre as Missões Salesianas em contato com os indígenas do Noroeste Amazônico, no período 1960 a 1980, por meio das fontes documentais e orais, analisou, em sua Tese de Doutorado, defendida em 2012, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas, as estratégias missionárias salesianas na catequização e conversão dos índios. Foi constatado, como resultado, que dentre as estratégias civilizatórias destacaram-se a escola e o internato. O autor ainda analisou a educação salesiana e os dispositivos de poder e de saberes praticados no cotidiano institucional, que objetivavam a assimilação das populações indígenas à religião cristã e ao Estado nacional.

Sabino (2012) em sua Dissertação de Mestrado defendida em 2012 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, sobre o Colégio Nossa Senhora do Amparo na Província do Grão-Pará, mapeou e analisou as ações de assistência e educação voltadas para meninas desvalidas, no período histórico de 1860 e 1889. Neste sentido, representa a justificativa de criação desta instituição:

Desta forma, o Colégio de Nossa Senhora do Amparo atuava como um agente de assistência e educação que correspondia a uma necessidade tanto social quanto moral da elite paraense. A constituição do asilo está ligada a uma demanda social e se constituiu como um dos agentes educadores destas meninas, recolhendo-as provisoriamente do convívio direto com a sociedade, dando-lhes assistência, moralizando-as, higienizando e disciplinando-as. No Colégio do Amparo as meninas podiam encontrar a educação, a formação, a disciplina e a vigilância que as

preparariam para a vida em sociedade para, enfim, constituírem uma família (SABINO, 2012, p. 114).

Para construir esse estudo, a referida autora utilizou como fontes os documentos da instituição. Dentre eles, são citados Relatórios, Estatutos, Regimentos, Pedidos de Admissão e Desligamento das internas, fotografias. Sabino revela que as práticas utilizadas na instituição tinham intenção de

transformar a criança pobre, desvalida e órfã em um cidadão útil para a sociedade, principalmente, em termos econômicos, visto que a estrutura econômica da província se erguia com a economia da borracha. As meninas ficavam desde os sete anos até completarem 21 anos. A instituição dava às educandas uma formação moral e religiosa, ler e escrever a língua nacional e as quatro operações, preparando-as para servirem como criadas nas casas de famílias e instituições públicas, além de torná-las futuras esposas e mães de famílias prendadas, obediente e zelosas (SABINO, 2012, p. 141).

Barbosa (2012), em sua Dissertação de Mestrado defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, no ano de 2012, empenhou-se em pesquisar o Instituto Paraense de Educandos Artífices, no período de 1870 e 1889, revelando que esta Instituição foi fundada em 1872 e ocupou-se no atendimento à infância desvalida na Capital do Grão-Pará. Como fontes de sua pesquisa foram utilizados relatórios dos presidentes da província, legislação educacional local, ofícios e artigos periódicos de circulação local.

O autor salienta que o objetivo maior da instituição era recolher as crianças de classes mais humildes e dar-lhes formação profissional para que se atendessem às necessidades de sua época. Barbosa (2012) aponta que, neste Instituto, era ensinado conforme regulamento de 1872. Além da oferta das cadeiras de instrução primária, o ensino era voltado para geometria e mecânica aplicada às artes e construção naval, tecnologia profissional e desenho linear de máquinas, bem como de topografia.

Sobre a ideologia da Instituição, Barbosa assinala que,

Quanto ao Instituto, localizado nessa Belém, era destinado ao atendimento de crianças e jovens desfavorecidos. Inicialmente, foi considerado por outras províncias como um modelo, servindo de inspiração para a criação de outros estabelecimentos similares. Era uma instituição que se enquadrava na nova mentalidade do final do século 19, que metamorfoseava a assistência social de face caritativa, ligada principalmente aos ideais religiosos, à filantrópica, de caráter mais científico, atrelada aos ideais do iluminismo. O Instituto também se apresentava como uma proposta civilizadora da população local, especialmente a mais pobre, marcada pela mestiçagem, fortemente rejeitada pelos governantes (BARBOSA, 2011, p. 203).

Costa (2014) realizou em sua Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Pará no ano de 2014, um estudo sobre a educação de meninas órfãs, desvalidas e pensionistas no asilo de Santo Antônio, no pastorado do bispo D. Antônio de Macedo Costa, em Belém, no período de 1878 a 1888, quando a instituição seguia sob égide da doutrina das Irmãs Dorotéias.

Para realização desta pesquisa, o autor aponta que se valeu de fontes como falas e relatórios de autoridades políticas (deputados provinciais) e Presidentes da Província do Pará, Constituições e Regras do Instituto Religioso das Irmãs Mestras de Santa Dorotéia (1851), Jornal O Liberal do Pará (1869 a 1889), Jornal do Pará (1867– 1878), A Estrela do Norte (1863 – 1869) e A Boa Nova (1871 - 1883), bem como as Cartas (1878-1881).

Ao analisar as constituições e regras previstas pela Ordem das Irmãs Dorotéias, Costa (2014) assinala que

o primeiro e principal meio para o Instituto obter seu fim era cultivar e promover a Pia Obra de Santa Dorotéia, e o segundo, era promover a educação cristã das meninas, a fim de “honrar a Deus e a Nossa Senhora das Dores, a quem é consagrado em particular”. Para tanto, o Instituto deveria abrir educandários e escolas internas onde fosse possível. Essas instituições educativas deveriam ter suas necessidades temporais supridas com as rendas das fundações e “donativos ou legados que poderão receber como propriedade, ou pelo lucro que terão da pensão das educandas” (COSTA, 2014, p. 132).

Em relação ao que deveria ser ensinado nas Instituições educativas vinculadas à Ordem das Irmãs Dorotéias, o autor constatou que

estava a preparação para o lar doméstico: “considerem que as meninas que forem educadas nas nossas casas são destinadas, no curso ordinário da Providência, a se tornarem esposas e mães de família”. Porém, essa esposa e mãe de família formada nos moldes cristãos não seria apenas importante pela sua função social no seio familiar, mas, principalmente, por seu papel de educadora do lar e regeneradora da sociedade (COSTA, 2014, p. 132).

Porém, o autor revela que os documentos apontam a dualidade do ensino ministrado entre pensionistas e órfãs. Neste sentido, o currículo possivelmente foi organizado da seguinte forma:

Como havia uma educação diferenciada para cada grupo de meninas do Asilo de Santo Antônio, é possível que algumas disciplinas escolares como língua estrangeira, piano e canto, e outras, não fossem ofertadas para órfãs e desvalidas, mas somente para as pensionistas. As primeiras, pela sua posição social deveriam receber preparação para o mundo do trabalho, ou seja, preparo moral, intelectual e social para uma vida de esposa dedicada, e suporte para o chefe de família, já as educandas, seriam futuras “damas de salão”, ou seja, as esposas de homens bem

sucedidos financeiramente por isso recebiam educação esmerada (COSTA, 2014, p. 142 – 143).

Pimenta (2013) tratou sobre a educação de meninas no Orphelinato Paraense, em sua Dissertação de Mestrado defendida em 2013, no Programa de Pós-Graduação e Educação da Universidade Federal do Pará, usando como recorte histórico o período de 1893 a 1910. A autora aponta que esta instituição foi criada em 1893 para dar conta de educação e amparo a meninas órfãs da capital paraense. Para realização deste estudo, a autora utilizou os seguintes documentos: Relatórios da Intendência Municipal de Belém dos anos de 1898 a 1910, Atos e decisões do Governo do Estado do Pará, publicados nos anos de 1897 e 1899, bem como os jornais “A Província do Pará” dos anos de 1893 a 1910 e “Caridade de 1893”. Sobre a criação do Orphelinato, a autora salienta que,

Desde a criação do Orphelinato, já havia uma preocupação em dar as órfãs uma educação além daquela que previa os cuidados para com o lar, o polimento cultural e o cultivo da mente, visto que muitas das órfãs amparadas pelo Orphelinato aprendiam um ofício, como no caso em que Dona Anna Magalhães, “ofereceu-se com toda gentileza a receber na sua casa duas meninas para ensinar-lhes prendas domésticas, isto é, a preparar chapéus de senhoras, talhar obras brancas de qualquer qualidade, fazer redes, etc”. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 28 de fevereiro de 1894, p. 2); Ou como relatou *A Província do Pará*, de 20 de fevereiro de 1894, (p. 1) (PIMENTA, 2013, p. 114).

No que concerne aos ensinamentos que eram dados a meninas órfãs matriculadas no Orphelinato, Pimenta aponta que,

no Orphelinato, ensinavam-se as primeiras letras, literatura, prendas, economia doméstica, canto coral, piano, ginástica, dentre outros. O Orphelinato era dirigido internamente pelas Filhas de Sant’Ana, mulheres religiosas de origem Italiana. Eram essas mulheres, juntamente com alguns professores externos, que educavam as órfãs (PIMENTA, 2013, p. 06).

Diante do levantamento, identificamos que há uma produção significativa sobre internato na área da saúde. Porém, quando se busca esta relação com a infância e educação, as produções são ínfimas. A temática “Instituição” se apresenta de forma diversificada, quando se discute o tema sob enfoque do Internato e infância, ganhando diversos olhares durante os estudos realizados.

Percebe-se que estudos voltados para a história das instituições que funcionaram em regime de internato, amparando e educando a infância pobre, órfã ou abandonada, bem como as formas de atendimento, estão sendo exploradas paulatinamente no Brasil. No entanto, na

região Norte, embora já encontre pesquisadores interessados nesta área de estudo, a temática ainda se configura de forma escassa.

Por meio do levantamento realizado, foi possível constatar que o estudo destas instituições do tipo internato originadas no século XIX e XX, bem como uso de metodologias de pesquisa que busquem nos documentos estas origens, estão pouco a pouco ganhando importância e visibilidade, configurando, assim, pontos positivos a serem considerados, uma vez que os documentos, como diz Carlos Bacelar, além de serem testemunhas do passado, por muitas vezes depreciam-se e levam junto com eles o registro de toda a história da instituição e da infância atendida. Assim, o tempo torna-se um vilão para a integridade dos documentos, quando não cuidados de maneira correta. Ao finalizar o levantamento, não foi encontrada nenhuma produção sobre o objeto de estudo “A Instituição Pia Nossa Senhora das Graças”.

1.4 Iniciando a constituição do corpus

Na busca de constituir o *corpus* da pesquisa, resolvi fazer uma investigação no “Centur” na tentativa de encontrar algum registro sobre a Instituição Pia Nossa Senhora das Graças. Passei aproximadamente dois meses pesquisando no setor de microfilmagem e priorizando jornais de grande circulação: consultei os jornais “A Folha do Norte” e “O Liberal” no período de 1950 a 1974, mas nada foi encontrado. A partir daí resolvi ir “in loco”, averiguar se a instituição ainda estava em funcionamento e se ainda havia documentos disponíveis em seu arquivo sobre a sua criação.

Após me apresentar e explicar a minha motivação em procurar a Instituição, solicitei autorização para trabalhar com o arquivo. Vera, a secretária da Instituição, me disponibilizou um pequeno Livro memorial escrito por dona Alda (Presidente mais antiga da Instituição ainda em vida, que escreveu sobre as Bodas de Ouro da IPNSG). Lendo a obra, percebi que a referida senhora, ao produzir este registro escrito, mostrava sua preocupação em deixar para outras gerações um pouco da história da Instituição. Ainda observei, na narrativa, os indícios de documentos que poderiam estar guardados na Instituição. E, assim, dei início à procura do *corpus*, contando com a ajuda da senhora Vera que, gentilmente, me disponibilizou um acervo documental da Instituição.

A busca pelo *corpus* foi árdua: foram seis meses indo semanalmente à instituição à procura de documentos que envolvessem finalidades e ações desta. Foram consultados um a um. A primeira catalogação dos documentos foi um processo difícil, em razão de a maioria estar corroído, com traças, mofos e, principalmente, desgastados pelo tempo. Foi indubitavelmente um momento de dedicação e paciência. Foram dias e tardes longas, de

intenso trabalho, muitos achados e alergias ao fim do dia. No entanto, todo o esforço valeu a pena, devido ao sucesso no encontro das fontes.

Ao longo de cada semana de busca, o número e a natureza de documentos aumentavam: Atas, Ofícios, Balancetes, Fotografias, Projetos, Recortes de Jornais (A Província do Pará e Estado do Pará) que traziam notícias sobre a Instituição, Estatutos, Regimentos e Fichas de internos.

Na segunda tentativa de encontrar mais fontes, segui até o setor de Obras raras do Centur e mapeei notícias que se apresentavam no Jornal “A Província do Pará”, entre os anos de 1947 a 1961 (marco aproximado que delimitava a iniciativa de construção do prédio da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças), com o objetivo de encontrar publicações não só da IPNSG, mas também de instituições voltadas para o atendimento da infância pobre e as representações sobre esta infância no jornal. O jornal “A Província do Pará” foi escolhido pelo grande número de publicações sobre a IPNSG e a infância pobre.

O desgaste dos documentos encontrados na Instituição Pia Nossa Senhora das Graças tornou inviável sua reprografia. Desta forma, escolheu-se como instrumento de coleta o registro fotográfico, utilizando uma máquina fotográfica de 16 *megapixels*, da Sony, bem como processo de escaneamento, com o uso de um celular da marca Moto G com o aplicativo de *scanner*.

A cada documento folheado e lido, aumentava-se a aflição, a ansiedade de achar algo revelador; porém, pesquisar por meio de documentos é uma tarefa de paciência. Paciência para selecionar um a um, bem como de mostrar para as pessoas que estão responsáveis por estes documentos, que cada um deles é de extrema importância para a pesquisa, e que tudo o que diz respeito ao objeto e ao período delimitado para o estudo ajuda a construir sua História.

A “velharia”, como muitos rotulam os documentos do arquivo, pode dar “vida” a muitos sujeitos excluídos na História, bem como auxiliar na explicação e na sua construção. Segundo Bacellar (2011)

O trabalho com fontes manuscritas é, de fato, interessante, e todo historiador que entra por essa seara não se cansa de repetir como os momentos passados em arquivos são agradáveis. Grandes obras tiveram sua origem nas salas de arquivo, onde muito suor e trabalho foram gastos, após semanas ou meses de paciente e dedicada fase de pesquisa. O abnegado historiador encanta-se ao ler os testemunhos de pessoas do passado, ao perceber seus pontos de vista, seus sofrimentos, suas lutas cotidianas. Com o passar dos dias, ganha-se familiaridade, ou mesmo certa intimidade, com os escrivães ou personagens que se repetem nos papéis. Sente-se o peso das restrições da sociedade, ou peso da miséria, ou má sorte de alguém, e deseja-se ler mais documentos para acompanhar aquela história de vida. Os personagens parecem ganhar corpo, e é com tristeza que, muitas vezes, percebe-se que o horário do arquivo está encerrando, que precisamos fechar os documentos a

partir, sem continuar a leitura até o dia seguinte. Essa é a vida da pesquisa: dura, cansativa, longa, mas gratificante, acima de tudo (BACELLAR, p. 24, 2011).

Assim, Bacellar (2011) vê os documentos como testemunhos de uma época, e envolve um trabalho de pesquisa pautado na insistência, dedicação, perspicácia e empenho.

No que tange a organização e seleção das fontes, devido à numerosa quantidade de achados documentais, estas foram separadas por décadas em uma pasta digital no computador, uma vez que assim é mais fácil para realizar o tratamento dos dados.

1.5 Pesquisa com documentos

O estudo se situa no campo da História das instituições educativas, e tem como objeto de estudo a Instituição Pia Nossa Senhora das Graças. A pesquisa é documental e a análise dos dados é realizada pelo viés da História Cultural de Chartier, que vê as relações sociais por meio das Práticas e Representações. Serão utilizados como fontes da pesquisa, os documentos da instituição que consistem em ofícios sobre a administração e organização; fotografias de campanhas, festas para angariar recursos, de internas no momento de aprendizagem e exposição dos trabalhos manuais da Escola Doméstica, ficha de identificação do sujeito atendido, projetos de trabalho, relatórios de trabalho, atas de reuniões, estatutos, regimentos e Jornais “A Província do Pará” e “Estado do Pará”. Quando se fala em trabalhar a história de uma instituição educativa Oliveira & Gatti Jr (2002) consideram que

historiar uma instituição educativa, tomada na sua pluridimensionalidade, não significa laudatoriamente descrevê-la, mas explicá-la e integrá-la em uma realidade mais ampla, que é o seu próprio sistema educativo. Nesse mesmo sentido, implicá-la no processo de evolução de sua comunidade ou região é evidentemente sistematizar e re(escrever) seu ciclo de vida em um quadro mais amplo, no qual são inseridas as mudanças que ocorrem em âmbito local, sem perder de vista a singularidade e as perspectivas maiores (OLIVEIRA & GATTI JR, 2002, p. 74).

Neste sentido, ao trabalhar com História das Instituições Educativas é de suma importância situá-la no contexto local, bem como relacioná-la com o contexto Nacional, haja vista que, por muitas vezes, os ideais podem estar interligados. A utilização de fontes documentais também possui uma história, e a cada momento o interesse dos historiadores muda, conforme o espaço-tempo que ocupam. Janotti (2011) aponta que estas transformações possuem relação direta com a identidade e a trajetória destes. Dessa forma a autora afirma que

Os primeiros relatos de vida humana foram gráficos em cavernas com materiais contundentes, constituindo-se, com outros vestígios, nas fontes primevas dos futuros historiadores. Após milênios – quando pequenas comunidades ágrafas deixaram indícios permitindo à arqueólogos, antropólogos, etnólogos levantarem hipóteses sobre os diferentes modos de vida-, surgiram sociedades complexas, como as do

oriente antigo, e com elas a instituição da propriedade privada, do comércio, de religiões, de cidades, de estados, e impérios que geraram novas configurações de registros destacando-se entre elas a invenção da escrita, responsável pela produção documental dos períodos históricos subsequentes, constituindo-se nas fontes mais valorizadas pelos pesquisadores até meados XX (JANOTTI, 2011, p. 10).

Neste sentido, pesquisas que utilizam fontes documentais diversificadas ganham força e espaço nos finais dos anos 60. Janotti (2011) ainda considera que, com o surgimento da terceira geração da Escola dos Annales, emergem-se como fontes documentais os mais variados registros como fotografias, cartas sobre catástrofes, filmes pornográficos, músicas, listas de compras, celebrações religiosas, jornais, entre outros. No que se refere às transformações ocorridas no campo de história da educação e no próprio conceito do que é educação, o estudioso Cambi argumenta que

desde os anos 50 e cada vez mais nitidamente desde os anos 60 e 70, desenvolveu-se assim um modo radicalmente novo de se fazer história de eventos pedagógicos-educativos, que rompem com o modelo teoreticista, unitário, e continuísta do passado, fortemente ideológico, para dar vida à uma pesquisa mais problemática e pluralista, bastante articulada e diferenciada que - considerada no seu conjunto- pode ser definida como história da educação, tomando a noção de educação seja como conjunto de práticas sociais, seja como feixe de saberes (CAMBI, 1999, p. 24).

A arte de fazer história tornou-se um campo amplo para investigação, a partir do momento em que estudiosos como Bloch, Lebreu, Braudel, Chartier, Le Gooff, Áries, entre outros, vislumbraram a riqueza deste campo de pesquisa, bem como a variedade dos métodos e instrumentos que se utiliza em cada estudo que o pesquisador se propõe a realizar, provocando uma verdadeira revolução na historiografia.

O movimento dos Annales inovou ao introduzir estudos de acontecimentos sobre a mentalidade, por exemplo, dando pluralidade à pesquisa histórica e relacionando-a com as diversas ciências humanas e sociais. Estas mudanças ocorridas no campo da história contribuíram para torná-la plural tanto nos fenômenos estudados, como nos métodos, objetos e instrumentos utilizados. Burke salienta que,

da minha perspectiva, a mais importante contribuição do grupo dos Annales, incluindo-se as três gerações, foi expandir o campo da história por diversas áreas. O grupo ampliou o território da história, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais (BURKE, 2010, p. 143).

Para se ter ideia da tamanha intensidade que o movimento dos Annales provocou por meio de suas pesquisas, Burke (2010) alerta que nos anos de 1970, ou até mesmo antes, foi possível encontrar economistas e arqueólogos envolvidos com a leitura de Braudel,

interessados na “cultura material”, bem como pediatras dialogando sobre as colocações de Ariés na área de história da infância.

Desta forma, a história da educação também ganha novos horizontes enquanto campo de pesquisa, assim, voltar ao passado através dos testemunhos escritos, significa reencontrar-se com mentalidades que possuem práticas educativas, culturais, sociais, políticas e ideológicas de seu tempo.

A realização de pesquisas que possuem, como fontes, documentos (relatos, depoimentos, fotografias, diários), antes consideradas não oficiais pelos historiadores ortodoxos, é uma prática recente advinda da terceira geração do movimento dos Annales – que amplia a concepção de documento, onde se exige a utilização de um conjunto de procedimentos metodológicos, e que se compreenda o seu uso na produção historiográfica. As fontes importam, portanto, para uma construção histórica, arraigada de interesses, sentidos e intenções. “As fontes não falam por si mesmas; elas são problematizadas e interrogadas” (RIZZINI, 2012, p. 12).

Para se conhecer o que envolve os acontecimentos do passado, é necessário cuidado no tratamento e na escolha das fontes, bem como compreender e interpretar o que elas dizem. O trabalho de pesquisa no campo da historiografia envolve a seleção, a catalogação, a classificação, a transcrição e a análise das fontes, onde este passo a passo, pode ser uma condição para seu desenvolvimento. Para Santos (2012)

O resultado final do fazer historiográfico é a elaboração de uma narrativa histórica que agrega um conjunto de métodos e procedimentos legitimados na sua cientificidade. Essa densidade a qual nos referimos se define pelo trabalho, e pela metodologia utilizados, o tempo gasto na pesquisa, a análise das informações históricas, a transcrição e interpretação das fontes. Este percurso é nuclear ao trabalho historiográfico, na medida em que o historiador não especula, antes codifica os sentidos históricos e sociais a partir do material manuseado (SANTOS, 2012, p. 375).

Porém, Santos (2012) alerta que os pesquisadores não vejam as fontes a partir de uma perspectiva unívoca — em outras palavras, constituídas de uma natureza única —, mas sim como testemunho e registro do passado. Sobre o passo a passo no manuseio dos documentos e a preparação destes para a pesquisa, Certeau apresenta uma outra postura no seu tratamento:

Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar, em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. Essa nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato recopiar, transcrever, ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. Este gesto consiste em “isolar” um corpo, como se faz em física, e em “desfigurar” as coisas para constituí-

las como peças que preencham lacunas de um conjunto, proposto a priori. Ele forma uma ‘coleção’. (...) Longe de aceitar os dados, ele os constitui. O material é criado por ações combinadas, que o recortam no universo do uso, que vão procurá-lo também fora das fronteiras do uso, e que o destinam a um reemprego coerente. E o vestígio dos atos que modificam uma ordem recebida e uma visão social. Instauradora de signos, expostos a tratamentos específicos, esta ruptura não, é pois, nem apenas nem primordialmente, o efeito de uma “olhar”. É necessário aí uma operação técnica (CERTEAU, 2013, p. 69-70).

Neste sentido, a operação técnica, para Certeau, consiste em separar, reunir, transformar as fontes em documentos, ações combinadas que levam o historiador a dar lugar, sentido e valor à estas fontes, no desenvolvimento da sua escrita.

Assim, as orientações de Certeau, nortearão o tratamento das fontes selecionadas para esta pesquisa, que se situa no campo da história da educação, empenhando-se em revelar as ações de educação e assistência à infância acolhida na Instituição Pia Nossa Senhora das Graças. Instituição que acolhia e educava crianças pobres do Município de Belém do Pará.

1.6 Análise do *corpus*

Dada a pluralidade no ato de se estudarem os fenômenos sociais, educacionais e históricos que ocorrem em uma sociedade, elegeu-se a matriz teórica da história cultural de Roger Chartier, como base norteadora para a análise do *corpus* desta pesquisa, uma vez que os indícios das representações e práticas que envolvem o objeto de estudo estão presentes nos documentos.

Ao se propor estudar uma instituição, fazem-se necessários questionamentos como: para que foi criada? O que era ensinado? Como era o cotidiano? Quem financiava seus programas? Como era o espaço físico? Que rituais se praticava? Todos estes questionamentos são relevantes para mostrar a cultura, educação e ações voltadas para os sujeitos atendidos.

É preciso entender que, no caso da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, esta atendia crianças pobres e abandonadas no município de Belém no regime de internato. Neste sentido, a categoria à qual a criança atendida pertence, aponta as desigualdades presentes no universo de ser criança e do viver como criança. Por meio dos estudos de Rizzini (2004), Schueler considera que

A forma de educação asilar se constituiu em um dos equipamentos desenvolvidos para lidar com essa diversidade de sujeitos, pois no correr dos séculos XIX e XX houve a criação de internatos voltados para o atendimento da gente da “boa sociedade”, especialmente os colégios destinados às elites políticas e culturais, mas também para religiosos, crianças, idosos, desvalidos, mendigos, abandonados, infratores, alcoólatras, dependentes químicos, estudantes rurais, alienados, crianças portadoras de necessidades especiais e até mesmo para a formação de professores (SCHUELER, 2009, p.2).

Assim, a representação e práticas presentes na história da infância nos mostra os lugares que a categoria “criança” ocupou e como esta deveria ser atendida. Portanto, é impossível deixar de articular história da infância e história da instituição, já que são indissociáveis nesta pesquisa.

Entre as categorias que ora representam a infância, temos a criança pobre, com deficiência, a indígena, a menina, o menino, o órfão, o abandonado e o delinquente. Segundo Schueler,

Aos fatores relacionados às idades, estavam associados os papéis e desempenhos específicos que dependiam das relações de classe, etnia e gênero, nas quais se inseria a criança. Conceitos como infância desvalida, infância abandonada, infância delinquente, e os usos da categoria menor, emergiram, tendo sido elaborados nos processos de lutas e embates políticos, econômicos e culturais num determinado contexto histórico (SCHUELER, 2009, p.2).

Traços do cotidiano e as experiências vivenciadas marcam a trajetória dos sujeitos por onde passam, tomadas por símbolos e ideologias. Segundo Chartier (2002), as formas simbólicas consistem em todas as categorias e todos os processos que constroem o mundo como representação.

É na representação que se revelam as práticas e as experiências vividas; e, partindo da necessidade de o texto estar vinculado às representações políticas, sociais e culturais de um tempo histórico, é que se faz mister o entrecruzamento dos acontecimentos que estão envolvidos na construção dessa história, dando sentido e significado a cada um.

Em uma instituição educativa, temos diversas práticas envolvidas e vinculadas ao contexto em que foi criada. Assim, entende-se que instituição educativa não está restrita aos espaços escolares, mas vai além. Neste sentido, ao pesquisar uma instituição educativa, como no caso da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, teremos a chance de identificar, conhecer, compreender e relacionar as representações e práticas reveladas nos documentos desta Instituição, com o contexto em que foi criada.

Para Castanho (2008), “instituição educativa é um termo mais amplo e abrange não somente a escola como a conheceu, no seu envolver histórico, mas também outras formas sociais duradoras em que se desenrola o processo de transmissão cultural” (CASTANHO, 2008, p. 44).

Para Chartier, “A historia cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social

é construída, pensada, dada a ler.” (CHARTIER, 2002, p.16-17). Neste sentido, a História Cultural, para Chartier, pode ser trabalhada pelo olhar da representação e práticas. A construção do conceito de representação em Chartier nos abre a possibilidade de compreensão do cultural e do social da realidade pertencente ao objeto que se quer estudar. No entanto, é importante percebermos como são construídas as representações do mundo social e como relacionar os discursos por meio da representação. Neste direcionamento, Chartier aponta que

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade a custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação (CHARTIER, 2002, p.17).

Ressaltamos que na Obra “História Cultural: entre práticas e representações”, Chartier propõe que o estudo realizado à luz da História Cultural esteja pautado em três elementos simultaneamente: a Representação, Apropriação e Prática. Ao conceituar sobre representação assinala que,

Desta forma, pode pensar-se uma história cultural do social que tome por objeto a compreensão das formas e dos motivos – ou, por outras palavras, das representações do mundo social – que, à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse” (CHARTIER, 2002, p. 19).

É necessário analisar as formas e os motivos que dão sentido à instituição, as ideologias que revelam as posições e interesses, dos envolvidos na sua implementação, bem como os critérios para a escolha do público ao qual se destina. No que tange ao conceito de apropriação, Chartier orienta que

A apropriação, tal como a entendemos, tem por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem. Conceder deste modo atenção às condições e aos processos que, muito concretamente, determinam as operações de construção de sentido (na relação de leitura, mas em muitas outras também) é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que as inteligências não são desencarnadas, e, contra as correntes de pensamento que postulam o universal, que as categorias aparentemente mais invariáveis devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas (CHARTIER, 2002, p. 26-27).

Assim a Apropriação remete à ideia de perceber as condições e os processos que levaram a instituição a escolher esta e não aquela opção no atendimento e na implementação de suas ações. Em relação à constituição das Práticas, Chartier assinala que,

por outro lado, esta história deve ser entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido. Rompendo com a antiga idéia que dotava os textos e as obras de um sentido intrínseco, absoluto, único – o qual a crítica tinha a obrigação de identificar –, dirige-se às práticas que, pluralmente, contraditoriamente, dão significado ao mundo. Daí a caracterização das práticas discursivas como produtoras de ordenamento, de afirmação, de divisões; daí o reconhecimento das práticas de apropriação cultural como formas diferenciadas de interpretação” (CHARTIER, 2002, p. 19- 27).

Desta forma, podemos entender que, na construção das práticas, devemos caracterizá-las com base nos documentos da instituição, passíveis de diversas interpretações e sentidos, revelando quais práticas são estas e como elas são apropriadas por cada grupo. As representações podem mostrar as relações de poder, a organização da sociedade de determinado tempo, por meio das práticas estabelecidas. Ao trabalhar com documentos temos a oportunidade de construir as representações e práticas produzidas na IPNSG, no atendimento à infância em Belém.

Feita esta breve explanação sobre o caminho a seguir ao optar em trabalhar com a História Cultural à luz de Roger Chartier, realizamos a leitura dos documentos selecionados para este estudo, afim de mapear o teor de seus assuntos e extrair as categorias de análise. Neste direcionamento, os documentos apontaram as seguintes categorias: *Instituição*, *Infância*, *Assistência*, *Educação e Internato*. Assim, a seguir, fazemos uma breve descrição sobre as referidas categorias.

Na categoria *Instituição*, abordamos sobre a origem da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, objeto de estudo desta dissertação, o conceito desta modalidade de organização, seus ideais, objetivos, projetos, critérios de admissão, regime de atendimento, sua relação com o contexto nacional e legislação vigente.

No que tange à categoria *Infância* atentamos em revelar quem é a infância pobre, órfã e abandonada; e identificar por que esta foi definida como público alvo de atendimento da Instituição; bem como buscamos identificar as preocupações que permeavam esta infância, via instituição e em nível nacional.

Em relação à categoria de análise *Assistência*, tratamos sobre as ações de assistência praticadas pela instituição, a relevância e os objetivos dessas práticas, as parcerias que se

mantiveram durante o período histórico estudado, bem como identificamos a relação dessas práticas de assistência com as políticas disponíveis à época.

Na categoria *Educação*, evidenciamos objetivos e relevância da educação bem como as práticas educativas que foram adotadas pela Instituição Pia Nossa Senhora das Graças. Tratamos, ainda, sobre as parcerias que se estabeleceram para que estas ações educativas ocorressem.

Por fim, na categoria *Internato* abordamos sobre o conceito de internato, apontamos o porquê desse regime de atendimento ser ideal no atendimento à infância pobre, quais suas características, bem como a relação deste modelo de atendimento à infância pobre com o contexto nacional e a legislação política da época.

Ao articular essas categorias temos a oportunidade de pensar a relação infância-educação-instituição e história, podendo assim traçar uma história cultural do social, revelando a finalidade da instituição, bem como as práticas educativas e de assistência voltadas para a infância atendida no período de 1943 até 1975.

1.7 Organização do texto

O presente texto está estruturado em quatro seções. Na primeira seção realizamos uma breve Introdução que aborda a motivação do estudo, questões norteadoras da pesquisa, estado da arte afim de identificarmos os estudos já realizados sobre história das instituições educativas voltadas para o amparo e educação da infância pobre no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará e Banco de Teses e Dissertações da Capes bem como, a trajetória da procura pelo corpus, a pesquisa com documentos e sua relação com a análise do *corpus*.

Na segunda seção abordamos a infância desamparada nas mãos da igreja, a instituição como medida para dar conta da infância pobre enquanto problema social e o internato como modelo asilar para a infância pobre, bem como realizamos a discussão sobre a transição do atendimento à infância pobre, que se desloca da caridade para a responsabilização do Estado.

Na terceira seção tratamos sobre a origem da Associação da Juventude Antoniana – associação religiosa que precedeu a Instituição Pia Nossa Senhora das Graças e as ações caritativas dos frades capuchinhos em Belém do Pará, abordando ainda sobre origem da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças.

Na quarta seção destacamos a criação do Internato da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças e analisamos as práticas de assistência e educação direcionadas às meninas pobres admitidas na Instituição, no intuito de atender aos objetivos propostos.

2 A INFÂNCIA DESVALIDA COMO PROBLEMA SOCIAL NO BRASIL

Internas da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças apresentando no Salão de trabalhos manuais as peças de corte e costura produzidas na Escola Doméstica da Instituição.



Fonte: Álbum de 1962. Arquivo da Instituição.

Nesta Seção fazemos uma discussão sobre a Infância como problema social e sua relação com a criação de instituições utilizadas como modelo asilar no amparo a infância pobre, órfã e abandonada. As primeiras instituições criadas para estes fins são de caráter religioso e são oriundas do período colonial. No entanto entre os séculos XIX e XX, na virada da Monarquia para o Regime da República, ideais do cientificismo reflexo do evolucionismo, e o determinismo social assolam o Brasil. O crescimento da população nas capitais e desenvolvimento industrial, ao mesmo tempo em que traziam o progresso, favoreciam o aumento da pobreza e de crianças na rua perambulando, pedindo ou praticando furtos.

Neste sentido, a infância será considerada de maneira diversa da que a enxergava com os olhos da ingenuidade. A Infância está no alvo dos debates em relação à saúde, educação e segurança. Juristas, médicos, políticos e intelectuais iniciam o debate sobre a infância como futuro da nação e sobre os perigos a que estaria exposta em meio ao ambiente nocivo da rua, muito mais com o agravante da pobreza.

A solução pensada para dar conta da Infância pobre no século XX, foi a criação de instituições do tipo internato, onde lá seria ensinado a ler, escrever, dariam ensinamentos morais e dos bons costumes pautados na doutrina cristã, alimentação e vestuário e ainda educação industrial para os meninos e educação doméstica para as meninas.

A família pobre geralmente numerosa também recebeu atenção sobre os cuidados na saúde e educação das crianças, sendo muitas vezes convidada a deixar seus filhos sobre os cuidados no internato por ser julgada como incapaz de criá-los. A preocupação com infância neste período rendeu regulamentos que passaram a categorizá-las em “abandonadas” e “delinquentes”, onde para cada uma havia um modelo institucional diferenciado.

O modelo de instituição em regime de internato, fazia agora parte de ações do governo, a atenção a infância tornava-se uma questão nacional, para dar conta das mazelas que acometiam a infância, quais sejam a fome, pobreza, as doenças e ausência da escola. A ela seria ofertada a educação dos bons costumes morais, do amor ao trabalho e ensinamentos religiosos.

Assim as chamadas Instituições Totais segundo Goffman (2005), são um local onde mantém os indivíduos enclausurados, em uma situação semelhante, separados da sociedade por um certo tempo, com a vida formalmente administrada. Estes tipos de instituições multiplicam-se no Brasil entre os séculos XIX e XX no atendimento à infância pobre.

2.1 A criação de instituições de educação e assistência à infância no Brasil entre os séculos XIX e XX

Ao longo da história da educação e assistência à infância encontramos registros de diversas instituições que possuem a finalidade de dar proteção e formar os sujeitos, entre elas temos espaços como a família, a escola, a igreja, a fábrica, o internato, o instituto e o educandário. Assim, dependendo do lugar que o sujeito ocupa na sociedade em que ele se encontra inserido ou excluído, será este então, direcionado ao setor que se responsabilizará por sua formação. Neste sentido, Cambi (2013) chama atenção da necessidade de pesquisar as instituições

Trata-se de instituições às quais é confiado um papel formativo preciso nos diversos tipos de sociedade e que devem ser pesquisadas com instrumentos quer sociológicos, quer históricos *tout court*, quer, ainda teóricos, que esclareçam a função articulada que elas têm nas sociedades, através de processos de análises ora contextualizantes, ora fortemente disciplinares (CAMBI, 1999, p. 30).

Os sujeitos colocados à margem da sociedade, dentre eles as crianças pobres, abandonadas, órfãs, negras, ou com deficiência, por séculos, foram alvo destas instituições, cujas intenções vão além do que se prega como finalidade, fazendo muitas vezes parte de um projeto maior: de civilização e manutenção da ordem em uma sociedade. A lógica da internação por meio do acolhimento de crianças pobres no Brasil existe desde o período colonial. Em seus estudos Rizzini indica que

O Brasil possui uma longa tradição de internação de crianças e jovens em instituições asilares. Muitos filhos de famílias ricas e dos setores pauperizados da sociedade passaram pela experiência de serem educados longe de suas famílias e comunidades. Desde o período colonial, foram sendo criados no país colégios internos, seminários, asilos, escolas de aprendizes artífices, educandários, reformatórios, dentre outras modalidades institucionais e assistenciais de cada época (RIZZINI 2004, p. 22).

Irene Rizzini (2011) em seus estudos sobre a infância pobre aponta que na idade média as esferas religiosas possuíam domínio total da assistência ao pobre, nesta linha de análise, há diversas publicações que também reforçam estas evidências. A autora afirma que, segundo estudos de Michel Mollat, há diversos casos de missionários, que desenvolviam atividades em hospitais vinculados aos asilos que acolhiam e medicavam doentes, deficientes físicos, velhos, crianças órfãs e abandonadas. Todos a quem, por ventura, viesse a faltar alimento, poderiam ser amparados por estas instituições.

As autoras Rizzini & Rizzini (2004) apontam que no Brasil eram os jesuítas responsáveis pela implantação das primeiras escolas para ensinar os meninos de aldeias indígenas e vilarejos a ler, escrever e contar, bem como a criação de colégios para formação religiosa e instrução superior dos rebentos das camadas burguesas.

No entanto, com a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal em 1759, outras ordens religiosas ocuparam as terras brasileiras, onde segundo estudos de Schueler (2001), citado por Rizzini & Rizzini (2004), dão origem aos seminários, colégios para órfãos e recolhimento de órfãos na segunda metade do século XVIII. Neste sentido, é a igreja na figura das ordens religiosas que inicia o atendimento às crianças pobres por meio das instituições. Outra modalidade de acolhimento da infância utilizada desde o século XVIII é a Roda dos Expostos destinada aos bebês abandonados e também criada por um grupo religioso chamado de “Santa Casa de Misericórdia”.

Marcílio (1998), em sua pesquisa sobre infância pobre abandonada, aponta que esse período onde a assistência se dá de forma caritativa, inicia-se na colônia e se estende até meados do século XIX, assim

O assistencialismo dessa fase tem como marca principal o sentimento da fraternidade humana, de conteúdo paternalista, sem pretensão a mudanças sociais. De inspiração religiosa, é missionário e suas formas de ação privilegiam a caridade e a beneficência. Sua atuação se caracteriza pelo imediatismo, com os mais desvalidos, por meio de esmolas ou das boas ações- coletivas ou individuais. Em contrapartida, esperam receber a salvação de suas almas, o paraíso futuro e, aqui na terra, o reconhecimento da sociedade e o status de beneméritos. Ideologicamente, procura-se manter a situação e preservar a ordem, propagando-se comportamentos conformistas (MARCÍLIO, 1998, p. 134).

As rodas que datam sua origem no período do Império, auxiliaram em evitar que o bebê, cuja a mãe tomasse a decisão de abandoná-lo, não fosse vítima do desamparo nas ruas ou igrejas. Muitas mães buscavam ocultar nas rodas “a desonra de gerar um filho ilegítimo, ou que não tinham condições de criá-lo” (RIZZINI, 2004, p. 24).

Venâncio (2002), em seus estudos sobre o abandono de crianças entre os séculos XVIII e início dos XIX, no Rio de Janeiro e São Paulo, afirma que a maioria das crianças enjeitadas na roda não voltava para o seio da família, e aquelas que ficavam na responsabilidade das “criadeiras” tinham prazo de idade para permanecer na residência destas, a idade limite para ser atendido pela Santa Casa era de 7 anos, tornando-se uma preocupação para as autoridades de Portugal. Assim foi criado um alvará no ano de 1775, a fim de que este problema fosse resolvido, neste sentido

Tanto os meninos quanto as meninas deveriam, a partir dos sete anos de idade, ser tratados como quaisquer outras pessoas do povo, para que deixando a ociosidade, buscassem o sustento no seu próprio trabalho *indústria pessoal*. Apesar de utilizar esses termos rudes, o alvará de 1775 representou uma mudança positiva em relação aos cuidados para com os meninos e meninas abandonados. Nele, pela primeira vez, foi indicado claramente que os enjeitados deveriam merecer a proteção dispensada aos órfãos. Segundo os padrões da época, as crianças com pais e mães mortos ficavam sujeitos aos juízes de órfãos até completarem 20 anos de idade. A nova legislação, se colocada em prática, implicaria dessa forma em estender a vigilância sobre os expostos até atingirem a idade adulta (VENÂNCIO, 2002, p. 147).

Conforme Venâncio (2002), o enjeitado teria um tutor que se responsabilizaria por ele até os 12 anos. Segundo o alvará de 1775, este lhe daria educação, vestimenta e sustento. No entanto, essa liberdade que se dá aos juízes para decidirem sobre o destino dos expostos faz parte de uma parceria maior entre Santa Casa e Juízes. A ausência dos tutores, na prática, reforçou o poder dos juízes de órfãos em relação aos expostos, fazendo com que, junto aos administradores da Santa Casa, fossem implementadas experiências de transformar os enjeitados, o mais breve possível, em pequenos trabalhadores (VENÂNCIO, 2002, p. 148).

Assim muitos expostos a partir dos sete anos eram provavelmente enviados para as companhias de Aprendizes de Marinheiros para aprenderem um ofício e trabalhar em navios; ou seguirem carreira eclesiástica, como indica Venâncio (2002).

No entanto, para um exposto seguir carreira eclesiástica não era fácil, este deveria ter herdado algo que cobrisse seu sustento até a idade adulta, onde o Seminário ao qual este fosse vinculado administraria sua herança, caso não houvesse herança, a casa dos expostos repassaria uma verba referente ao sustento deste. Venâncio (2002) por meio dos estudos sobre o Seminário de Santo Antônio, que abrigou órfãos e expostos no Rio de Janeiro e pertencia aos Franciscanos, identificou que

os registros conservados mostram que, durante a segunda metade do século XVIII, o seminário acolheu apenas 10 enjeitados da Misericórdia, em outras palavras, uma criança a cada dez anos. Ora, como mencionamos, os recursos eram escassos, daí uma das razões das limitações impostas pelos seminários. Apesar de ser uma chance para poucos, os meninos que conseguiam uma vaga de seminarista superavam boa parte das desvantagens impostas pelo abandono. De certa maneira, o ingresso na carreira sacerdotal “purificava” socialmente os expostos, oferecendo aos mesmos chances extraordinárias de ascensão dentro da burocracia eclesiástica ou, então, no interior da administração das instituições laicas do mundo colonial (VENÂNCIO, 2002, p.155).

Sobre as primeiras instituições criadas para educação de órfãos no Brasil, Rizzini (2004) salienta que

as primeiras instituições para educação de órfãos e órfãs datam do século XVIII e foram instaladas em várias cidades brasileiras por religiosos (irmandades, ordens, e iniciativas pessoais de membro do clero). O regime de funcionamento das

instituições seguia o modelo do claustro e da vida religiosa. As práticas religiosas e o restrito contato com o mundo exterior eram características fundamentais dos colégios para meninos órfãos e dos recolhimentos femininos, sendo que, no segundo caso, a clausura era imposta com mais rigor (RIZZINI, 2004, p. 24).

Segundo Goffman (2005), estes espaços em que o cotidiano é vivido em Claustro, no qual os sujeitos realizam suas tarefas diárias como estudar, trabalhar e dormir, são considerados como Instituições Totais. O referido autor aponta que sobre essas instituições

Quando resenhamos as diferentes instituições de nossa sociedade ocidental, verificamos que algumas são muito mais “fechadas” do que outras. Seu “fechamento” ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes são incluídas no esquema físico- por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos (GOFFMAN, 2005, p. 16).

No que tange ao atendimento de meninas expostas e pobres, à estas dava-se controle duplicado, nesta perspectiva

as meninas dispunham de um conjunto de alternativas bem menores do que os rapazes. Em compensação, a integração delas em lares adotivos não devia ser difícil; afinal, era tentador para as *criadeiras* e *criadores* permanecer com uma servição doméstica, cuja condição social beirava a das escravas. Os próprios administradores do hospital inquietavam-se diante dessa possibilidade, assim como perante o risco de as meninas exploradas poderem fugir da casa das amas, enveredando em uma vida de escandalosos e devassos costumes. Frente a esse risco, os responsáveis pela Santa Casa aprovaram, também em 1739, a edificação do Recolhimento de Meninas Órfãs Pobres e Porcionista de Nossa Senhora da Misericórdia. O abrigo das órfãs aceitou enjeitadas mediante a concessão de enxovais e dotes. Esse último recuso era emprestado a juros e servia para custear as despesas da enjeitada (VENÂNCIO, 2002, p. 155-156).

Nestes recolhimentos as internas aprendiam afazeres domésticos e primeiras letras. O dote recebido pela exposta tornava-se um grande estímulo para que esta conseguisse um pretendente para casar. Segundo Mattoso (1979), citado por Venâncio (2002), o dote no valor de 400\$000 réis, por exemplo, corresponde neste período a compra de dois ou três escravos adultos. Ainda conforme Venâncio (2002):

As internas frequentavam aulas de primeiras letras e aprendiam os demais misteres domésticos, tais como cozinhar e costurar. A partir dos 14 anos, as meninas podiam sair do Recolhimento para se casarem. Isto era permitido desde que o pretendente provasse ter ofício e domicílio fixo (VENÂNCIO, 2002, p. 156).

Porém, muitas jovens possivelmente poderiam ter um destino diferente do casamento. Devido à falta de recursos do recolhimento muitas jovens eram encaminhadas para casas de família, “na prática, a “solução final” em relação às enjeitadas era a da alocação familiar,

situação na qual elas eram assimiladas à condição de domésticas ou serviçais” (VENÂNCIO, 2002, p. 157).

A maioria dessas meninas também era encaminhada aos internatos com intuito de moldar seu comportamento aos bons costumes. A questão da assistência e controle social da pessoa, por ser pobre e por ser mulher, funcionava como duplo mecanismo de controle e isolamento.

Muitas famílias costumavam procurar estas instituições por não ter condições de criar suas crianças, devido à situação de pobreza. Dessa forma, os internatos surgem como opção para amparar tanto as crianças órfãs como crianças pobres. Segundo Rizzini, “grande parte da “clientela” das instituições era internada pelas próprias famílias, sendo as crianças retidas nos internatos e transferidas de tempos em tempos para outros, de acordo com a sua faixa etária, sexo, perfil e comportamento” (RIZZINI 2004, p. 16).

A presença das ordens ou missões religiosas no Brasil fazem parte do projeto de expansão do catolicismo nesta região, assim além do ensino elementar, era incluído na educação das crianças o ensinamento da doutrina cristã.

No que tange ao sistema de rodas, este vigorou em torno de 150 anos no Brasil, sua extinção começou a ser cogitada, por ser um modelo de asilamento que não se harmonizava com os ideais que se propagaram no século XIX, sofrendo inúmeras críticas por parte dos médicos higienistas que consideravam inadequados para atender crianças. Por esse viés de análise Rizzini (2011) salienta que

coube aos higienistas e demais moralistas, polemizar contra a assistência caritativa com base em argumentos respaldados na moral e nos conhecimentos adquiridos pela ciência médica. O alvo das críticas será justamente a roda dos expostos. Sua existência não podia mais ser tolerada: por um lado ela constituía um atentado à moralidade ao incentivar uniões ilícitas, que resultavam em filhos ilegítimos, anonimamente abandonados nas rodas. Além disso, era sabido que em épocas de maior escassez, os pais entregavam seus filhos às rodas para aliviarem-se do encargo de criá-los; por outro lado, o amontoamento de crianças nos asilos feria os preceitos da higiene, o que era largamente atestado pela facilidade com que as crianças morriam naqueles estabelecimentos (RIZZINI, 2011, p. 111).

Embora sejam traçadas críticas às rodas, elas permaneceram cerca de 150 anos em diversas instituições de acolhimento à infância pobre, que se concentraram nas mãos dos grupos religiosos, e nas mãos do estado. Assim, na virada do século XIX e durante o século XX, igreja e estado reatam as relações na dobradinha para garantir a “salvação” das camadas inferiores.

No século XIX as instituições voltadas para o acolhimento da infância pobre, sofrem transformações na sua finalidade, onde o atendimento é remoldado conforme os fatores político-ideológicos que movem o país. Segundo Rizzini:

No século XIX – o chamado “século das luzes”, que, por influência do ideário da Revolução Francesa, progresso e civilização vão nortear os programas educacionais do mundo ocidental – os asilos para crianças pobres sofrem mudanças gradativas rumo à secularização da educação. Questiona-se o domínio do ensino religioso em detrimento do ensino “útil a si e à Pátria”, embora o primeiro nunca tenha deixado de fazer parte dos programas das instituições públicas. Percebido como garantia da transmissão dos preceitos morais, dos bons hábitos e das noções de ordem e hierarquia, nunca se cogitou seriamente em excluí-lo dos asilos e das escolas oficiais (RIZZINI, 2004, p. 24).

Durante o reinado de D. Pedro II, é instituído o ato adicional de 1834 (Lei n. 16/08/1834), determinando que as províncias ficassem incumbidas de ofertar instrução primária e profissional às crianças e aos adolescentes das camadas populares, criando assim institutos e escolas (RIZINNI, 2004).

A pedagogia moderna entra em cena nos projetos de funcionamento dos internatos. A educação integral, que consiste na educação física, intelectual e moral permeava a lógica ideal de formação do indivíduo. A educação física para fortalecer o corpo e a intelectual para que aprenda conhecimentos elementares e prática para o trabalho e a moral para que seu comportamento se volte para o amor ao trabalho, disciplinarização do corpo e submissão à sua condição de pobreza.

Neste sentido, Gondra e Rizzini (2014), por meio de seus estudos sobre o “asilo dos meninos desvalidos”, criado em 1875 na Corte, pelo governo imperial, e a Escola Quinze de Novembro, criada em 1899, na cidade do Rio de Janeiro, destacam que “tais preceitos, aplicados às “camadas inferiores” da sociedade, traduziam-se no preparo intelectual prático, voltado para as necessidades do trabalho, no fortalecimento do corpo, por meio dos exercícios ginásticos e militares e da formação moral” (GONDRA & RIZZINI, 2014, p. 10).

Assim, é no século XIX que se instalaram, no Brasil, as Casas de Educandos Artífices, instituição que, além de ofertar instrução aos meninos matriculados, ensinava-lhes um tipo de ofício. Com base nos estudos de Irma Rizzini (2001 e 2002), a autora Irene Rizzini (2004) aponta que

nove províncias brasileiras instalaram Casas de Educandos Artífices, onde meninos pobres recebiam instrução primária, musical e religiosa, além do aprendizado de ofícios mecânicos, tais como o de sapateiro, alfaiate, marceneiro, carpinteiro, entre outros. Nas últimas décadas do século foi introduzido o aprendizado de topografia.

Novas matérias foram adotadas, conforme as necessidades profissionais da época, como o desenho e a geometria (RIZZINI, 2004, p. 25).

As meninas órfãs e pobres também passaram por esse processo de internação. Foram criadas instituições específicas para o recolhimento de meninas, com educação e ensino de ofícios diferenciados dos meninos. Conforme aponta Rizzini foram criadas várias instituições nas províncias com o intuito de abrigar meninos como o “recolhimento de órfãs” no Rio de Janeiro e na Bahia criados pela Santa Casa da Misericórdia, o recolhimento “Nossa Senhora da Glória” localizado em Pernambuco e criado pelo Bispo Azevedo Coutinho e o Recolhimento dos Remédios, criado no Maranhão pelo jesuíta Malagrida. Segundo Rizzini:

As meninas órfãs e desvalidas dos séculos XVIII e XIX podiam contar com a proteção dos recolhimentos femininos, criados por religiosos. Os recolhimentos para órfãs no Brasil são tão antigos quanto as casas de expostos. Os do Rio de Janeiro, Salvador, Pernambuco e Maranhão surgiram no século XVIII, voltados para a proteção e educação de órfãs pobres (de ambos os pais ou somente de pai, o que já definia a condição de orfandade), filha de legítimo casamento. A legitimidade indicava a necessidade de proteção do infortúnio da perda de seu protetor, o pai que lhe poderia garantir no futuro o lugar social mais valorizado para a mulher: um bom casamento, através de uma educação condigna do dote. O asilo substitui a tutela do pai, oferecendo os meios necessários para as futuras mães de família reproduzirem seu lugar na sociedade (RIZZINI, 2004, p. 26).

2.2 O internato como modelo asilar para a infância pobre na metade do século XIX e meados do século XX

Após a criação das casas dos expostos pela Ordem religiosa da Santa casa da Misericórdia, surgem as Companhias de Aprendizizes Marinheiros, Venâncio (2013) aponta a importância de se reconhecer que as companhias de aprendizes marinheiros, instituídas a partir de 1840, representavam uma ruptura fundamental em relação ao atendimento dos meninos pobres maiores de sete anos de idade. Portanto, foi criada, nas províncias, uma instituição inteiramente pública para menores que não pudessem permanecer sob a custódia dos hospitais ou de seus responsáveis.

De acordo com Venâncio (2013), são atendidas três categorias de sujeitos, quais sejam: os enjeitados das casas de expostos, os enviados da polícia e os voluntários matriculados pelos pais ou responsáveis. Sobre o atendimento nestas instituições, o autor aponta que era oferecido um enxoval para o sujeito matriculado, e os responsáveis pela categoria de voluntários ainda ganhavam um auxílio em dinheiro, estimulando, assim, a procura pela instituição.

Pela pobreza que assolava o Brasil neste período, percebe-se que a instituição também era o meio de prover melhoria na situação financeira da família, que optava por agregar o filho a esta instituição. No que tange ao significado destas instituições para as famílias, o referido autor assinala que

um olhar anacrônico e moralista veria nesse gesto uma demonstração de avidez mercantil e de falta de amor paterno; a análise da documentação revela, porém, que o envio da criança à Marinha podia significar uma atitude de preocupação e desvelo familiar, pois a referida instituição consistia em uma das pouquíssimas alternativas de aprendizado profissional destinada à infância pobre (VENÂNCIO, 2013, p. 199).

Os meninos matriculados viviam em regime de internato em navios-escolas e diariamente ocupados com atividades. Segundo Venâncio (2013), aos admitidos era ensinado tudo aquilo que um marinheiro deveria aprender: coser velas, remar, utilizar armas, além disso, praticavam aulas de natação e quatro vezes por semana, aprendiam as primeiras letras.

Estas instituições espalharam-se por todo o Brasil, e a elas era dado grande prestígio no período de 1840 a 1864. Porém, com o advento da Guerra do Paraguai, houve uma inversão em relação à procura das famílias para o recrutamento dos menores. O governo imperial não previa uma Guerra tão longa e, portanto, não possuía quantidade suficiente de soldados prontos para atuar em guerra. Desta forma,

ao perceber a gravidade da situação o governo imperial foi progressivamente sancionando leis que procuravam contornar a falta de planejamento das Forças Armadas no período prévio à entrada no conflito. Escravos, libertos e prisioneiros, foram recrutados para o exército, enquanto a Marinha começou a esvaziar as companhias de aprendizes enviando os meninos para os batalhões navais (VENÂNCIO, 2013, p. 202).

Assim, muitas famílias demonstraram insegurança em matricular os filhos nesta instituição durante a Guerra do Paraguai. Venâncio (2013) explica que a categoria de voluntários contava com 70% do total de alunos ingressantes, porém o período que compreende 1865 a 1870 (guerra do Paraguai), essa mesma categoria é de apenas 15% do total de admitidos.

E assim, no Brasil, são fundadas diversas instituições no século XIX e XX, que utilizam crianças e jovens do sexo masculino das camadas pobres para irem à guerra aprenderem os ofícios manuais e trabalharem em navios. Inicia-se a trajetória da infância nas mãos dos militares. Gondra e Rizzini (2014) nos seus estudos sobre instituições assinalam que

na experiência do Asilo dos Meninos Desvalidos, a aplicação da educação integral articulava três dimensões: casa, escola e oficina. Outras instituições do gênero, como

as primeiras casas e institutos de educandos artífices, também funcionavam apoiadas nesses três princípios gerais. Mais uma vez, cabe sublinhar que esse traço comum não permite afirmar que tenha havido um funcionamento homogêneo dos diferentes estabelecimentos construídos no Brasil para o atendimento da criança pobre (GONDRA & RIZZINI, 2014, p. 11).

No caso das meninas pobres, o enclausuramento é o mesmo rumo que lhes dão, porém, as atividades de ensino são diferentes. No século XIX, surgiram instituições que lhes ensinavam a serem boas esposas, a aprenderem a fiar, a bordar entre outras atividades, ou seja, eram preparadas para serem mães de família.

Na virada da Monarquia para o Regime da República, ideais do cientificismo, reflexo do evolucionismo e o determinismo social assolam o Brasil, país em que a infância será olhada de modo diferente, não mais ingênuo. Além disso, os cuidados a ela dedicados não se restringirão mais somente à igreja ou à família. Surge então a presença do Estado como aparelho de controle da família e da infância. Segundo Rizzini

Sob esta ótica, zelar pela infância corresponde a um gesto de humanidade descolado da religião; uma ação que transcende o âmbito das relações privadas da família e da caridade para significar a garantia da ordem ou da ‘paz social’. De acordo com a lógica evolucionista e positivista da época, vigiar a criança para evitar que ela se desvie é entendido como parte de uma missão eugênica, cuja a meta é a regeneração da raça humana. O homem tem nas próprias mãos o poder de manipular destinos e influir no futuro da humanidade (RIZZINI, 2011, p. 24).

A infância, agora, torna-se uma questão nacional, e o Estado terá o poder de moldá-la ou regenerá-la, bem como de reformar os desviados e eivados de vícios que farão jus, ao progresso que se desejava alcançar no país. Médicos-higienistas, juristas e os homens da tribuna, passam a disseminar o ideal de infância que o país necessita, disseminando, por meio de seus discursos, práticas que deveriam ser adotadas.

No início do século XX, as instituições que só asilavam, se transformam em institutos, escolas profissionais e escolas agrícolas, as preocupações na República são diferentes. Sanear a sociedade era o caminho que moldaria os sujeitos à ordem que ora se projetava. Nesta perspectiva, Rizzini (2011) analisa que

o caminho foi aquele compatível com a tendência apontada, de deslocamento da caridade para a filantropia, claramente entendida como substituição de um ação essencialmente religiosa por uma assistência de cunho social. Porém como dosar a liberdade e moldar os comportamentos adequados à nova ordem? Através do discurso da moralidade e da imposição de uma prática moralizadora que enquadrasse as massas. Não mais a contenção com base na racionalidade da fé, mas o freio através da regulação dos comportamentos pela moral. Era preciso estabelecer uma distinção clara entre os dois terrenos – marcar a nova ética na esfera estritamente terrena, onde a noção de pecado é substituída pela de vício- algo perfeitamente

observável no homem; algo que pode ser adquirido, mas também evitado ou corrigido (RIZZINI, 2011, p. 109).

A representação do que é a infância para o Estado vai de um extremo ao outro: de um lado estava a infância como o futuro da nação; de outro lado, poderia ser sua perdição, uma vez que esta também é vista como possível delinquente, se enquadrada em situações viciosas, devendo assim ser identificadas as situações em que esta poderia “se tornar perigosa” para a sociedade. Em relação às representações sobre a infância neste período, Rizzini salienta que

esta visão ambivalente em relação à criança- perigo versus perigosa- torna-se dominante no contexto das sociedades modernas, crescentemente urbanizadas e industrializadas. No Brasil, ao final do século XIX, identifica-se a criança, filha da pobreza-‘material e moralmente abandonada’- ‘*como um problema social gravíssimo*’, objeto de uma ‘magna causa’, a demandar urgente ação. Do referencial jurídico claramente ao problema, constrói uma categoria específica – a do menor – que divide a infância em duas e passa a simbolizar aquela que é pobre e potencialmente perigosa; abandonada ou ‘*em perigo de o ser*’; pervertida ou em ‘*perigo de o ser*’ (RIZZINI, 2011, p. 26).

A criança pobre estava então diante da dualidade, de ora ser protegida pelo estado, ora se tornar ameaça, assim mecanismos de controle e proteção são criados para dar conta deste problema: *a infância pobre*. Portanto, foram criados os mecanismos que envolvem prevenção, educação, recuperação e repressão da criança pobre. Sobre esses mecanismos, Rizzini diz que foi pelas mãos de médicos-juristas e da assistência religiosa que isso se concretizou:

Em discurso caracterizado pela dualidade- ora em defesa da criança, ora em defesa da sociedade- estabelecem-se os objetivos das funções acima: de prevenção (vigiar a criança, evitando a sua degradação, que contribuiria para a degeneração da sociedade); de educação (educar o pobre, moldando-o ao hábito do trabalho e treinando-o para que observe as regras do ‘bem viver’); de recuperação (reeducar ou reabilitar o menor, percebido como ‘vicioso’, através do trabalho e da instrução, retirando-o das garras da criminalidade e tornando-o útil à sociedade); de repressão conter o menor delinquente, impedindo que cause outros danos e visando a sua reabilitação pelo trabalho) (RIZZINI, 2011, p. 26).

Neste sentido, são criadas, em todo país, instituições que serão responsáveis por amparar, educar e reformar as crianças pobres, abandonadas, órfãs e delinquentes, afinadas com regulamentos e decretos criados para determinar o lugar que cada criança irá ocupar. Estas instituições tiveram sua origem no intuito de salvar a infância pobre brasileira, rotulando-a e classificando-a. Segundo Rizzini, a criança pobre passou a ser assistida pela filantropia que resultou da atuação de médicos e juristas nas primeiras décadas do século XX:

Será da medicina (do corpo e da alma) o papel de diagnosticar na infância possibilidades de recuperação e formas de tratamento. Caberá à justiça regulamentar a proteção (da criança e da sociedade), fazendo prevalecer a educação sobre a punição. A filantropia – substituta da antiga caridade – estava reservada à missão de prestar assistência aos pobres e desvalidos, em associações às ações públicas. A composição desses movimentos resultou na organização da Justiça e da Assistência (pública e privada) nas três primeiras décadas do século XX (RIZZINI, 2011, p. 26-27).

Pode-se inferir que para muitas famílias pobres estas instituições representavam a saída para salvar as suas crianças da pobreza que só tendia a aumentar. Os perigos daí advindos assolavam as camadas populares.

As ideias de higienismo e saneamento da população pobre se transformam em ações do Estado, haja vista que este se encontrava em um novo processo de formação política e social, atuando sob a reforma e regeneração da nação, buscando imprimir na população a identidade nacional, moralizá-la e civilizá-la. Segundo Gondra (2002), em relação ao ideal do projeto higienista

a crença no poder indeterminado da razão fez com que a medicina reivindicasse para si a condição de ciência do social ao construir um discurso alargado, capaz de redistribuir saberes e competências, subordinando problemas dos mais variados ao chamado saber médico. Expansão e proliferação de discursos que funcionou como estratégia de afirmação da ordem médica, na medida em que, com esse procedimento, “nada” deveria ser estranho aos representantes dessa ordem (GONDRA, 2002, p. 107).

O ideário republicano estava ancorado na concepção das crianças como futuro da nação, seres que deveriam ser úteis para a sociedade. No entanto, a criança pobre estava acometida por doenças, sem orientação sobre as práticas de higiene e sem acesso à educação. A preocupação com a infância pobre e sua proteção, geralmente presente entre instituições privadas ou religiosas se transformava em preocupação do Estado. Na criança como futuro do país deveria aflorar o gosto pelo trabalho, a higiene, a manutenção da ordem e moral, bem como o patriotismo. Nesse viés de análise, que responsabiliza o estado pela questão da infância, Irene Rizzini (2011) aponta que

o movimento de “salvação da criança” floresceu nos países protestantes da Europa e na América do norte, no período identificado por Cunningham entre 1830 e 1920. Este período foi marcado pela ação cívica de indivíduos através de associação filantrópicas criadas para atuar em defesa dos pobres e necessitados. Especificamente quanto a criança, a ação filantrópica revelou-se das mais intensas e teve um impacto tal, que se atribui em grande parte a esse movimento a pressão para que o Estado assumisse a responsabilidade na criação de políticas públicas à infância (RIZZINI, 2011, p. 101).

Afinado às teorias evolutivas e deterministas do século XIX, este movimento de “salvar a infância” pautava-se na ideia de que caso a criança possuísse uma família eivada de vícios poderia contrai-los ou desenvolvê-los, causando grande caos à sociedade. Assim “salvar essa criança era uma missão que ultrapassava os limites da igreja e da família e assumia a dimensão política de controle, sob justificativa de que havia que defender a sociedade em nome da ordem e da paz social” (RIZZINI, 2011, p. 101).

Ainda acerca do movimento de “salvar a criança”, Rizzini (2011) elenca categorias que trazem elementos presentes no discurso da infância sob a tutela do estado, sinalizando a classificação dos menores quanto à sua naturalidade, residência, condição social, estado físico e mental, ocupação, educação e assim identificar o grau de perversão. Além disso, a família do menor era investigada, o reajustamento da imputabilidade penal fixada ao menor de 14 anos, bem como práticas de recolhimento e internação.

Em relação às ações que envolvem os cuidados com a infância, foi criado, em 1899, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Brasil, pelo médico Moncorvo Filho no Rio de Janeiro com ações que visavam a preservação da Infância, contribuindo para progresso da Pátria e com o ideário republicano.

Por meio deste instituto eram feitas campanhas de vacinação, combates às epidemias e doenças infantis. A instituição promoveu festas para angariar recursos no intuito de construção de creches, maternidades e institutos de proteção e assistência à Infância por outros estados do Brasil, bem como realização de estudos e congressos sobre a mortalidade infantil. Em 1919, a mesma equipe que fundou o referido instituto criou também o Departamento da Criança no Brasil, cuja responsabilidade é incumbida ao próprio Estado. Kramer aponta que

na prática quem implementa é o próprio instituto. Criado e mantido em termos de recursos por Moncorvo Filho, sem receber qualquer auxílio do Estado ou da municipalidade, o Departamento da Criança do Brasil- reconhecido de utilidade pública em 1920- se atribuía diferentes tarefas: realizar histórico sobre situação da proteção à infância no Brasil (arquivo); fomentar iniciativas de amparo à criança à mulher grávida pobre, publicar boletins, divulgar conhecimentos, promover congressos; concorrer para aplicação das leis de amparo à criança; uniformizar as estatísticas brasileiras sobre a mortalidade infantil (KRAMER, 2001, p. 53).

Neste sentido, o olhar para salvar a infância pobre das mazelas que acometiam à mesma foi intensificando-se por meio do Estado. No século XX, a mentalidade determinista dos juristas e do Estado associava a condição de crianças abandonadas e delinquentes à sua situação de pobreza, ou seja, acreditava-se que a situação de pobreza os levava à categoria de abandonados e delinquentes. Este modo de se ver a infância pobre se materializou por meio

do código de 1927 que consiste num regulamento de assistência e proteção aos menores abandonados e delinquentes.

Toda esta movimentação em torno da infância, em prol do progresso e da sociedade que se almeja (re)formar, culminaram na organização tanto da Assistência como do campo jurídico, onde surgiram cada vez mais instituições e regulamentos voltados para tais questões, que envolviam saúde e educação da infância. Porém, não se pode deixar de apontar, que a partir de 1930, ocorreram diversas transformações políticas, econômicas e sociais, onde Kramer aponta questões determinantes à essas mudanças.

a) O modelo econômico adotado- substituição das importações – em lugar da monocultura latifundiária. A opção por este modelo decorreu da crise econômica cafeeira provocada pela crise mundial de 1929; b) a diversificação da produção com o conseqüente fortalecimento de novos grupos econômicos (nova burguesia urbano-industrial). De uma estrutura de poder baseada no coronelismo passava-se, assim, para a política dos estados (café com leite). provocando essa situação de reorganização dos aparelhos do estado; c) a mudança de estrutura na sociedade brasileira com o crescimento do setor industrial, ampliação da classe média, o fenômeno de urbanização, e enfim, o advento de um proletariado industrial proveniente da zona rural, que vinha se empregar nas atividades emergentes (KRAMER, 2001, p. 56).

Assim nesse contexto de transformações, é a partir da década de 1930 que o estado reorganiza suas ações envolta da maternidade e da infância e principalmente entorno daqueles que ocupam o lugar da pobreza, criando diversas estratégias por meio da assistência e educação. A saúde e educação são fortemente vinculadas em ações estatais que visavam atingir o seio da família pobre, sendo regulamentadas diversas instituições para estes fins.

2.3. Transição do atendimento à infância pobre: da caridade como chave para céu à responsabilização do estado

A questão da industrialização e a crescente urbanização trazem consigo, de um lado, o progresso, e de outro lado, o aumento de crianças pobres nas ruas pedindo, trabalhando ou praticando pequenos furtos, levam a infância pobre e abandonada a se enquadrar na possibilidade de ameaça à ordem na Sociedade. Neste contexto, foi criado o Código de Menores de 1927 que regulamenta a categoria “menor” e delimita medidas de assistência e proteção para o menor abandonado ou delinquente, de acordo com o artigo 26 podem ser recolhidos os menores:

I. que não tenham habitação certa, nem meios de subsistência, por serem seus pais falecidos, desaparecidos ou desconhecidos ou por não terem tutor ou pessoa sob cuja guarda vivam;

II. que se encontrem eventualmente sem habitação certa, nem meios de subsistência, devido a indigência, enfermidade, ausência ou prisão dos pais. tutor ou pessoa encarregada de sua guarda;

III, que tenham pai, mãe ou tutor ou encarregado de sua guarda reconhecidamente impossibilitado ou incapaz de cumprir os seus deveres para, com o filho ou pupilo ou protegido;

IV, que vivam em companhia de pai, mãe, tutor ou pessoa que se entregue à prática de actos contrários à moral e aos bons costumes;

V, que se encontrem em estado habitual da vadiagem, mendicância ou libertinagem;

VI, que frequentem lugares de jogo ou de moralidade duvidosa, ou andem na companhia de gente viciosa ou de má vida.

VII, que, devido à crueldade, abuso de autoridade, negligência ou exploração dos pais, tutor ou encarregado de sua guarda, sejam:

- a) vítimas de maus tratos físicos habituais ou castigos immoderados;
- b) privados habitualmente dos alimentos ou dos cuidados indispensáveis à saúde;
- c) empregados em ocupações proibidas ou manifestamente contrárias à moral e aos bons costumes, ou que lhes ponham em risco a vida ou a saúde;
- d) excitados habitualmente para a gatuñice, mendicância ou libertinagem (CÓDIGO DOS MENORES- DECRETO LEI Nº 17.943-A, 12/10/1927).

O discurso estabelecido no código de menores de 1927 tem como grande preocupação o abandono e, sobretudo dos menores terem contato com os vícios e vagabundagem. Havia ainda uma grande preocupação no envolvimento destes com a criminalidade e práticas como gatuñagem, mendicância e libertinagem. O código indicava ainda que os pais não estragassem seus filhos com comportamentos inadequados. Havia ainda o incentivo de internar os menores em instituições que pudessem dar um ofício, ensinamentos de princípios morais e cristãos e ensino elementar. Dessa forma, caso o menor se enquadrasse em uma dessas condições citadas no artigo 26, explicitado anteriormente, seriam recolhidas e aplicadas medidas como:

Art. 55. A autoridade, a quem incumbir a assistência e proteção aos menores, ordenará a apreensão daquelles de que houver notícia, ou lhe forem presentes, como abandonados os depositará em lugar conveniente, o providenciará sobre sua guarda, educação e vigilância, podendo, conforme, a idade, instrução, profissão, saúde, abandono ou perversão do menor e a situação social, moral e económica dos pais ou tutor, ou pessoa encarregada de sua guarda, adoptar uma das seguintes decisões:

- a) entregalo aos pais ou tutor ou pessoa encarregada de sua guarda, sem condição alguma ou sob as condições que julgar úteis à saúde, segurança e moralidade do menor;
- b) entregalo a pessoa idónea, ou internalo em hospital, asylo, instituto de educação, oficina escola de preservação ou de reforma;
- c) ordenar as medidas convenientes aos que necessitem de tratamento especial, por soffrerem de qualquer doença física ou mental;
- d) decretar a suspensão ou a perda do pátrio poder ou a destituição da tutela (CÓDIGO DOS MENORES- DECRETO LEI Nº 17.943-A, 12/10/1927).

Faleiros (2011) realiza uma breve análise do código de 1927, assinalando que

o código de 1927 incorpora tanto a visão higienista de proteção do meio e do indivíduo, como a visão jurídica repressiva e moralista. Prevê a vigilância da saúde da criança, dos lactantes, das nutrízes, e estabelece a inspeção médica da higiene.

Nos sentido de intervir no abandono físico e moral das crianças, o pátrio poder pode ser suspenso ou perdido por falta dos pais. Os abandonados têm a possibilidade (não o direito formal) de guarda, de serem entregues sob a forma de “soldada”, de vigilância e educação, determinadas por parte das autoridades, que velarão também por sua moral. O encaminhamento pode ser feito à família, instituições públicas ou particulares que poderão receber a delegação do pátrio poder. A família é parcialmente valorizada (FALEIROS, 2011, p. 47).

Segundo Passeti (2013), com promulgação deste código, é a primeira vez que o Estado responde com a medida de internação e se responsabiliza pela situação de abandono do menor. A qualquer momento que o Estado percebesse que a moral e os bons costumes estivessem sendo violados, poderia alegar a incapacidade da família criar seu filho, retirando-a do seio familiar. Neste sentido instituições que asilam e internam crianças e jovens se multiplicaram rapidamente em todo o país.

A transição da criança pobre para a categoria “menor”, leva a família pobre a ser culpabilizada por não conseguir primar os cuidados com a saúde e educação de sua criança, abrindo então a prerrogativa de passar para o Estado a responsabilização pela mesma. Segundo Kramer:

A culpabilização da família servia não só para escamotear as relações de classe existentes na sociedade brasileira, como também fortalecia a responsabilidade e o poder do estado- um estado considerado neutro, como já foi apontado. Dado o contexto político dos anos 30, o papel do estado frente à criança era defendido pelas próprias autoridades governamentais mais veemente que nos primórdios da República: enfatizava-se as relações entre “criança” e “pátria” e introduzia-se uma nova argumentação sobre a necessidade de formação de uma raça forte e sadia (KRAMER, 2001, p. 60).

Em seus estudos sobre a infância pobre, em relação ao código de menores de 1927 e procedimentos adotados para identificar as causas e os meios pelos quais poderiam se prevenir e anular os males advindos do meio econômico, social e familiar, Câmara (2007) conclui que

na ordem de ideias de intervenção social, buscaram, juntamente, com outras instituições voltadas para a proteção à criança, atuar no sentido de se passar em revista à proteção da mãe durante o período da gravidez, a proteção ao recém nascido e da primeira idade, a proteção às crianças anormais e a constituição das instituições destinadas ao atendimento das crianças identificadas como delinquentes e abandonadas (CAMARA, 2007, p. 279).

Hábitos e práticas presentes entre as camadas pobres seriam saneados e transformados em ações que engrandeceriam a Pátria, os tornando úteis à sociedade, onde o lema do país

entre as camadas populares era o ensino que abarcasse educação moral e cívica, instrução e trabalho nas instituições educativas.

Sobre o intenso interesse pelas questões da infância nas primeiras décadas da república, Irene Rizzini aponta que

o interesse pela infância, nitidamente mais aguçado, de natureza diversa daquela observada nos séculos anteriores, deve ser entendido como reflexo dos contornos das novas ideias. A criança deixa de ocupar uma posição secundária e mesmo desimportante na família e sociedade e passa a ser percebida como valioso patrimônio de uma nação: como “chave para o futuro”, um ser em formação-*ductil e moldável*- que tanto pode ser transformado em “*homem de bem*” (elemento útil para o progresso da nação) ou num “degenerado” (um vicioso útil a pesar nos cofres públicos) (RIZZINI, 2011, p.24).

É no governo de Vargas que a responsabilidade do Estado pela criança se consolida, por meio de decretos e regulamentos. Questões econômicas e sociais passam a ser preocupações nacionais, neste sentido

O novo governo tem um projeto centralizador e intervencionista, nomeando, logo, no início, interventores federais em todos os estados e estes, prefeitos nos municípios suspendendo-se o Poder Legislativo. Ao mesmo tempo criam-se conselhos nacionais para implementar as políticas econômicas, principalmente a partir de 1937, quando se consolida o poder autoritário de Vargas. As questões econômicas e sociais passam a ser questões nacionais numa visão da intervenção política no âmbito do Brasil como um todo e como forma de se desestruturarem os poderes regionais (FALEIROS, 2011, p. 50).

Tomando como base os estudos de Schwartzman (1984), Faleiros (2011) destaca que em relação à educação em prol de defesa da nação, a constituição do sentimento de nacionalidade seria fundamental na ação pedagógica, acrescentando-se homogeneização da nação com uma formação básica.

No ano de 1931, o Decreto nº 20.442, de 24 de Setembro de 1931 cria no Distrito Federal o “Instituto Sete de Setembro” que, segundo o artigo 1º, é destinado a recolher, em depósito, por ordem do juiz de menores, até que tenham conveniente destino, autorizado pelo mesmo juiz, os menores abandonados e delinquentes, nos termos da lei. Nos próximos artigos percebe-se a separação dos abandonados e delinquentes, porém é permitida a ocupação da mesma instituição por essa categoria

Art. 2º Esse Instituto compreenderá duas divisões - masculina e feminina -, subdivididas em secção de abandonados e secção de delinquentes, sob a mesma direção.

Art. 3º A secção dos abandonados será organizada em turmas, segundo as idades.

§ 1º Nos recreios, refeitórios e dormitórios, serão mantidas as possíveis separações das turmas, de sorte que a convivência se estabeleça, somente, entre menores de sete a 14 anos e de 14 a 18, quando não seja viável melhor agrupamento,

§ 2º Havendo menores de seis anos de ambos os sexos, formarão uma secção infantil na divisão feminina.

Art. 4º Os delinquentes conviverão, na respectiva secção, masculina ou feminina, com a possível discriminação em turmas, segundo o motivo do seu recolhimento e a sua conduta interna.

Art. 5º Sómente os menores declarados abandonados, a teôr do criterio legal, e os delinquentes de 14 anos e menos de 18, poderão ser internados ou permanecer no Instituto (DECRETO Nº 20.442, 1931).

A elaboração deste decreto foi realizada com inspiração no Código de Menores de 1927, bem como serviu de espelho para muitas instituições que possuíam a mesma finalidade, porém em 1932, é aprovado o Decreto de nº 21.518 de 13 de Junho de 1932 e a natureza de atendimento é modificada, onde se afirma que “O Instituto Sete de Setembro é destinado a recolher, em depósito, por ordem do juiz de Menores, até que tenham conveniente destino, autorizado pelo mesmo juiz, os menores abandonados nos termos da lei.” Assim, originou-se uma divisão no atendimento aos menores abandonados e delinquentes. Neste sentido,

fechavam-se os trinta primeiros anos da república com um investimento na criança pobre vista como criança potencialmente perigosa abandonada e perigosa, a ser atendida pelo Estado. Integrá-la ao mercado de trabalho significava tirá-la da vida delinquencial, ainda associada aos efeitos da politização anarquista e educá-la com o intuito de inculcar-lhe a obediência. Pretendendo domesticar as individualidades e garantindo com isso os preceitos de uma prevenção geral, os governos passaram a investir em educação, sob o controle do estado, para criar cidadãos a reivindicar disciplinadamente segundo as expectativas de uma direção política cada vez mais centralizadora. Para tal, escola e internato passam a ser fundamentais (PASSETI, 2013, p.355).

No que tange à filosofia de integração, correção e salvação do corpo pelo trabalho, há o amparo destas questões pelos regulamentos trabalhistas. Faleiros (2011) assinala esses acontecimentos, bem como utiliza como fonte o livro de circulares do FIESP de 1930, para revelar o pensamento dos industriais

em 1932 os industriais conseguem que se modifique o código de menores eliminando-se a barreira da proibição para se trabalhar antes dos 14 anos para os que estivessem em estabelecimentos onde eram empregados pessoas de uma só família. Os industriais aceitaram uma redução na idade para 13 anos, mas a constituição de 1934 fixaria a idade em 14 anos. Os industriais expressam que “o código de menores aplicado sem cautela, na expressão de sua letra, fatalmente lançará ao regaço da sociedade uma nova legião de candidatos à vagabundagem, ao vício e ao delito. O menor e seus males será a multiplicação de rufiões e meretrizes” (FALEIROS, 2011, p.51).

Assim com a criação da Lei decreto nº 22042 de 03 de novembro de 1932, as crianças que já possuem seus 12 anos são liberadas para trabalhar em diversos locais, desde que não possuíssem segundo Faleiros (2011), o certificado de estudos primários.

Ainda em relação às exceções das leis trabalhistas para menores de 14 anos, conforme os estudos de Schwartzman (1984), no ano de 1943 a consolidação destas, prevê a regularização do trabalho ao menor de 14 anos que se encontra em espaços como instituições beneficentes ou de ensino. O autor ainda aponta que órgãos como o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), instituição criada no ano de 1942 em parceria entre governo e empresários, foram fundados, primeiramente, para o treinamento de menores pobres; e seu financiamento era realizado pelos empresários e recolhido pelo estado.

Neste sentido, é possível fazer uma incursão no que tange à autorização do trabalho de menores de 14 anos, onde mais uma vez se confirma o projeto maior de nação consolidado no período de Vargas. As exceções na autorização para que a partir dos 12 anos a criança possa trabalhar, seja pela falta de certificado primário, seja, pela matrícula nas instituições beneficentes e de ensino, é a materialidade expressa da integração do menor à sociedade por meio do trabalho.

Se neste período, no Brasil, era extenso o número de crianças pobres que não sabiam ler e nem escrever, imagine-se então quantas delas já portavam o certificado de estudos primários. Assim, pode-se prever o valor dado à parceria entre empresários e Estado, onde empresas ficavam livres para explorar a mão de obra da categoria menor, instituições ficavam autorizadas a ensinar um ofício e também a explorar essa mão de obra e o Estado cumpria seu papel disciplinador. Nesta perspectiva Faleiros (2011) assinala que

assim como em relação ao trabalho e à educação, o Governo Federal estabelece, para os chamados menores, um sistema nacional, com integração do Estado e de instituições privadas. A ação do setor público será conduzida pelos seguintes órgãos: Conselho Nacional de Serviço Social (1938), Departamento Nacional da Criança (1940), Serviço Nacional de Assistência a menores (SAM, 1941) e Legião Brasileira de Assistência (LBA, 1942) (FALEIROS, 2011, p. 53).

Em 1941, o “Instituto Sete de Setembro” transforma-se em Serviço de Assistência a Menores-SAM, onde sua finalidade no Artigo 2º consiste em sistematizar e orientar os serviços de assistência a menores desvalidos e delinquentes, internados em estabelecimentos oficiais e particulares; proceder à investigação social e ao exame médico-psicopedagógico dos menores desvalidos e delinquentes; abrigar os menores, á disposição do Juízo de Menores do Distrito Federal; recolher os menores em estabelecimentos adequados, afim de ministrar-lhes

educação, instrução e tratamento somato-psíquico, até o seu desligamento; estudar as causas do abandono e da delinquência infantil para a orientação dos poderes públicos; promover a publicação periódica dos resultados de pesquisas, estudos e estatísticas .

Segundo Faleiros (2011), o Serviço de Apoio ao Menor tem suas ações redefinidas pelo Decreto-Lei nº 6.865 no ano de 1944, atrelado ao Ministério da Justiça e aos juizados de menores coube fiscalizar o regime disciplinar e educação dos internatos:

tem como competência orientar e fiscalizar educandários particulares, investigar os menores para fins de integração e ajustamento social, proceder ao exame médico e psicopedagógico, abrigar e distribuir os menores pelos estabelecimentos, promover a colocação de menores, incentivar a iniciativa particular de assistência a menores e estudar as causas do abandono. (...) Ao juizado de menores cabe fiscalizar o regime disciplinar e educativo dos internatos (art.6º), o que significa uma redução do poder dos Juizes com o aumento do poder do SAM (FALEIROS, 2011, p. 54).

Assim, instituições públicas e privadas passam a ser sistematizadas e orientadas pelo SAM, bem como há o repasse de verbas à instituições particulares que firmassem convênio com o governo. Segundo Rizzini & Pilotti (2011):

Até a criação do Serviço de Assistência a Menores (SAM), em 1941, não havia oficialmente no país um órgão federal responsável pelo controle da assistência, oficial e privada, em escala nacional. O SAM manteve o modelo utilizado, desde a década de 1920, pelos Juizes de Menores, atendendo os “ menores abandonados” e “desvalidos”, através do encaminhamento às poucas instituições oficiais existentes e às particulares, que estabeleciam convênios com o governo. Aos “delinquentes”, só restavam as escolas públicas de reforma, as colônias correccionais, e os presídios, já que a iniciativa privada não dispunha de alternativas para seu atendimento (RIZZINI & PILOTTI, 2011, p. 25).

Neste sentido, a instituição recebe o menor conforme a classificação em que este se enquadra, qual seja abandonado ou delinquente, onde para cada categoria há um atendimento diferenciado. Em relação a este enquadramento do menor, Faleiros (2011) afirma que estudos realizados por Esolina Pinheiro (1939), apontam que 59% dos menores atendidos pelo Juizado foram considerados abandonados. Esta autora analisou um total de 20.351 processos de 1924 a 1936. Deste total explica Faleiros, 9.175 resultaram em internações. No que tange aos resultados dos exames, fica evidente as condições de miséria, onde em 1.300 casos

70,1% são diagnosticados como anêmicos e 74,4% portadores de cáries. A autora ainda evidencia que 645 casos de abrigados pelo juiz, 73,32% são considerados retardados ou oligofrênicos. No período, o número de delinquentes foi de 3.094, sendo 277 do sexo feminino (FALEIROS, 2011, p. 55).

No Governo de Vargas o problema da infância pobre é tratado por meio de um sistema nacional, onde por meio da articulação público-privado influenciará a constituição do imaginário sobre o que deve ser feito ou que será melhor fazer com as crianças oriundas do seio da família pobre.

Segundo Passeti (2013) “o estado gradativamente aperfeiçoou o controle sobre a educação (na escola e na família) e criou controles suplementares para superar os fracassos da família por meio de escolas e internatos especiais” (PASSETI, 2013, p. 362). No que refere às instituições e parcerias público-privadas, com o objetivo de internação, percebe-se que instituições privadas só recebiam menores pobres abandonados, aqueles que fossem julgados como delinquentes eram encaminhados para regime de internato público.

Passeti (2013) toma como exemplo, a Secretaria da Criança e do Adolescente de São Paulo, para explicar como firma-se esta parceria e o uso da criança como meio para estabelecer a continuidade desta

empresas estatais investiam em programas da secretaria e tinham o retorno em pagamento de serviços como água, luz, telefone e manutenção, enquanto outra parte era consumida em salários nos escalões superiores da própria burocracia da secretaria. A criança enfim, o meio para continuidade das burocracias pública e privada que, para tal, criam e recriam programas de atendimento, avaliações e premiações, montando e remontando o espetáculo das compaixões (PASSETI, 2013, p. 369-370).

Sobre os órgãos que tem o poder de legitimar o convênio entre as instituições privadas que desejam realizar parceria com o Estado “ao Conselho Nacional de Serviço Social, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, cabe decidir sobre as subvenções às entidades privadas” (FALEIROS, 2011, p.53). Rizzini (2011) explica que devido ao problema de recursos o Departamento Nacional da Criança se associa a Legião Brasileira de Assistência criada em 1942. No que tange à Legião Brasileira de Assistência

vincula-se ao esforço de guerra “para prover as necessidades das famílias cujos chefes hajam sido mobiliados”, além de executar seu programa pela fórmula da colaboração entre o poder público e a iniciativa privada. Visa também “promover serviços de assistência social, prestar decidido concurso ao governo e trabalhar em favor do processo de serviço social no Brasil”, conforme art.2º de seu estatuto (FALEIROS, 2011, p. 53).

Assim são estimuladas as criações de associações, institutos de educação, creches, centros de Puericultura, ambulatórios, haja visto que estes serviços ofertados para a comunidade, se passado pelo aval do Conselho Nacional de Serviço Social, poderiam receber subvenções do governo. Segundo Mestriner (2008)

Com esta ampliação a prática da institucionalização de crianças muito pobres, mesmo possuidoras de famílias, será implementada, com argumento de que a internação evita a marginalidade. Por outro lado o trabalho infanto-juvenil precoce será utilizado para prevenir a delinquência e capacitar para o trabalho (MESTRINER, 2008, p. 96).

Mestriner (2008) ainda salienta que o decreto lei 5.844/43 também estimula a criação de sociedades e fundações, uma vez que são isentas do imposto de renda aquelas que são do tipo caritativa, filantrópica, religiosa, desde que sem fins lucrativos. Faleiros (2011) sobre o direcionamento das ações do Departamento Nacional da Criança, afirma que este

Articula o atendimento às crianças combinando serviços médicos com assistência privada, através do Serviço de Obras Sociais, fundado em 1934 e constituído por “senhoras intrépidas” (DNCR, 1946, p. 15) que atendem às necessidades de remédios, asilos, orfanatos, além de ensinar higiene e trabalhos domésticos (FALEIROS, 2011, p.56).

É curioso observar que as questões de saúde e educação surgem lado a lado nas ações voltadas para os menos favorecidos. Dessa relação entre saúde e educação Mestriner (2008) faz as seguintes considerações

Considerando que os problemas da educação se relacionam com os de alimentação, saneamento e transporte- ou seja, com as condições de vida do povo-, o governo vai associá-los às questões de saúde e amparo social, uma vez que o caráter da saúde era até então mais “campanhista”, e o da pobreza era visto também como de educação (MESTRINER, 2008, p. 91).

Dessa forma multiplicam-se as parcerias público-privadas, desde que estas se ajustem aos critérios do Conselho Nacional de Serviço Social. Contudo, a parceria público-privada na década de 60 começa a apresentar conflitos na gestão das verbas recebidas do governo por estas instituições.

Faleiros (2011) identifica em relatórios que datam do ano de 1962, da Comissão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara, denúncias quanto aos prédios inapropriados, ausência de higiene, ensino não convenientemente ministrado, utilização de trabalho de menores no interior das instituições, verbas repassadas acima do real número de alunos, alimentação inadequada, atraso nos repasses das verbas e internação de menores sem contrato, bem como ainda

recomendando-se melhor seleção dos educandários e uma nova sistemática de contratos e além de pontualidade. Propõe-se ainda a exclusão de novos educandários dos próximos contratos. Setenta e quatro estabelecimentos mantêm alunos por conta do Estado, sendo apenas um que atende alunos do SAM. A intermediação de verbas públicas para estabelecimentos particulares é uma política central de articulação do privado com o público (FALEIROS, 2011, p. 61).

De acordo com Faleiros (2011), o Serviço de Apoio ao Menor é fortemente criticado. Há denúncias advindas do parlamento, imprensa e até do Supremo Tribunal Federal que se referem ao SAM como um sistema perverso e desumano. Neste sentido em 1964, é criado a FUNABEM:

Após o golpe de 1964, o Ministro da Justiça, Milton Campos, é acionado por Prado Kelly e pelo Presidente Castelo Branco que fora, por sua vez, acionado por Raquel de Queiroz, a pedido da ASA⁶, para dar encaminhamento ao projeto de extinção do SAM, e de criação de um novo órgão. Campos o envia ao Congresso em 1964. O novo órgão, denominado Fundação do Bem Estar do Menor (FUNABEM), sem subordinação ao Presidente da República e ao Ministério da Justiça, é aprovado pelo Congresso em 20 de Novembro (Lei, nº 4513, de 1/11/1964) FALEIROS, 2011, p. 62-63).

Neste de Contexto de Ditadura Militar, segundo Faleiros, a FUNABEM estabelece nova perspectiva de atendimento ao menor:

A FUNABEM, que propunha a “assegurar” prioridades aos programas que visem à integração do menor na comunidade, através da assistência na própria família e da colocação familiar em lares substitutos, a apoiar instituições que se aproximam da vida familiar, respeitar o atendimento de cada região”, acaba se moldando à tecnocracia e ao autoritarismo (FALEIROS, 2011, p. 65).

Faleiros (2011) aponta ainda as falas de um dos presidentes da FUNABEM, o senhor Mário Altenfelder, que na sua posse em 18 de Maio em 1965, informa que os militares farão dos meninos do extinto SAM, homens bons e úteis. A autora também assinala que em 1973, este mesmo senhor se refere à política do menor como um investimento útil, promissor e saudável, onde propõem “a prevenção e a ação tecnocrática contra o processo de marginalização do menor”. “A marginalização é entendida como afastamento progressivo do processo normal de desenvolvimento” (FALEIROS, 2011, p. 66).

Faleiros (2011) analisando os relatórios da FUNABEM conclui que Altenfelder entende que a marginalização

seria causada pela migração, pela urbanização e pelo esfacelamento da família e acrescenta que “dentro desse sistema, programas específicos serão montados para favelas, e mocambos, para conjuntos habitacionais”. Reforça o poder do juiz, pois, afirma quando este “der uma sentença de que o menor seja protegido, asisstido, ou vigiado terá a certeza de uma UNIDADE DE SISTEMA (ênfase do texto original), presente no bairro que se encarregará de controlar os elementos de proteção,

⁶ Ação Social Arquidiocesana-ASA do Rio de Janeiro de acordo com FALEIROS.

vigilância e educação do jovem em vias de marginalização e de assitir suas famílias através de práticas educativas especiais” (FALEIROS, 2011, p. 66).

Dessa forma, a FUNABEM funcionava tanto em formas de abrigo, ou de acordo com FALEIROS (2011) em forma de convênios financeiros por número de alunos atendidos, bem como centros de recepção e triagem, onde meninos e meninas carenciados são separados de outros que apresentam conduta antissocial.

Faleiros (2011) por meio dos documentos da FUNABEM datados de 1979 identifica que “o sistema de convênios de assistência técnica e financeira é considerado o principal instrumento de ação, através do qual a FUNABEM realiza a implantação da Política Nacional de Bem Estar do Menor” (FALEIROS, 2011, p.67). No estado do Pará, a Fundação do Bem Estar Social do Pará (FBESP), foi criada em 30/03/1967, pela Lei nº 3.853 sancionada pelo governador Alacid Nunes, possuindo tanto autonomia administrativa como financeira, onde a Fundação tinha como objetivos

formular e implantar política do bem estar social do estado do Pará, assim como a orientação e fiscalização de entidades executantes dessa política, em consonância com os compromissos internacionais e as normas vigentes no país. O Conselho Estadual, Conselho Fiscal e Diretoria eram os órgãos da fundação. Os componentes seriam nomeados pelo governador, com exercício por um ano, com direito à recondução por dois períodos consecutivos. As nomeações dos membros da diretoria, pelo menos dois, deveriam recair em pessoas de notória experiência e revelados conhecimentos dos problemas sociais, possuidores de cursos universitários e portadores de um dos seguintes diplomas: assistente social, licenciado em pedagogia ou sociologia, orientador educacional, técnico em administração, médico ou bacharel em ciências jurídicas ou sociais (DIÁRIO OFICIAL DO PARÁ, 1967, p. 10).

Além de repasses financeiros de órgãos como Legião Brasileira de Assistência e Fundação do Bem Estar Social do Pará, grandes projetos como a Superintendência da Amazônia - SUDAM financiaram instituições que funcionavam em Regime de Internato para atendimento de crianças pobres ou abandonadas no Pará a partir da década de 60. Porém, a instituição teria que se enquadrar aos seus programas e se inscrever por meio de projetos.

Muitas famílias foram autuadas ou convidadas a deixarem seus filhos em internatos devido á situação de miséria, bem como se tornara comum a visita de assistentes sociais nas residências dos bairros mais pobres, a fim de identificar se há necessidade de internamento das crianças encontradas. A questão da internação influenciará fortemente na trajetória de vida das famílias pobres e terá uma longa duração em nosso país.

Segundo Passeti (2013), ao agir diretamente sob a infância pobre, por meio de políticas de internação, o Estado escolhe educar pelo medo, pela vigilância do

comportamento, estabelece uma rotina rígida em relação às atividades desempenhadas, vestuário, alimentação, ofício, lazer e repouso.

No ano de 1979, considerado o ano internacional da criança pela ONU, é reajustado o código de menores, neste sentido, define-se o menor como situação irregular aquele que estiver sob: a privação de condições essenciais à subsistência, saúde, e instrução, por omissão, ação ou irresponsabilidade dos pais ou responsáveis; por ser vítima de maus-tratos; por perigo moral, em razão de exploração ou encontrar-se em atividades contrárias aos bons costumes, por privação de representação legal, por desvio de conduta ou autoria de infração penal.

No entanto esta reforma de código, ainda deixa o menor sujeito à decisão do juiz, ou seja, ao juiz ainda cabe direcioná-lo às ações de assistência, proteção, ou vigilância. Assim esta reformulação não altera a situação da infância brasileira, neste sentido, Faleiros mostra por meio de Estudos de Boneli e Ramos (1993),

que ao contrário, a situação se agrava no período da ditadura em razão do arrocho salarial e da concentração brutal de renda. Em 1960, os 20% mais pobres detinham 3,5% e, em 1979, 2,9%, enquanto que os 20% mais ricos passaram de 54% para 62,8%. Os 10% situados na escala superior de renda detinham quase a metade da renda em 1979, ou seja, 46,8%” (FALEIROS, 2011, p. 70).

De acordo com dados do Centro de Defesa de Qualidade de Vida (1979), fornecidos por Faleiros (2011), em 1977, segundo o IBGE, 59% ganhavam até dois salários mínimos, levando os indivíduos à pobreza, alimentação e habitação precárias. Em relação à situação educacional, 26% das crianças de 10 a 14 anos estão fora da escola, e a mortalidade infantil ainda possui um alto índice, de 67,3% em 1974 (FALEIROS, 2011).

Apesar da Política Nacional do Bem Estar do Menor ter sido criada para romper com o ideário do Serviço de Apoio ao Menor, não é isto que ocorre na prática. Segundo Faleiros (2011), o fracasso da FUNABEM aparece claramente por meio de registro no Relatório final de avaliação da FUNABEM (1984, p. 43) realizado pelo instituto João Pinheiro, em 1987, afirma-se que

a criação da FUNABEM e das fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor influenciou as expectativas quanto à emergência de uma política social de bem-estar do menor. Os relatórios estaduais nos asseguram quanto ao fracasso dessas expectativas, e também da importância de qualificá-lo. Como vimos, o sistema nacional de atendimento ao menor pouco, se tanto, alterou a estrutura de desigualdade que penaliza a criança e adolescentes de baixa renda, e menos ainda elevou os patamares de cidadania desses segmentos. Entretanto, a prática institucional do sistema possibilitou a criação de um corpo técnico crítico (FALEIROS, 2011, p. 72).

E assim fecha-se um ciclo de atendimento à infância por meio do internato e do asilo, mais tarde com a queda da Ditadura e o início da redemocratização no Brasil, a criança e o adolescente se transformam em sujeitos de direitos, após muita luta e pressão dos movimentos sociais, e, mais uma vez, as práticas educativas e de assistência à infância se transformam, e a filosofia destas instituições também. O modo como se olha para criança pobre também se modifica, e a intenção passa a ser a conservação desta criança no seio familiar, e banir a cultura da internação que foi disseminada neste percurso.

2.4 Instituições para o atendimento da infância pobre em Belém do Pará

Em Belém do Pará não foi diferente. Na primeira metade do século XX, Belém viveu o declínio da borracha, o grande número de imigrantes no Estado, intensa mortalidade infantil, causadas por doenças e falta de higiene, urbanização, aumento da pobreza e de crianças em situação de abandono, e o início da industrialização — mesmo que tardia. Estes fatores contribuíram para a procura cada vez maior das instituições do tipo internato. De acordo Rizzini & Pilotti (2011):

O recolhimento, ou institucionalização, pressupõe, em primeiro lugar, a segregação do meio social a que pertence o “menor”; o confinamento e a contenção espacial; o controle do tempo; a submissão à autoridade-formas de disciplinamento interno, sob o manto da prevenção de desvios ou da reeducação dos degenerados. Na medida em que os métodos foram sendo aperfeiçoados, as instituições adotavam novas denominações, abandonando termo asilo, representante de práticas antiquadas, e substituindo-o por outros, como escola de preservação, premonitória, industrial, ou de reforma, educandário, instituto (RIZZINI & PILOTTI, 2011, p. 20).

Faleiros (2011) realiza considerações sobre internatos e orfanatos que se multiplicaram por todo o Brasil e que merecem destaque. Diz ele:

A intervenção do Estado se faz, então mais manifestante e atuante na questão da infância resultando do enfraquecimento das posições de liberalismo extremo. Deve-se destacar, nos primeiros anos da república, a criação, em 1903, da Escola Correccional 15 de Novembro, assinalando, em seu discurso, uma postura educativa e de encaminhamento e integração da criança no trabalho, ao fixar o objetivo de “dar educação física e moral aos menores abandonados e recolhidos por ordem das autoridades competentes”. Este mesmo encaminhamento é a estratégia dos asilos e orfanatos, conforme as fichas de obras sociais levantadas por Rizzini (1993) (FALEIROS, 2011, p. 43).

Na capital do Pará surgiram variadas instituições com a finalidade de instruir, educar e amparar a infância desvalida, entre os séculos XIX e XX. Neste sentido, em cada contexto em que surgem, possuem práticas de atendimento diferenciadas e filosofias diversas.

Sabino (2012)⁷, ao estudar o Colégio Nossa Senhora do Amparo, na Província do Grão-Pará, destacou as ações de Assistência e a Educação de Meninas Desvalidas admitidas neste colégio no período de 1860-1889. Segundo a autora, asilar as meninas órfãs da Província do Grão-Pará seria uma forma de afastamento institucionalizado, onde as Irmãs Filhas de S'antana iriam educá-las nos preceitos morais e na religião. Neste sentido, ao discutir sobre o cunho ideológico da obra, salienta-se que

Desta forma, o Colégio de Nossa Senhora do Amparo atuava como um agente de assistência e educação que correspondia a uma necessidade tanto social quanto moral da elite paraense. A constituição do asilo está ligada a uma demanda social e se constituiu como um dos agentes educadores destas meninas, recolhendo-as provisoriamente do convívio direto com a sociedade, dando-lhes assistência, moralizando-as, higienizando e disciplinando-as. No Colégio do Amparo as meninas podiam encontrar a educação, a formação, a disciplina e a vigilância que as preparariam para a vida em sociedade para, enfim, constituírem uma família. (SABINO, 2012, p.114).

Por esse viés, percebe-se que o atendimento no Colégio Nossa do Amparo possui um projeto maior voltado para as meninas pobres, que se relaciona com contexto ora apresentado nacionalmente, no que se refere à infância pobre. Dessa forma,

Ao se propor a educar e recolher as meninas desvalidas, o Colégio do Amparo estava dialogando com os anseios defendidos pelo governo na educação da infância pobre como um dos agentes sociais. Ao agir desta maneira, a instituição estava também obedecendo às diretrizes propostas pela Igreja, ou seja, como um agente político neste diálogo com o governo, ao se propor a cuidar das “classes deserdadas” (SABINO, 2012, p. 114).

A autora ainda cita trechos em que o provedor do Colégio do Amparo registra sua preocupação com as meninas admitidas e o destino que a Instituição lhe proporcionará. Neste sentido, o provedor afirma que “não sereis pesadas à sociedade pelo ócio e pelo vício, aprendereis a viver do trabalho na paz de uma pureza inalterável, de uma ingenuidade encantadora, para serdes no futuro, mães zelosas, ou virgens abnegadas” (SABINO, 2012, p. 108).

Em relação à finalidade da instituição, a referida autora seleciona o relato do previdente da Província, onde este aponta que “fim d’este importante estabelecimento é proporcionar ensino, educação e protecção a menores orphãs pobres e desvalidas e as filhas de presos também pobres, durante o tempo da prisão”. Ainda sobre o colégio Nossa Senhora do Amparo Sabino afirma que

⁷ SABINO, Elianne Barreto. A assistência e a educação de meninas desvalidas no colégio Nossa Senhora do Amparo na província do grão-pará (1860-1889).2013.Mestrado Acadêmico em Educação. Universidade Federal do Pará.- 2012.

Quando o Colégio preceitua “*Dar às orphãs recolhidas no Collegio, além da prática do serviço doméstico, o ensino profissional*”, porém a partir do momento que aceita meninas pensionistas da classe elitizada da sociedade paraense, começa a dividir as meninas em duas categorias: as que podem pagar pela sua educação e as que não podiam. Com relação as primeiras, o ensino compreendia uma série de disciplinas necessárias à boa instrução feminina: história sagrada, profana e do Brasil; elemento de história natural; geografia; cosmografia; princípios básico da arte, da poesia e literatura portuguesa, línguas estrangeiras (inglês e francês); princípios da geometria; leitura; caligrafia; aritmética; contabilidade aplicada às necessidades da economia do lar, objeto de grande importância na educação da mulher (SABINO, 2011, p. 132).

Sabino ainda cita as atividades diárias e da cultura feminina que se quer construir no Colégio Nossa Senhora do Amparo. Nesse sentido, as meninas órfãs e pobres tinham acesso à outras atividades diferenciadas, onde são preparadas para cuidar do lar, do marido, e aprendem à servir, entre as atividades que aprendem tem-se

economia, simplicidade e preparo moral, intelectual e social para a vida futura, como esposa dedicada, boa mãe de família e suporte para o chefe de família. O plano de estudo das mesmas consistia de leitura; gramática portuguesa; história sagrada; catecismo; e aritmética. Igualmente, aprendiam diversas prendas domésticas: costurar, marcar, bordar a branco, matiz, ouro e flores; a lavar; engomar e cozinhar; tarefas que como vimos as meninas pobres do colégio realmente praticavam (SABINO, 2011, p. 133).

Sabino (2012) realiza uma incursão sobre o que é ensinado às meninas desvalidas e o currículo ora estabelecido. Assim,

O ensino e a educação das meninas da Escola de Nossa Senhora do Amparo consistiam no curso primário e secundário (este ministrado a partir de 1871 quando se instala a escola normal, de onde as meninas seriam designadas professoras ou normalistas). Fazia parte do currículo o ensino de práticas de serviços e prendas domésticas, como também o ensino da religião católica, destinados à formação moral/cristã das meninas (SABINO, 2012, p. 126).

Barbosa (2011)⁸ pesquisou o Instituto Paraense de Educandos Artífices, no período de 1870-1889. Segundo o autor, este instituto ocupou-se no atendimento à criança desvalida na capital da Província do Grão-Pará, e foi fundado em 1872. O autor aponta que o objetivo maior do instituto é “[...] de instruir os desvalidos da fortuna, proporcionando-lhes uma formação profissional que atendesse aos anseios da sociedade e também que pudesse ser considerada digna e adequada” (BARBOSA, 2011, p. 113).

⁸ BARBOSA, Andreson Carlos Elias. O Instituto paraense de educandos artífices e a morigerância dos meninos desvalidos na Belém da Belle Époque; Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2011.

No que tange ao conteúdo educativo, conforme o regulamento de 1872, citado por Barbosa (2011), a instituição ofertaria as cadeiras de instrução primária, de geometria e mecânica aplicada às artes e à construção naval, e de tecnologia profissional e desenho linear de máquinas e topográfico e de música.

Com base no relatório presidencial de 1873, identifica-se que além da instrução primária, os educandos aprendiam ofícios por meio de oficinas, onde “as primeiras oficinas ofertadas no Instituto foram as de marceneiro, carpina, funileiro, ferreiro e serralheiro” (BARBOSA, 2011, p. 160). Segundo o autor, foram implantadas oficinas de sapateiro, alfaiataria, gerando um bom lucro ao instituto, uma vez que, o que se produzia pelos educandos era comercializado, mantendo assim a instituição e auxiliando no pecúlio de cada educando. Neste sentido, ao traçar a ideologia da Instituição, o autor assinala que

Quanto ao Instituto, localizado nessa Belém, era destinado ao atendimento de crianças e jovens desfavorecidos. Inicialmente, foi considerado por outras províncias como um modelo, servindo de inspiração para a criação de outros estabelecimentos similares. Era uma instituição que se enquadrava na nova mentalidade do final do século 19, que metamorfoseava a assistência social de face caritativa, ligada principalmente aos ideais religiosos, à filantrópica, de caráter mais científico, atrelada aos ideais do iluminismo. O Instituto também se apresentava como uma proposta civilizadora da população local, especialmente a mais pobre, marcada pela mestiçagem, fortemente rejeitada pelos governantes (BARBOSA, 2011, p. 203).

Costa (2014)⁹ pesquisou a educação de meninas órfãs, desvalidas e pensionistas no asilo de Santo Antônio, no pastorado do bispo D. Antônio de Macedo Costa em Belém, no período de 1878 a 1888, quando a instituição seguiria sob égide da doutrina das Irmãs Dorotéias. De acordo com as Constituições e Regras das Irmãs Dorotéias

o primeiro e principal meio para o Instituto obter seu fim era cultivar e promover a Pia Obra de Santa Dorotéia, e o segundo, era promover a educação cristã das meninas, a fim de “honrar a Deus e a Nossa Senhora das Dores, a quem é consagrado em particular”. Para tanto, o Instituto deveria abrir educandários e escolas internas onde fosse possível. Essas instituições educativas deveriam ter suas necessidades temporais supridas com as rendas das fundações e “donativos ou legados que poderão receber como propriedade, ou pelo lucro que terão da pensão das educandas” (COSTA, 2014, p. 132).

No que tange ao objetivo principal da educação disseminada nas instituições educativas das Irmãs Dorotéias

⁹ COSTA, Benedito Gonçalves. A educação de meninas órfãs, desvalidas e pensionistas no asilo de Santo Antônio, no pastorado do Bispo D. Antônio de Macedo Costa em Belém – Pará: 1878 – 1888. /. Belém, 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará. Belém, 2014.

estava à preparação para o lar doméstico: “considerem que as meninas que forem educadas nas nossas casas são destinadas, no curso ordinário da Providência, a se tornarem esposas e mães de família”. Porém, essa esposa e mãe de família formada nos moldes cristãos não seria apenas importante pela sua função social no seio familiar, mas, principalmente, por seu papel de educadora do lar e regeneradora da sociedade (COSTA, 2014, p. 132).

Sobre a organização do ensino e formação dada as meninas desvalidas, o autor destaca que

Depois das aulas do ensino dos conteúdos principais: catecismo e cânticos que deveriam preparar espiritualmente as meninas vinham os conteúdos secundários para preparar as meninas às diversas exigências do mundo, os quais eram o ensino da leitura, escrita e trabalhos manuais (COSTA, 2014, p. 140)

No Asilo de Santo Antônio ocorria uma dualidade no atendimento aos grupos de pensionistas e meninas desvalidas, onde para o primeiro grupo era direcionado uma educação de cunho elitista e para segundo ofertava-se uma educação que fazia jus a condição social que as levaram à serem admitidas no asilo. Neste direcionamento

Como havia uma educação diferenciada para cada grupo de meninas do Asilo de Santo Antônio, é possível que algumas disciplinas escolares como língua estrangeira, piano e canto, e outras, não fossem ofertadas para órfãs e desvalidas, mas somente para as pensionistas. As primeiras, pela sua posição social deveriam receber preparação para o mundo do trabalho, ou seja, preparo moral, intelectual e social para uma vida de esposa dedicada, e suporte para o chefe de família, já as educandas, seriam futuras “damas de salão”, ou seja, as esposas de homens bem-sucedidos financeiramente por isso recebiam educação esmerada (COSTA, 2014, p. 142 – 143).

Pimenta (2013)¹⁰, ao estudar a educação de meninas no Orphelinato Paraense, no período de 1893 a 1910 (criado em 1893) verificou que para educar e amparar meninas órfãs a instituição se preocupava em

Desde a criação do Orphelinato já havia uma preocupação em dar as órfãs uma educação além daquela que previa os cuidados para com o lar, o polimento cultural e o cultivo da mente, visto que muitas das órfãs amparadas pelo Orphelinato aprendiam um ofício, como no caso em que Dona Anna Magalhães, “ofereceu-se com toda gentileza a receber na sua casa duas meninas para ensinar-lhes prendas domésticas, isto é, a preparar chapéus de senhoras, talhar obras brancas de qualquer qualidade, fazer redes, etc” (A PROVÍNCIA DO PARÁ (1894) citado por PIMENTA, 2013, p. 114).

No que tange aos ensinamentos ofertados na Instituição e a identificação da congregação a qual pertencia, Pimenta (2013) assinala que

¹⁰ Pimenta, Adriene Suellen Ferreira . Educação de meninas no Orphelinato Paraense. Dissertação (Mestrado em Educação) -Universidade do Estado do Pará. Belém, 2013.

no Orphelinato ensinava-se as primeiras letras, literatura, prendas, economia doméstica, canto coral, piano, ginástica, dentre outros. O Orphelinato era dirigido internamente pelas Filhas de Sant'Ana, mulheres religiosas de origem Italiana. Eram essas mulheres, juntamente com alguns professores externos, que educavam as órfãs (PIMENTA, 2013, p. 06).

Foi constatado pela autora que as meninas que ingressavam no Orphelinato, aprendiam um ofício voltado para as prendas domésticas, a cuidar do lar, e ainda tinham sua mão de obra utilizada para manter a instituição. Os trabalhos produzidos pelas educandas eram organizados em forma de exposição para que pudessem ser apreciados e vendidos.

O Orfanato ficava aberto três dias para os que estivessem interessados em testemunhar o trabalho das órfãs e adquirir uma prenda. Ressalto que o ato inaugural do evento contou com a presença do Intendente Antônio Lemos e o governador Augusto Montenegro. Dentre os objetos existiam trabalhos no gênero de bordado, costura, pintura e crochê (PIMENTA, 2013, p. 113).

Em relação à organização pedagógica do Orphelinato a autora afirma que

Já foi possível perceber que as órfãs eram distribuídas em classes para aprender a parte literária e a parte científica e, da mesma forma, eram examinadas em relação ao aproveitamento de classe. Já o exame de aproveitamento das prendas domésticas era realizado de forma individual, de acordo com as produções das órfãs. Nessa exposição era possível verificar “as habilidades das alunas, guiados seus espíritos pelo zelo das religiosas, que ali fazem do ensino o sublime sacerdócio formando perfeitas mães de família do futuro” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 08 de dezembro de 1907). (PIMENTA, 2013, p. 113).

Duarte (2013) ¹¹ Duarte em sua Tese de Doutorado, investigou a formação recebida pelas meninas órfãs e desvalidas admitidas no Orphanato Municipal de Belém do Pará, no período de 1893 a 1931, apontando que

mesmo se tratando de uma instituição de natureza filantrópica, pelo menos no seu início, os regulamentos programas e compêndios de ensino da educanda órfã foram direcionados, em grande medida, em consonância com os estabelecidos para as demais escolas públicas. No entanto, ficou evidenciado que as disciplinas que envolviam as habilidades práticas como trabalhos manuais, trabalhos de agulha, e mesmo as prendas domésticas, tinham prioridade e ocupavam grande parte do tempo das educandas órfãs, que viviam sob constante vigilância e disciplina, sendo dirigidas internamente pelas missionárias da ordem religiosa italiana “Filhas de Sant’Anna”, que chegam ao Pará no final do século XIX e passam a assumir outras importantes instituições de natureza assistencialista, hospitalar e educativa, sendo fundamentais para os planos dos diversos governos que buscavam afirmar o projeto de reordenamento da capital paraense e, sobretudo, de formação de seus moradores, com destaque para meninas internas (DUARTE, 2013, p. 9).

¹¹ Duarte, Antonio Valdir Monteiro. **Órfãs e desvalidas:** a formação de meninas no Orphanato Municipal de Belém do Pará (1893–1931) Uberlândia/2013.Tese (doutorado) Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação.

As educandas admitidas neste orfanato, tinham acesso ao ensino das primeiras letras e a formação literária, bem como iniciação aos trabalhos manuais, assim o autor assinala que

No relatório de 1902 também é mencionado que, além do ensino e “prendas domésticas”, era ministrado o estudo de “primeiras letras” como parte do processo de formação, porém a maior parte do tempo e do investimento na educação das desvalidas era direcionada para o desenvolvimento das “habilidades manuais”, ou seja, para o trabalho prático. Requisitos necessários para a formação da mulher naquele momento, ainda que, no pensamento da Administração Municipal, já houvesse a intenção de proporcionar-lhes uma formação técnico-profissional voltada para trabalhos agrícola (DUARTE, 2013, p. 177).

O autor ainda enfatiza que os trabalhos manuais produzidos eram transformados em artigos de exposição e venda em quermesses ou eventos de caráter beneficente. Essas práticas eram comuns em instituições que realizaram atendimento em regime de internato. Como fontes na pesquisa o autor utilizou Relatórios e Mensagens do governo, periódicos, livros de matrículas, livro de atas de exames da Instituição, bem como registros iconográficos da época.

No que tange à formação recebida pelas meninas, o autor faz a seguinte consideração sobre as práticas educativas nesta instituição

mesmo se tratando de uma instituição de natureza filantrópica, pelo menos no seu início, os regulamentos programas e compêndios de ensino da educanda órfã foram direcionados, em grande medida, em consonância com os estabelecidos para as demais escolas públicas. No entanto, ficou evidenciado que as disciplinas que envolviam as habilidades práticas como trabalhos manuais, trabalhos de agulha, e mesmo as prendas domésticas, tinham prioridade e ocupavam grande parte do tempo das educandas órfãs, que viviam sob constante vigilância e disciplina, sendo dirigidas internamente pelas missionárias da ordem religiosa italiana “Filhas de Sant’Anna”, que chegam ao Pará no final do século XIX e passam a assumir outras importantes instituições de natureza assistencialista, hospitalar e educativa, sendo fundamentais para os planos dos diversos governos que buscavam afirmar o projeto de reordenamento da capital paraense e, sobretudo, de formação de seus moradores, com destaque para meninas internas (DUARTE, 2013, p. 9).

Na realização da pesquisa o autor ainda relata sobre o desafio para tratamento das fontes no que concerne a “ausência de encontrar documentação que trate com mais profundidade e de forma específica do processo educativo de órfãs que viveram em regime de internato no Brasil”, tendo que muitas vezes segundo o autor, entender nas entrelinhas os possíveis caminhos adotados neste percurso (DUARTE, 2013, p. 174-175). Seu estudo revela que

Diante do cenário vivido entre os anos de 1893 e 1931, as organizações associativas e nem mesmo o poder público não se furtaram em amparar as órfãs desvalidas, garantindo-lhes o mínimo de cuidado e instrução, mesmo que o maior propósito, pelo menos nos anos iniciais da República, foi dar destino adequado a esse contingente populacional, para garantir a tranquilidade dos moradores e a ordem pública. Com o passar dos anos, o Orphanato Municipal começa a ganhar importância e destaque, deixando de ser apenas uma “simpática casa de caridade – como fora chamada inicialmente – para se tornar um grandioso projeto de reordenamento da cidade, juntamente com outras instituições públicas, servindo como instrumento de promoção política (DUARTE, 2013, p. 228).

Neste universo de Instituições também é criada, em Belém do Pará, a Instituição Pia Nossa Senhora das Graças-IPNSG, objeto de estudo desta dissertação. Esta Instituição surge em 05-02-1950, com suas atividades voltadas para o amparo e educação da infância pobre, órfã e abandonada, no contexto do governo Vargas. Este período segundo Mestriner (2008) é localizado na história como “Estado Democrático” (1946 – 1964), que se empenha na criação de órgãos e serviços de fortes ações de cunho assistencialista, voltados para a saúde e a educação, onde o ideário liberal está se consolidando. Portanto, a educação e instrução do povo é a chave para o progresso e a criança é o futuro da nação e precisa ser salva. Salva das doenças, da fome, pobreza, dos hábitos nocivos que podem acometer uma nação industrial, bem como salvá-las do abandono que nada mais é do que um pontapé para a delinquência, visão recorrente no período estudado.

Vale ressaltar que o recorte histórico escolhido para a estudo da Instituição (1943-1975) perpassa também pelo Regime considerado por Mestriner (2008) como “Estado Autoritário”, iniciado em 1964, que organiza suas ações estimulando a assistência e a educação por convênios, e incentivos a instituições privadas e sem fins lucrativos do tipo internato, voltadas para o atendimento da infância pobre.

3 INSTITUIÇÃO PIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS: ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO À INFÂNCIA POBRE NO PARÁ (1943-1975)

Internas na 1ª comunhão



Fonte: Fotografia do Álbum de 1962. Arquivo da instituição.

Nesta seção será abordada a história da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças. Podemos adiantar que, para melhor compreensão do leitor, informamos que a instituição surgiu em 05-02-1950, tendo se originado de uma Associação criada pela Ordem dos Frades Menores Capuchinhos e Ilda Martins. Os Franciscanos preocupados com o grande número de crianças pobres que perambulavam no Bairro do Guamá, mobilizaram-se para criar, em 01/03/1943, a Associação da Juventude Antoniana. Para dar andamento aos trabalhos, precisava-se de sócios; por isso, Ilda Martins foi convidada para ser uma das Sócias fundadoras e empenhar-se nos trabalhos desta obra religiosa voltada para as crianças pobres de Belém.

A partir daí, realizaram-se campanhas como arraiais e quermesses para angariar fundos para distribuir alimentação (sopa) e vestuário para as crianças pobres, ou para “as esmolos” como chamavam os frades. Em 06 de Março de 1949, Dona Ilda e a Associação perceberam que poderiam fazer mais e se aventuraram na construção da Casa da Criança

Pobre em Belém do Pará. Assim, em 05/02/1950, a obra deixou de ser Associação, passando a se chamar de “Instituição Pia Nossa Senhora das Graças”.

É importante ressaltar que essa mudança traz consigo modificações nas formas de atendimento, bem como se transformam as parcerias para manter esta instituição em funcionamento. A nomenclatura “Instituição” abriu caminhos para uma intensa parceria com governo no sentido de estender as ações referentes às políticas de atendimento às crianças pobres, órfãs e abandonadas, mas a instituição teve que adequar seu projeto de atendimento para manter a parceria no financiamento de suas atividades. Sua inscrição no Conselho Nacional de Serviço Social, sob o registro de nº 88.996/62 foi o primeiro passo para ter abertura legal nessa relação.

Entre essas parcerias com órgãos governamentais, temos o Serviço de Apoio ao Menor, Legião Brasileira de Assistência, Fundação do Bem Estar Social do Pará, e Fundação Nacional do Bem Estar do Menor. Conforme discutido na Seção II, estes órgãos fazem parte do projeto da Política Nacional do Bem Estar do Menor, que auxiliam instituições que têm como finalidade o atendimento à criança pobre. Por ser uma instituição privada, não recebia menores categorizados como delinquentes; mas somente pobres órfãos e abandonados.

Em 1959, Dona Ilda mudou-se para o prédio próprio da Instituição situada na Rua Francisco Caldeira Castelo Branco nº 477, em Belém do Pará, mesmo com a construção inacabada, e deu continuidade ao amparo às crianças pobres, órfãs e abandonadas em Belém. As práticas e as formas de atendimento das crianças da instituição, com o passar dos anos, foram se modificando, racionalizando-se, regidas por regulamentos, regras, normas e por meio da educação e assistência a todos que passavam por lá. Partindo do pressuposto de que a história não é linear, conforme afirma Peter Burke (2010), assim a instituição se apresenta num constante movimento em sua trajetória. Entre práticas e representações como nos remete Roger Chartier (2002) suas ações foram tomando formas que se materializaram nos documentos e nos apontam como se deu o atendimento às crianças que lá foram amparadas.

O que estava oculto aos olhos dos idealistas da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças é que, embora a obra humanitária fosse importante no atendimento à infância pobre, se analisada no contexto Nacional, aos olhos do governo era uma oportunidade para as intervenções no âmbito social voltadas para a Institucionalização da criança pobre, órfã e abandonada. Dessa forma, essa parceria acabou consagrando, em Belém, as ações dos projetos da Segurança Nacional, com as quais o governo, na condição de agente financiador, determinava uma série de condições para que estas Instituições pudessem ser parceiras do Estado.

3.1 A origem da Associação da Juventude Antoniana: as ações caritativas dos frades capuchinhos em Belém do Pará

A Associação da Juventude Antoniana foi criada pela Ordem dos Frades Menores Capuchinhos fazendo parte da Primeira Ordem Franciscana. Segundo informações de pesquisa divulgada no site dos “franciscanos.org.br”, sobre o breve histórico da Ordem Franciscana

Os franciscanos são a ordem religiosa fundada por Francisco de Assis, pertencente às ordens mendicantes. Dentro dela temos três grupos: a primeira ordem, de frades; a segunda ordem, de irmãs, chamada clarissas; e a terceira ordem de leigos. Na primeira ordem, que é objeto de nossa pesquisa, temos três ramos diferentes, atualmente classificados, por força da União Leonina (1897) em: Ordem dos Frades Menores da União Leonina, Ordem dos Frades Menores Capuchinhos e Ordem dos Frades Menores Conventuais. Historicamente a ordem nasceu em 1209 e evoluiu ao longo dos anos em número e em representação eclesiástica formando comunidades urbanas que foram designadas de Comunidade ou Conventuais à qual deu um caráter institucional à Ordem. Em Portugal, foram chamados, desde 1217, com o nome de Menores e, mais tarde no século XIV para diferenciar daqueles que viviam nos eremitérios, foram chamados de Claustrais (Breve Histórico da Ordem Franciscana, 04/10/2009).

Sobre as características e filosofia desta ordem, foi encontrado no site “capuchinhos.org.br” a seguinte notícia

Os Capuchinhos – Frades de hábito marrão e de capuz pequeno tivera início na Itália, no século XVI, com o objetivo de observar rigorosamente a “Regra e Vida dos Frades Menores, escrita por São Francisco de Assis, e praticar a Pobreza radical, a Oração contemplativa e a Vida missionária anunciando a todos o Evangelho de Jesus Cristo (HISTÓRIA, 02/03/2015).

Os primeiros capuchinhos que chegaram no Brasil eram franceses e, ainda de acordo com informações do site supracitado, fixaram-se primeiramente em São Luís (1612) e mais tarde em Olinda e Recife, no ano de 1642.

Os primeiros religiosos que tiveram administração de aldeias de índios, no Estado do Maranhão e Grão-Pará, foram os franciscanos, por provisão de 15/03/1621. Mas os colonos aí residentes recusaram-se a aceitá-los, e o governador não soube impor-se para cumprir a lei (TERRA, 2000, p.57).

Entre as dificuldades encontradas pelos Capuchinhos para iniciar seu trabalho Missionário, Terra (2000) cita a maneira como os colonos tratavam os índios, colocando-os em cativeiros, escravizando-os, praticando a guerra, apartando famílias indígenas entre outras

ações. Para Terra (2000) “os colonos não queriam saber de missionários porque estes defendiam a liberdade dos índios e impediam que fossem escravizados”.

Em relação à permanência dos Capuchinhos Franceses no Brasil segundo informe do site “capuchinhos.org.br”,

[...] os Holandeses foram expulsos pelas forças portuguesas, mas os Capuchinhos, aprovados pela “Congregação da Propagação da Fé”, criaram raízes no Brasil como “Missionários Apostólicos”, até que o Estado absolutista português, em 1698, os expulsou sob o pretexto de serem estrangeiros e de serem suspeitos de traição política! (HISTÓRIA, 02/03/2015).

De acordo com o artigo “A presença Capuchinha no Brasil Colônia e no Império”, publicada no site “capuchinhos.org”, podemos observar a disseminação da Ordem pelo Brasil

A partir da metade do séc. XVII, capuchinhos italianos a caminho do Congo passavam regularmente por Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. No ano de 1712, um convento é fundado na Bahia, em 1721 no Rio de Janeiro e em 1725 em Pernambuco. Sob a administração da “Propaganda Fide”, a principal ocupação dos capuchinhos é o atendimento pastoral dos europeus dispersos pelos sertões e o aldeamento indígena. No fim do séc. XVIII, durante a crise pombalina, os capuchinhos são forçados a deixar a colônia. A presença dos capuchinhos durante o período imperial foi afetada pelas oscilações dos interesses políticos em jogo. Animado pelo incansável trabalho de Frei José Maria de Macerata junto aos indígenas do Mato Grosso e preocupado com a situação de abandono das populações indígenas resultante da expulsão dos jesuítas, Dom Pedro I autoriza o ingresso de missionários capuchinhos para se estabelecerem na corte, em Pernambuco e nas demais províncias onde houvesse necessidade de evangelização de gentios (HISTÓRIA, 02/03/2015).

Assim, Capuchinhos italianos instalaram-se paulatinamente do norte ao sul do Brasil. Ainda sobre a presença capuchinha no império, a publicação intitulada “A presença Capuchinha no Brasil colônia e no Império”, publicada no site “capuchinhos.org.br”, diz:

Uma nova fase da presença capuchinha no Brasil se inicia em 1840 sob a regência de Araújo Lima que solicita à Santa Sé o envio de missionários capuchinhos. Um primeiro grupo chega em setembro do mesmo ano. Pregação de missões populares, evangelização dos indígenas e presença junto à corte são as atividades principais a que se dedicam os capuchinhos no segundo império. No exercício desta última atividade, os capuchinhos serão chamados a intervir na pacificação dos conflitos regionais e para a capelania das tropas durante a guerra contra o Paraguai. Rio de Janeiro e Recife são, no segundo império, os dois grandes centros irradiadores da presença capuchinha. De norte a sul do Brasil, a presença dos frades é solicitada e estimada como fundamental para a reforma da igreja e o soerguimento da fé e da moral do povo (HISTÓRIA, 02/03/2015).

No que tange à história da presença dos Capuchinhos na Província Maranhão, Pará e Amapá - PROMAPA, também há publicação no site “capuchinhos.org/promapa”,

informando sobre a criação da “Missão Capuchinha do Norte do Brasil” em 12/05/1894, onde tem-se que:

Frei Carlos, superior da missão no ano de 1895 assume a Paróquia de Barra do Corda, com o intuito de evangelizar os índios Guajajaras e Canelas. No ano seguinte, 1896, animado e impelido por um grande impulso missionário de Alto Alegre, no interior da Paróquia de Barra do Corda, e, dois anos depois abre outra residência missionária no estado do Pará, a Colônia do Prata. Estas casas estão destinadas unicamente para a evangelização dos índios. Em ambas as casas são inaugurados Educandários, em regime interno, para poder oferecer uma mais aprimorada formação civil e religiosa aos filhos dos índios.

Na imagem 1, podemos observar o Jornal “O Diário do Pará”, na edição de 10/09/2007, que trouxe uma bela reportagem, intitulada “Recanto dos Missionários Capuchinhos”, sobre a obra Capuchinha em Belém do Pará. Ali, conta-se que o primeiro local onde os Capuchinhos se instalaram foi o hospital da Ordem Terceira, para tomar conta da assistência espiritual. Logo surgiu a necessidade de criação de uma igreja que abrigasse a ordem religiosa dos capuchinhos, para que suas missões frutificassem em terras na Amazônia.

Assim ocuparam uma casa alugada chamada de “Retiro Saudoso” na Castelo Branco. Mais tarde, segundo a reportagem, até autoridades contribuíram com a obra. Um exemplo disso foi a doação feita pelo Intendente de Belém, o senador Antônio Lemos, que concedeu o terreno onde está construído o convento e a igreja.

Imagem 1 - Recanto dos Missionários Capuchinhos



Fonte: Emeroteca do Centur.

Segundo depoimento de Frei Luís Rota¹², por meio de um relato intitulado “Centenário da Igreja de São Francisco de Assis em Belém do Pará”, publicado em 02/10/2010 no site da Província Capuchinha dos Frades Menores do Maranhão, Pará e Amapá, no site “promapa.org.br”, foi exatamente em 2 de outubro de 1910, na cidade de Belém, abençoada e posta a primeira pedra nesse majestoso santuário dedicado a São Francisco de Assis, fundador da Ordem Franciscana, pelo Excelentíssimo e Reverendíssimo Dom Santinho Coutinho, então Arcebispo Metropolitano de Belém do Pará. Contudo Frei Luís afirma que, embora os Lombardos Capuchinhos tenham se instalado em Belém no ano de 1900, desde 1898 eles já estavam presentes no Estado do Pará, na Colônia do Prata.

Os jornais da época noticiaram a maravilhosa participação do povo e da presença de autoridades civis, religiosas e militares na construção da igreja. O jornal *A Província do Pará*, no dia seguinte à inauguração da pedra que daria mais tarde surgimento ao templo religioso, destacava, em uma matéria, a importância da sua construção para a comunidade belenense:

Há muito não se via uma demonstração religiosa tão ardente e tão sincera como a de ontem na colocação da primeira pedra sobre a qual se levantará o famoso Templo que terá como padroeiro São Francisco de Assis. A manifestação pública e o ardor fervoroso manifestados, desde os homens do povo até as primeiras autoridades de Belém, devem ter impressionado grandemente esses homens (capuchinhos lombardos) simples e bons que pregam, em nome de Deus, o amor ao próximo (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 03/10/1910).

Frei Luís Rota relata que os frades capuchinhos não foram os primeiros frades que vieram ao Pará. Já no início do século XIX, em 1803, o frei Francisco de Alba acompanhava o bispo Dom Manoel Almeida de Carvalho nas visitas pastorais da imensa diocese que abrangia o estado do Pará. Em 1806, vieram para Belém o frei Pedro de São Pedro e o frei Boaventura de Prado, que permaneceram pouco tempo na capital do Pará. Tem-se notícias de que, por volta de 1843, chegou a Belém o frei Luiz de Belfort com mais sete frades. O grupo de frades recém-chegados à capital deu início às missões entre os índios, ao longo do Rio Amazonas e seus afluentes. Imbuído com esse espírito de fé e de entrega total a Deus, os frades capuchinhos vieram, então, para o Maranhão, Pará e Amazonas, no final do século XIX.

Percebemos que a congregação via a necessidade urgente de um trabalho missionário mais organizado que pudesse evangelizar toda a Amazônia, em especial o estado do Pará. Assim, a Ordem Capuchinha assumiu várias missões e deu continuidade ao anúncio

¹² Depoimento de Frei Luís Rota, que atualmente reside em São Luís - MA, na fraternidade de Nossa Senhora dos Capuchinhos, segundo informações do site www.promapa.org.br.

do evangelho e à assistência religiosa entre os povos nativos da região amazônica. Com um grande espírito missionário, os frades capuchinhos não esqueceram principalmente das populações indígenas.

Frei Luís Rota lembra que, com ajuda da população e de autoridades, os frades capuchinhos construíram o grandioso templo em uma área alagadiça, fora da cidade; como se dizia, um empreendimento extraordinário para ser um centro de evangelização e de promoção humana. Sabe-se que os frades missionários já estavam presentes no Prata, em Ourém e em outros lugares também do Maranhão, como Alto Alegre, no interior do estado, onde quatro frades, junto com sete irmãs e numerosos fiéis, foram mortos pelos índios Guajajaras. Esses missionários se preocupavam em evangelizar a população não somente nos grandes centros das cidades, mas também em suas periferias. Os missionários capuchinhos acreditavam que a evangelização andava sempre junto com a promoção humana.

Sabemos que, ao longo de suas primeiras ações, os frades capuchinhos realizaram várias iniciativas caritativas, como, por exemplo, o “Pão de Santo Antônio”, que começou no ano de 1937 e ganhou novas instalações. Segundo Frei Luís Rota se acrescentem ainda outros atendimentos, como o centro catequético e de promoção humana Santa Izabel da Hungria, a comunidade Santo Antônio com o ambulatório e outras atividades promocionais. Indiscutivelmente, esses missionários realizaram muitas atividades sociais no Bairro de São Brás.

A construção da Igreja dos Capuchinhos teve um significado muito grande, não somente para os frades capuchinhos, mas principalmente para toda a comunidade cristã da cidade de Belém. Ao longo dos anos, foram desenvolvidos grandes trabalhos de evangelização e catequese, tanto na cidade quanto no interior do estado do Pará. Conforme aponta Frei Luís Rota, foi pensada a Juventude Franciscana, a ordem franciscana secular e outros movimentos leigos. Nesse trabalho pastoral, outros frades capuchinhos foram atuar em cidades do interior do Pará, como Abaetetuba, Moju e Bujaru.

A Igreja dos Capuchinhos foi construída com recursos oriundos das ofertas dos fiéis da cidade de Belém e de outras cidades do Brasil. Ainda segundo o relato de Frei Luís Rota, há notícias de que o venerado frei Paulo de Trescorre visitou várias cidades do Brasil angariando donativos para essa construção, juntamente com as contribuições do povo de Belém. Também as autoridades colaboraram de bom grado com a missão.

De acordo com informações do site “capuchinhos.org/promapa” no dia 26 de agosto de 1937, a missão dos capuchinhos foi constituída oficialmente “Custódia Provincial” analogamente às outras circunscrições do Brasil. O Primeiro Custódio é “Frei Gaudêncio de

Rescalda”. Em relação à importância e objetivo da Custódia Provincial e suas principais diretrizes temos que

O Trabalho da Custódia articula-se dentro de duas diretrizes principais: A Nível Interno: preocupados de garantir que a nova circunscrição realmente se estruture segundo as exigências do carisma franciscano-capuchinho em fraternidades autênticas. Isto exige particular empenho na atividade vocacional e formativa para que esteja em condições de transmitir aos candidatos os valores fundamentais da vida religiosa da tradição da Ordem. Ao Nível Externo: preocupados e solícitos também nesse âmbito para responder aos apelos que chegam numerosos da realidade gravemente condicionada pela endêmica falta de clero (“capuchinhos.org/promapa”).

As obras sociais são a marca da ordem religiosa dos Capuchinhos. Dessa forma a Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, situada na cidade de Belém do Pará, na Travessa Caldeira Castelo Branco nº 477, com fundos na igreja dos Capuchinhos, surgiu a partir da Associação da Juventude Antoniana. No comunicado ilustrado na imagem 2, Frei Gaudêncio de Rescalda concede a licença de funcionamento da Associação, em 1º de Março de 1943.

Imagem 2 - Criação da Associação da Juventude Antoniana

Ilmo. Revmo. Sr.
m.d Superior dos Religiosos Capuchinhos
Santuário do São Francisco.

De ordem do Excelentíssimo e Revmo. Sr. Arcebispo, comunico que foi dado o seguinte despacho no requerimento para aprovação da fundação da Juventude Antoniana”, nessa Paróquia- estudado o assunto concede-se licença para fundar a Associação da Juventude Antoniana anexa à Pia União de Santo Antonio do Pão dos Pobres, com fim especial de reunir elementos que cooperem com a benemérita Pia União, assimilando-lhe o mesmo espírito, digo, bom espírito. A nova Associação terá por sede a capela de Sto. Antonio da atual paróquia de Queluz, por diretor um Religioso Capuchinho designado pelo Superior do Santuário de S. Francisco. O recrutamento das novas associadas deve ser feito entre elementos que ainda não pertençam a outros sodalícios religiosos.

Belém 1º de Março de 1943
(as) Jaime , Arcebispo do Pará.

Fonte: Ata de 01/03/1943. Arquivo da Instituição.

Após Frei Gaudêncio de Rescalda conceder autorização para seu funcionamento, a Associação da Juventude Antoniana iniciou suas atividades no dia 25/04/1943 e transformou-se em personalidade jurídica no diário oficial nº 14.347 de 11/05/1943. A mesma é filial da Pia União de Santo Antônio do Pão dos Pobres, da Paróquia São José de Queluz, sediada na

Igreja de São Francisco de Assis, à Travessa Caldeira Castelo Branco, no Bairro do Guamá, de acordo com registro de ofício e ata.

Além de dar esmolas às crianças pobres, órfãs e desassistidas, esta associação também auxiliava a Casa de Santo Antônio, pertencente aos frades capuchinhos, angariando recursos por meio de festas religiosas e solidariedade da comunidade, por exemplo, conforme registro em ata do dia 29/09/1944.

A primeira diretoria da Associação deste projeto filantrópico, segundo informações contidas na ata da primeira reunião realizada em 25/04/1943, tinha como idealizadores os Frades Capuchinhos ligados à Ordem Franciscana dos Frades Menores Capuchinhos de Belém do Pará e Dona Ilda Seabra. Inicialmente, o mesmo foi mantido por meio de doações da sociedade da época, como médicos, religiosos e pessoas com considerável condição financeira, denominados de sócios.

A finalidade desta associação, era “assistir com esmolas às crianças órfãs”. As reuniões sempre se iniciavam com orações e percebe-se que havia muito apelo por parte do diretor eclesiástico na pessoa do Frei Paulino, em relação à importância de se encontrar cada vez mais sócios para as obras divinas. Os Frades Capuchinhos pregavam a Caridade como chave para o céu e tentavam estimular o maior número de pessoas possíveis, engajadas em prol do auxílio à criança pobre (ATA DE 16/01/1944 e 28/03/1944).

Segundo Silva (2006), a concepção acerca da caridade como um dever cristão e de expressão do espírito bondoso e nobre pode ser encontrada

em várias passagens da Bíblia, e a Igreja Católica, em virtude de sua hegemonia em nossa sociedade, difundiu-a por meio de um discurso repetitivo e moral, objetivando o equilíbrio e a harmonia entre os diferentes segmentos sociais, evitando assim, o perigo de conflitos e revoltas daqueles que se encontram na miséria (SILVA, 2006, p.2).

A ideologia Cristã presente no contexto da Associação da Juventude Antoniana tem origem no período colonial no qual “entendia-se como condição primordial para a salvação da alma uma atitude caritativa de piedade, de compaixão para com os pobres” (RIZZINI, 2011, p. 91). As obras desenvolvidas nesta Associação pelas causas de Deus e da Caridade, visavam a imortalidade da alma e do coração dos caridosos. As Reuniões eram conduzidas pelo Assistente Eclesiástico, superior dos Frades Capuchinhos (ATA DE 29/10/1944). Para Rizzini “o sentido de obediência à religião católica no caso do Brasil era muito importante na moralização do indivíduo e será incutido. Deus está acima de todas as coisas” (2011, p.109).

Os registros das primeiras crianças atendidas pela associação surgem a partir de 1944, informando que a finalidade desta era “assistir com esmolas as crianças órfãs”, bem como já contava com 68 associados de ambos os sexos e toma a seu cargo 3 menores que correspondem ao número 1 (sete anos), 2, e 3 (ATA DE 16/01/1944).

Nos anos de 1945 e 1946 a associação recebe duas crianças pobres matriculadas¹³, uma do sexo feminino e outra do sexo masculino. Em ata do dia 06/01/1946, receberam mais 2 crianças matriculadas, ambas do sexo masculino e tudo indica que são irmãos, pelo fato de terem o mesmo sobrenome. Ainda foram matriculados uma menina de 6 anos, uma menina de 4 anos e um menino de 5 anos. Estas crianças eram assistidas com esmolas e alimentos obtidos por doações. Não foram encontrados registros se nesse período de associação, estas crianças permaneciam abrigadas em algum local (ATA DE 01/07/1945 e 07/04/1946).

Sobre a situação de menores abandonados em Belém, na reportagem representada na imagem 3, apresenta-se a “turma do reco-reco” com a seguinte manchete: **4.000 menores abandonados perambulam em nossa capital**. *Média de um crime por dia praticado por crianças desamparadas — alarmante índice de debilidade mental entre a infância desvalida do Brasil — A turma do reco-reco.*

Imagem 3 - 4.000 menores abandonados perambulam em nossa capital



Fonte: Jornal A Província do Pará, 26/04/1947. Arquivo obras raras do Centur.

¹³ Creio que o termo “matriculadas” é utilizado para realizar o controle de quantas crianças são amparadas pela obra.

Para muitos o pensamento que vigorava nessa época era que o abandono seria o pontapé inicial para a delinquência. Na imagem 3 crianças mal trajadas, negras, de pés no chão e o menor posicionado no meio é flagrado com um cigarro na boca. Na reportagem diz:

FUMO O MAL COMPANHEIRO. Os menores abandonados com pouco mais de 7 anos, tem no cigarro um companheiro inseparável. [...] alguns estão acostumados a fumarem a “maconha”, a erva da morte [...]. [...] tudo farão para que não falte dinheiro para sustentar o vício. São meninos que em vez de cigarro deveriam estar consumindo bon-bons. Mas como o cigarro muitas vezes já indica que o indivíduo já é homem, eles o preferem (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 26/04/1947).

Esta reportagem traz uma página inteira falando da debilidade mental da infância desvalida, do papel da Legião Brasileira de Assistência e do Instituto de Proteção e Assistência da Infância se referindo a ele como uma das mais belas Instituições de Belém, afirmando que lá toda criança pobre recebe gratuitamente completa assistência medica, e prossegue

Menores abandonados um dos capítulos mais tristes da vida em nossas cidades, cujas as ruas andam sempre cheias de crianças analfabetas e doentes, viciadas e sujas que apenas conhecem a vagabundagem e os maus hábitos. [...] Na estatística que o Serviço de Assistência ao Menor do Distrito Federal publicou em fins de 1946, o índice de debilidade mental absoluta nos menores assistidos por esta instituição acusa alarmante de 50%. [...] Dos menores recolhidos pela assistência, os alfabetizados apresentam o índice menor de debilidade mental. [...] com a ascensão do general Dutra ao poder, foi dada nova feição a LBA, ela passou a ser apenas um órgão de defesa da infância. Foram organizados novos postos de puericultura, nos colégios e orfanatos foram reservadas vagas para os menores abandonados. Subvenções foram dadas as instituições que prestam auxílio a maternidade e infância. No instituto Dom Bosco de Belém 20 meninas eram socorridas pela Legião, durante todo o ano de 1946 receberam instrução e aprenderam ofícios neste educandário. [...] Este instituto, que se mantém com dificuldade não tem qualquer subvenção federal, estadual ou municipal. Nele as crianças pobres encontram meios para mais tarde ganhar a vida honestamente e ser útil a sociedade. Ao lado do trabalho e do estudo as crianças do bairro do reduto, onde está localizado o instituto, possuem também um oratório festivo (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 26/04/1947).

Assim a infância abandonada aparece em algumas páginas de jornais, como aquela que está propícia ao vício do jogo, fumo e que pode ser socorrida pelos institutos e educandários. É recorrente também nos jornais “A Província do Pará” em finais dos anos 50 e na década de 60, denúncias sobre as precárias condições destes espaços que acolhem e instruem a infância, bem como súplicas ao governo para que assuma sua responsabilidade com as mazelas sociais que assolam Belém, principalmente na saúde e educação. No que tange à crise alimentar pela qual passam Belém e o Brasil, também há publicações. Na reportagem intitulada “Alimentação e Frigoríficos” o engenheiro Firmo Dutra escreve especialmente à Província do Pará.

A questão alimentar transcende de toda outra em Belém e atinge o fundo da população, não deixando dúvida sobre a triste realidade que apresenta. Há uma diminuição evidente da capacidade de produção em todos os setores. A agricultura desaparece: o rebanho bovino paraense decai e em breve não suportará as exigências mínimas da população. Não há Leite e não há verduras. O peixe é escasso e caro e o pão é sempre uma interrogação, somente respondida pelos acordos internacionais. Belém vive dia a dia sem estoques e sem meios de forma-los. Do seu Hinterland mal tira o suficiente para não morrer de fome e aquilo que constitui suplemento de carência, vem de fora através de uma importação incerta e precária (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 09/02/1947).

Firmo Dutra chama atenção à situação de que Belém precisa organizar, por exemplo, o estoque de peixes, frutas, verduras e carnes em frigoríficos para passar melhor essa crise. Inclusive, chama o Ministério da Agricultura e governo estadual para organizar as bases desses empreendimentos que envolvem comerciantes, pecuaristas e industriais. Ele ainda completa

Não se trata de instalar nenhum mastodonte ou de pregar a realização de um proveitoso negócio: trata-se de uma defesa humana da população; da assistência a toda uma infância que morre subnutrida e coloca Belém entre as cidades mais devoradoras do futuro; de matar ou destruir a organização do mercado negro e enfim permitir que a administração pública defenda seriamente, seguramente amparada, o direito da gente viver com a certeza de que pode comer hoje e esperar que faça o mesmo amanhã. Sem um frigorífico, será impossível, por maior que seja a bôa vontade das autoridades, sua luta contra os açambarcadores, contra os exploradores do povo, dominar a crise e permitir que os pobres e ricos, pobres sobretudo, suportem os dois terríveis fatores de queixas e recriminações, de vitória para as ideologias exóticas e incompatíveis com a democracia e a decência humana: falta a absoluta de mercadorias e preços astronômicos para aquelas que se encontram (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 09/02/1947).

No que concerne a relação dos problemas advindos da questão social e sua relação com a criação de associações e trabalhos caritativos vinculados à igreja

No Brasil até a década de 1930, a questão social era considerada caso de polícia, sendo “tratada” por meio da repressão. À medida que os problemas foram se acirrando e a repressão por si só não conseguia contê-la foi necessário construir novas estratégias para o seu enfrentamento. Neste “sentido, ela passa também a ser responsabilidade de organismos da solidariedade social, muitos deles vinculados à igreja”. Estas instituições realizavam práticas com base na caridade e no voluntarismo, de forma descontínua e fragmentada (RUSSO, CISNE E BRETAS 2008, p.131).

Neste sentido, destacamos a criação das Associações e Instituições criadas no amparo à infância pobre a partir da década de 1930 como uma das estratégias de enfrentamento desse problema social. No caso da Associação da Juventude Antoniana em Belém, temos religiosos e mulheres que se engajaram em ações direcionadas à infância pobre. Sobre a forte presença feminina nesta obra social, é interessante frisar que identificamos, no ano de 1949, cargos da

associação como Presidente Honorária, Direção Ativa e Zeladoras, exclusivamente ocupados por mulheres. Esta ainda possui um assistente eclesiástico para dar apoio espiritual, motivacional, realizar fiscalização e o andamento das ações. As campanhas que envolvem a busca por sócios e doações envolvem as Antonianas - mulheres que estão à frente da obra e devotas de Santo Antônio. Embora se encontrem sócios de ambos os sexos nos registros realizados nas atas, são as mulheres desta associação que têm a responsabilidade de se empenhar em conquistar sócios, angariar e administrar os recursos da mesma (ATA DE 25/09/1949).

Sobre a intensa marca feminina à frente dos trabalhos nessas associações religiosas, é possível afirmar que isto seja reflexo da sociedade patriarcal, onde à mulher é dada a responsabilidade de educar e cuidar, e dela é exigido o bom exemplo da moral. Neste sentido vincula-se o ser feminino à sensibilização pela condição do outro, mesmo que não seja o filho de sangue

Ao longo da história, vimos que o papel da maternidade foi construído inerente à condição feminina, a realização das mulheres e da feminilidade, em meio a renúncias e sacrifícios, ao amor materno, aos cuidados dos filhos, marcadamente responsáveis pelos espaços privados (SILVA, 2009, p. 29)

Neste sentido, percebemos o papel da mulher em associações caritativas e esta relação com a cultura e a organização social. Essa feminilidade bem como os princípios religiosos dos franciscanos, era semeada entre as Antonianas. Assim elas teriam que se empenhar em transcender as dificuldades em prol da criança pobre, sensibilizando corações, participando das campanhas, das reuniões, da busca de parcerias e recursos. Frei Paulino – Assistente eclesiástico chama atenção das associadas devido à ausência nas reuniões, e este frisa que é participando destas que nasce o amor e o carinho capazes de vencer as dificuldades para o completo êxito de um ideal. Informa ainda que foi recebido um questionário da Legião Brasileira de Assistência - LBA, cujo fim é a habilitação da associação ao auxílio dado por esta entidade às crianças. O mesmo ainda informa que os protegidos receberam suas esmolas (ATA DE 02/02/1947).

Mas o que o é a LBA? É a Legião Brasileira de Assistência. Trata-se de uma instituição de assistência social, vinculada ao Conselho Nacional de Serviço Social, criada na era Vargas em 1942, e que dá origem ao primeiro-damismo no Brasil, pois é a primeira dama – mulher do presidente — que ocupa a presidência deste órgão. Conforme apontamentos de Teixeira (2012)

A LBA tem origem na mobilização do trabalho civil, feminino e de elite, em apoio ao esforço nacional representado pela entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, através da prestação de serviços assistenciais às famílias dos convocados. Inspirada no ideário de congregar esforços da iniciativa pública e privada em prol do incremento da rede assistencial, a LBA assim compôs seu patrimônio, definindo o seu programa em torno da necessidade de substituir o antigo espírito filantrópico e religioso da assistência social por formas de atendimento fundadas no conhecimento técnico científico. Com o final da guerra em 1946, a LBA reformulou seus estatutos, definindo como principal finalidade a defesa da maternidade e da infância (TEIXEIRA, 2012, p.82-83).

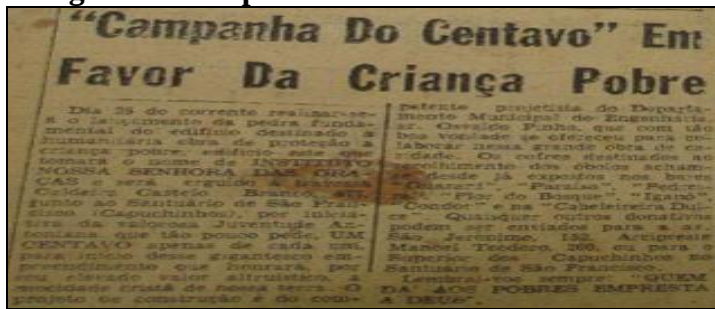
Em relação às obras da associação, Dona Ilda faz apelo para que as Antonianas levanten uma campanha em prol dos pobrezinhos desamparados. E assim surge a busca por um projeto maior que ampare a infância desamparada do município de Belém, e Dona Ilda fala da possibilidade de se conseguir um terreno para a construção do Prédio das Crianças Desamparadas (ATA DE 05/12/1948 e 06/02/1949).

Dona Ilda entra em contato com o 6º Arcebispo de Belém – Dom Mário de Miranda Vilas Boas e este promete doar um terreno para esta finalidade. Dom Mário de Miranda sempre esteve muito envolvido com as causas sociais por onde passava, o exemplo disso são as variadas obras em que ele se empenhou. Para conhecermos a dimensão de sua obra, a Arquidiocese de Belém oferece os seguintes registros online

Gaúcho de Rio Grande, Dom Mário de Miranda Vilas-Boas nasceu no dia 04 de agosto de 1903. Estudou em Sergipe, terra de seus pais. Membro fundador da Academia Sergipana de Letras. Ainda muito novo, foi eleito e sagrado Bispo de Garanhuns. Sua primeira Carta Pastoral é considerado documento básico para o movimento litúrgico no Brasil. Foi Arcebispo de Belém de 05 de janeiro de 1945 a maio de 1957. Criou as paróquias de Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, São Pedro e São Paulo, São Judas Tadeu, todas em Belém, e São Francisco de Assis, em Nova Timboteua, e Nossa Senhora das Graças, em Ananindeua. Promoveu a ereção das Prelazias de Macapá e Cametá. No seu governo, vieram para a Arquidiocese os Frades Franciscanos e os Padres Redentoristas, as Irmãs Dominicanas, as Irmãs do Preciosíssimo Sangue, as Irmãs Adoradoras do Sangue de Cristo e as Irmãs Missionárias de Nossa Senhora das Graças. Mas o seu maior feito em Belém foi a celebração do 6º Congresso Eucarístico Nacional, em 1953, no local onde hoje é a Praça Kennedy (*pnsbenfica.com*, 17/08/2010).

Isto posto, é possível notarmos a grande importância de Dom Mário de Miranda para a comunidade Paraense. Desta forma, registrou-se o início da peregrinação de Dona Ilda e as Antonianas no intuito de angariar donativos para construção da Casa da Criança Pobre (ATA DE 05/06/1949).

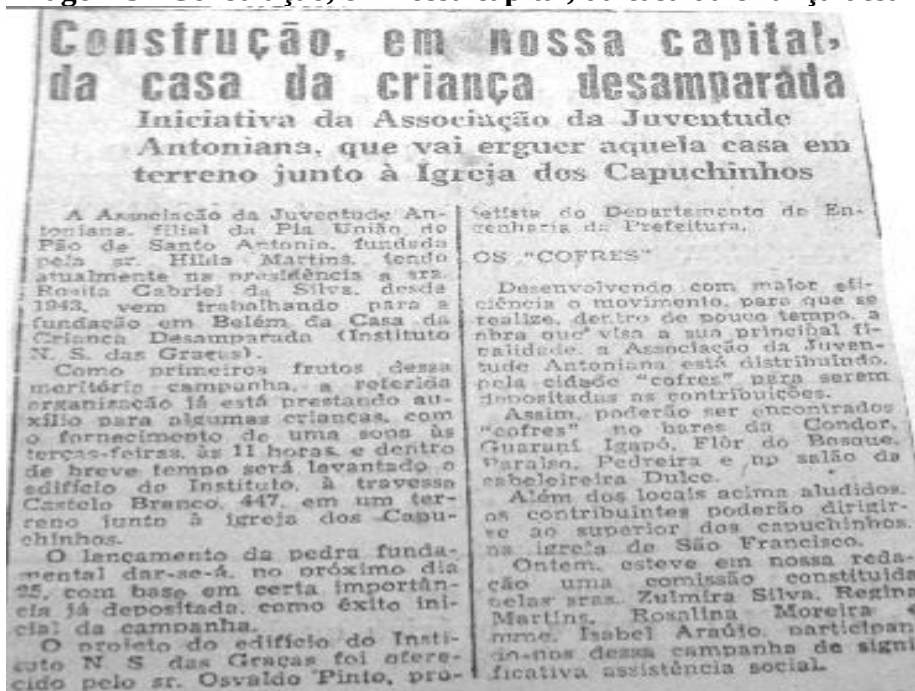
.Imagem 4 - Campanha do Centavo



Fonte: Jornal A Província do Pará, 16/09/1949. Arquivo da Instituição.

Na imagem 4, apresentamos uma matéria publicada em 16/09/1949 no jornal *A Província do Pará* sob o título “‘Campanha do Centavo’ em favor da criança pobre”, que enaltecia a atitude da valorosa juventude antoniana no pedido de doação de “um centavo” para a construção do Instituto Pia Nossa Senhora das Graças. Diz a matéria: “por iniciativa da valorosa Juventude Antoniana, que tão pouco pede, UM CENTAVO apenas de cada um para início desse gigantesco empreendimento que honrará, por seu elevando valor altruístico, a mocidade cristã de nossa terra”. Enfim, a matéria faz apelo à caridade.

Imagem 5 - Construção, em nossa capital, da casa da criança desamparada



Fonte: Jornal A Província do Pará, 16/09/1949. Arquivo da Instituição.

A imagem 5 traz uma reportagem intitulada “*Construção em Nossa Capital da Casa da Criança Desamparada*”, onde anuncia-se que há, em vários pontos da cidade, cofres para serem depositadas as contribuições para a construção desta grande obra, em que um dos

primeiros frutos é a oferta de sopa às terças feiras, às 11 horas. Informa-se, também, sobre o lançamento da pedra fundamental que “ocorrerá ainda neste mês”.

No ano de 1949 é registrado o lançamento da pedra fundamental, conforme registro abaixo:

“Em 25/09/1949, nesta cidade de Belém, no terreno situado a Caldeira Castelo Branco, junto ao Santuário de São Francisco com a presença do Exmo. Sr. Arcebispo Metropolitano Dom Mário Vilas Boas, Frei Paulino de Sélere superior dos Frades Capuchinhos e dos representantes das autoridades civis e militares especialmente convidados e elevado número de católicos, teve início as 10 horas a cerimônia do Lançamento da pedra fundamental da casa da criança pobre, futuro Instituto Nossa Senhora das Graças, que será erguido pela Associação da Juventude Antoniana, fundada em 25 de Abril de 1943 e que é ranço da União Pia de Santo Antonio. Foi sua Fundadora a senhora Ilda Seabra de Almeida Martins, tendo coadjuvadoras as senhoras D. Maria de Nazaré Coelho de Sousa, D. Noêmia Rocha e D. Rita Leite de Oliveira, esta associação adquiriu personalidade jurídica conforme publicação no diário oficial de 14.347 de 11/05/1943” (ATA DE 25/09/1949).

A partir daí, são realizadas campanhas em vários pontos da cidade de Belém e publicações em Jornais, a fim de angariar recursos e realizar parcerias para a construção da Casa da Criança Pobre. Para construção da Casa da Criança Pobre, a associação se organizou em busca de conseguir doações de tijolos, por meio de uma comissão que iria à Diretoria de Estradas e Rodagens, bem como as Olarias de Bitar em Mosqueiro e Abaeté. Uma das Antonianas iria se empenhar em conseguir tijolos e cimento com o Prefeito. Falou-se ainda no pedido de uma verba ao Governo Federal (ATA DE 06/11/1949).

A pedido do Sr. Dom Mário de Vilas Boas, a Associação da Juventude Antoniana se reuniu para tratar da mudança de denominação da obra, renominando-a Instituição Pia de Nossa Senhora das Graças. Dom Mário de Vilas Boas, depois de refletir, chegou à conclusão de que era melhor a instituição trabalhar independente (ATA DE 29/01/1950).

3.2. Instituição Pia Nossa Senhora das Graças

No ano de 1950, foi realizada, no Salão dos Capuchinhos denominado de Santuário de São Francisco de Assis na Castelo Branco (sede provisória), a Assembleia Geral para eleição da Primeira Diretoria da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças – IPNSG, presidida por D. Mário de Vilas Boas, e este explica que a finalidade da mesma é a propagação do culto a Nossa Senhora das Graças e amparo espiritual e material às crianças abandonadas. Após isso, é indicada por Frei Hilário de Verano – Superior dos Frades Capuchinhos, a 1ª Diretoria (ATA DE 05/02/1950).

Quadro 1 - Constituição da Primeira Diretoria - 1950-1953

Constituição da Primeira Diretoria - 1950-1953	
Cargo	Ocupante
Presidente	Ilda Seabra de Almeida Martins
Vice-presidente	Zulmira Joana da Silva
Suplente	Maria José Machado
1ª Secretária	Maria Tereza Távora Albuquerque
2ª Secretaria	Terezinha Nunes Bibas
Suplente	Maria do Cléo Tavares
1ª Tesoureira	Edméa Rego Barros
2ª Tesoureira	Odete Santos
Suplente	Elyta Pinho Colares Nóvoa
1ª Procuradora	Rosalina Moreira dos Santos
2ª Procuradora	Maria da Luz Trindade
Suplente	Maria Izabel Araújo

Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos da Ata de posse dos associados.

De acordo com os documentos encontrados, passaram pela Instituição no período 1950 a 1975, o número de 3 presidentes, descritos no quadro abaixo:

Quadro 2 - Presidentes do período de 1950 a 1996

Presidente – Diretoria	Período
Ilda Seabra de Almeida Martins – 1ª Diretoria	1950-1961
Affonso Freire- 4ª Diretoria	1961-1966
Alda das Mercês Moreira da Cunha - 5ª Diretoria	1966-1996

Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos da Ata de posse dos associados.

As ações e parcerias na instituição dependiam muito dos presidentes que direcionavam os trabalhos na mesma. Estes três presidentes se revelaram como grandes administradores e articuladores políticos, que se empenharam em manter viva a IPNSG, amparando materialmente e espiritualmente as crianças pobres, órfãs e abandonadas no município de Belém. No que tange ao conceito de “instituição”, Saviani (2007) discorre sobre o significado

da palavra, trazendo uma reflexão sobre o que esta pode representar, enquanto estrutura criada para uma necessidade que surge na sociedade. Nesta linha de pensamento

Assim, além de ser criada pelo homem, a instituição apresenta-se como uma estrutura material que é constituída para atender a determinada necessidade humana, mas não qualquer necessidade. Trata-se de necessidade de caráter permanente. Por isso a instituição é criada para permanecer. Se observamos o mais atentamente o processo de produção de instituições, notaremos que nenhuma delas é posta em função de alguma necessidade transitória, como uma coisa passageira que, satisfeita a necessidade que a justificou, é desfeita (SAVIANI, 2007, p. 4-5.).

A Instituição Pia Nossa Senhora das Graças foi criada para dar conta da necessidade de sua época, qual seja, amparar, instruir e educar a infância pobre, órfã e abandonada de Belém. A pobreza na cidade e o abandono eram situações recorrentes, expressas, inclusive, em notícias de jornal. Estes problemas careciam de estratégias de enfrentamento duradouras, e uma instituição seria o ideal.

Uma instituição total seria a estrutura mais indicada como estratégia de enfrentamento à pobreza, segundo Goffman (2005). Os indivíduos na sociedade moderna realizam atividades como dormir, brincar e trabalhar em lugares distintos, com diferentes pessoas e sem um plano racional geral. No entanto, “o aspecto central das instituições totais pode ser descrito com a ruptura das barreiras que comumente separam essas três esferas da vida” (GOFFMAN, 2005, p.17). Em outras palavras, o que Goffman quer dizer é que a instituição total se caracteriza como um espaço em que os indivíduos praticam todas as suas atividades diárias cotidianamente, vivendo sob o regime de enclausura permanente ou temporária.

A pobreza para muitos é algo que pode comover ou incomodar. No município de Belém, no período em que a instituição foi pensada, a pobreza e doenças como tuberculose e malária assolavam os solos paraenses. Muitas pessoas moravam em condições precárias e sem saneamento básico. Em 1950 verificamos que há passagens escritas que demonstram o desafio de angariar recursos em prol das crianças pobres, segundo Frei Hilário Verano

embora seja uma humilhação pedir, mas devemos fazer tudo isso por amor em Nossa Senhora das Graças e pensando também nas crianças pobres que esperam por nosso auxílio, terminando a reunião o frei lamentou muito as crianças que viviam pedindo esmolas na frente da igreja, achando mesmo uma coisa inconveniente (ATA DE 02/04/1950).

Frei Hilário na condição de pastor espiritual, como em alguns momentos se referem a ele, incentiva a instituição a trabalhar, em suas palavras:

a nossa causa é de Deus, e portanto da igreja, para que não triunfem os inimigos de nossa religião, e para ela sejam confiantes nossas criancinhas. Repetindo as palavras Sr. D. Mario de Miranda Vilas Bôas, disse-nos ainda que trabalhássemos constantemente em benefício das criancinhas sem ligar para os empecilhos que aparecem (ATA DE 05/03/1950).

Frei Hilário comunica que os Srs. Miguel Silva, Dr. Orlando Brito e Doutor Osvaldo Peixoto, trouxeram um telegrama do Sr. Lameira Bittencourt, que por meio de uma emenda no orçamento, concedeu 100 mil cruzeiros à instituição. Frei Hilário telegrafou agradecendo ao senhor Bittencourt tão generosa atenção, e Sr. Bittencourt então ocupante do cargo de Deputado Federal do Pará responde

Muito agradeço generosos termos em vosso amável telegrama, apenas cumpri dever acordo, lembrança ao nosso querido amigo Miguel Silva, por procurar ajudar obra de tão elevado sentido social humano e cristão. Cordiais saudações, Lameira Bittencourt (ATA DE 04/06/1950).

Nota-se, nas palavras de Sr. Bittencourt, o que a instituição representa para ele, pois o mesmo se refere a esta como uma obra de grande relevância social e cristã. Percebemos que a participação de pessoas públicas, empresas, damas da sociedade nas doações às obras em prol da criança pobre, confere um certo status na vida social de quem doa. Mais à frente na década de 60, encontramos diversas publicações sobre as damas da sociedade e a filantropia.

Ainda em 1950 é realizada a instalação de alto-falantes no terreno para oferecer músicas pagas, cujo resultado seria revertido em auxílio para construção da casa. Ficou combinado, também, que no dia de Natal seria oferecido almoço às crianças, e que a presidente Ilda já estava tomando as providências necessárias (ATA DE 03/12/1950).

Nesta gestão iniciam-se as parcerias com órgãos federais, estaduais e municipais, que consistem em pequenos repasses feitos por políticos da época, pelo Departamento Nacional da Criança, Ministério da Justiça e Ministério da Educação do Rio de Janeiro. Por meio do Departamento Nacional da Criança, segundo decreto de sua criação aprovado no governo Vargas

Art. 1º Será organizada, em todo o país, a proteção à maternidade, à infância e à adolescência. Buscar-se-á, de modo sistemático e permanente, criar para as mães e para as crianças favoráveis condições que, na medida necessária, permitam àquelas uma sadia e segura maternidade, desde a concepção até a criação do filho, e a estas garantam a satisfação de seus direitos essenciais no que respeita ao desenvolvimento físico, à conservação da saúde, do bem estar e da alegria, à preservação moral e à preparação para a vida. Art. 2º Para o objetivo mencionado no artigo anterior, far-se-á, nas esferas federal, estadual e municipal, a necessária articulação dos órgãos administrativos relacionados com o problema, bem como dos estabelecimentos ou serviços públicos ora existentes ou que venham a ser instituídos, com a finalidade de

exercer qualquer atividade concernente à proteção à maternidade, à infância e à adolescência (DECRETO-LEI Nº 2.024, DE 17 DE FEVEREIRO DE 1940).

Assim, levando em consideração os dois artigos, será feita a articulação com instituições públicas e privadas no atendimento e proteção à maternidade e à infância, articulando-se também com o Conselho Nacional de Serviço Social e Ministério da Educação e Saúde. Segundo Rizzini (2011), o DNCR sofria com a escassez de recursos, levando o mesmo a se associar com a Legião Brasileira de Assistência. Ainda segundo Rizzini, abordando este órgão, até uma junta municipal da Infância é prevista nos artigos, assim

A junta Municipal da Infância formada por ativistas sociais, como médicos, professoras, “senhoras da sociedade”, religiosos, autoridades públicas, teria a função de distribuir subsídios às organizações privadas e fiscalizá-las. As unidades de atendimento às mães e seus filhos seriam os postos de puericultura, as creches, os jardins de infância, as maternidades, os hospitais para crianças (RIZZINI, 2011, p. 270-271).

Registra-se em 1951 o início da construção da Casa da Criança Pobre em Belém do Pará. Embora seja intenso o esforço da presidência, diretoria e sócios na idealização da “Casa da Criança Pobre”, esta é uma tarefa árdua. As valiosas rifas, propagandas em jornais, quermesses e doações tentam dar conta da construção da instituição (ATA DE 04/03/1951).

Durante o ano de 1952, verificamos prestações de contas e os registros de algumas doações por parte do Ministério da Educação, onde os padres salesianos avisam, por meio de telegrama, que há uma quantia de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) destinados à instituição – porém, os padres salesianos pediram deste total Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) para fazer o despacho a fim de auxiliar nas obras da Igreja de São Francisco. Dessa forma, a instituição e os padres fecharam o acordo.

Em 13/11/1952, foi realizada a solenidade da instalação da cumieira do prédio da IPNSG. Assim é relatado o grande momento em que é realizada

com a presença de várias autoridades eclesiásticas e grande número de pessoas cooperadoras da obra e também de alunos da instituição. Dr. Lopo Álvares de Castro, prefeito de Belém, deixou o primeiro prego da cumieira e quebrou uma garrafa de champagne, tendo D. Mário pedido uma salva de palmas a grande solenidade. Finalizando as manifestações foi servido às autoridades guaraná e outras bebidas com frios e doces (ATA DE 13/11/1952).

Após a instalação da cumieira do prédio, no dia 09/12/1952 foi construído e aprovado o Estatuto da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, onde, nas palavras de D. Mário Vilas

Boas por meio da imagem 6, há a representação do que a instituição significa para si e para a sociedade da época.

Imagem 6 - Estatuto da IPNSG de 1952

Havemos por bem aprovar os Estatutos da **Instituição Pia de Nossa Senhora das Graças**. E o fazemos com ardentes votos para que sejam fielmente observados a fim de que, assim, se realizem as suas altas e tão oportunas finalidades. Estas são de molde a mover a simpatia e adesão de tôdas as almas cristãs, isto é, o Culto da Santíssima Virgem, Mãe de Deus e Mãe nossa, sob o título especioso de Nossa Senhora das Graças e, justamente com o culto, a assistência e amparo espiritual e material à infância pobre, educando-a e habilitando-a para uma vida cristã real e objetiva, vivida com dignidade e proveito, no Lar e na Sociedade.

Estas obras são sempre necessárias.

Fonte: Documento da IPNSG, 1952. Arquivo da Instituição.

Neste sentido, Dom Mário chama a atenção para as finalidades da Instituição em sensibilizar o coração cristão, cultuando Nossa Senhora das Graças e oferecendo assistência, amparo espiritual e material à infância pobre, dando à esta educação e habilitando-a para uma vida cristã real e objetiva, dentro dos ensinamentos católicos e vivida com dignidade, sendo proveitosa e útil tanto no lar quanto na sociedade. Ainda no Estatuto de 1952 é destacado que independentemente da idade ou sexo, deve-se socorrer a criança pobre, conforme se infere na imagem 7, que retrata o Estatuto de 1952.

Imagem 7 - Estatuto da IPNSG de 1952



Fonte: Documento da IPNSG, 1952. Arquivo da Instituição.

Em 1953 houve Assembleia Geral e Frei Hilário elegeu por aclamação a 2ª Diretoria, presidida mais uma vez por Dona Hilda e que permanecerá até 1961. Foram eleitas também mulheres para compor os cargos da Presidência Honorária, Vice-Presidência, Secretarias, Zeladoras e Damas Protetoras (ATA DE 01/02/1953). Em reunião realizada pela diretoria da Instituição e na intenção de ampliar as parcerias, Frei Hilário de Verano sugere que deveriam convidar um vereador para visitar a escola¹⁴, verificar a sopa e as dependências da casa da criança pobre para conseguir, caso pudesse, junto à comarca municipal, um auxílio anual à instituição (ATA DE 07/05/1953).

Em 1953 encontramos o registro de que a instituição havia preparado para a eucaristia 50 meninas e 20 meninos. Assim, a instituição dava a seus protegidos educação voltada para a formação espiritual, alimentação e vestuário. Nesse período não foram encontrados registros de crianças internadas (ATA DE 13/05/1953). Diante das dificuldades em terminar as obras da Casa da Criança Pobre, Dona Ilda resolve então lançar a proposta de pedir um empréstimo a Caixa Econômica Federal, onde após todos da Diretoria aceitarem, é fechado em 1954, contrato de financiamento.

Neste sentido, localizamos o registro de empréstimo, por meio de uma Escritura Pública de contrato de financiamento para construção do prédio da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, datado de 1954. Trata-se de um documento riquíssimo, onde consta o mapeamento e descrição do espaço da instituição, bem como informa que o terreno para a construção da instituição mede 13,25 (frente) x 89,10 (fundos), com registro no Cartório Corrêa de Miranda. Neste documento é informado que Dona Ilda resolveu mandar construir com prazo de pagamento de dez anos e ainda descreve sobre a construção do prédio.

Prédio com 2 pavimentos destinada a abrigar crianças desamparadas, com paredes de alvenaria de tijolo e lage de concreto armado, entre pisos, cobertura de telhas de barro, assentes em madeiramento de massaranduba, forro de madeira, piso de tacos e mosaicos, azulejos na cosinha, copas e sanitários, instalações sanitárias completas, instalação de água, luz e esgoto de acordo com a regulamentação, pintura a água e óleo, contendo dito prédio no pavimento térreo salas de aula, refeitório, cosinha, copa, diretoria e sanitários e no pavimento superior dormitório, berçário, capela, e outros cômodos- que tendo a outorgante financiadora, CAIXA ECONOMICA FEDERAL DO PARÁ, dá de empréstimo a outorgada financiada Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, a quantia líquida e certa de trezentos mil cruzeiros (ESCRITURA PÚBLICA DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO PARA CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DA INSTITUIÇÃO PIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, VIA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 1954).

¹⁴ A escola provavelmente se refere às aulas de catequese que as crianças recebiam, devido ao encontro de registros em atas sobre a preparação de meninas e meninos para a eucaristia.

Ao analisar a estrutura do prédio por meio da escritura pública, podemos inferir que Dona Ilda almeja um local que dê condições dignas de moradias para as crianças que esta abriga, onde com descrição dos cômodos podemos imaginar a construção de alvenaria em um terreno que mede 13,25 (frente) x 89,10 (fundos), que traz no pavimento superior os dormitórios, instalação sanitária completa, berçário, capela para as práticas religiosos e no pavimento térreo preocupou-se com a construção das salas de aula para a educação primária e doméstica, refeitório, cozinha, copa e banheiros.

Em 1955 verificamos que houve o despacho de ofício com diversas questões a responder, para aquisição da merenda escolar aos alunos da escola que a instituição mantém há 6 anos, a qual tem matriculados 214 crianças com idades de 5 a 13 anos (ATA DE 06/02/1955). Não foram encontrados documentos dessas crianças e nem registro em atas sobre a existência de cadastro. A então secretária da Instituição informou que muitos documentos se perderam devido ao mau armazenamento.

Finalmente, a instituição realiza sua primeira reunião em sede própria, situada na travessa Caldeira Castelo Branco, 477 e não mais no Santuário de São Francisco de Assis, na igreja dos Capuchinhos. A escola que a instituição mantém há 6 anos foi registrada na SEDUC, como “Escola Primária Doméstica da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças”. Ainda neste dia, a instituição recebeu como auxílio da Valorização da Amazônia, o fornecimento de merenda às crianças a qual se compõe de leite em pó e farinha vitaminada, para o preparo de Mingau. Sua distribuição é feita pela manhã, diariamente, à 250 crianças das 327 matriculadas, passando a sopa, que estava sendo fornecida diariamente, para as Terças, Quintas e Sábado. Informa-se ainda que há em circulação na cidade cartões de uma rifa com diversos prêmios, com sorteio programado pela loteria do Estado, e cuja renda se destina ao natal da criança pobre. Ao final do ano de 1955, notamos o atendimento à 327 crianças (ATA DE 07/11/1955).

Os anos seguintes da Instituição seguem recebendo alguns repasses dos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como doações e campanhas para dar continuidade ao atendimento às crianças e jovens na alimentação, vestimenta e educação religiosa. A partir de 1956, quando foi registrado em ata que as reuniões sobre a Instituição seriam em prédio próprio, não se viu mais a presença do Assistente Eclesiástico durante o acontecimento destas.

4 A CRIAÇÃO DO INTERNATO DA INSTITUIÇÃO PIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS: ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO ÀS CRIANÇAS POBRES, ÓRFÃS E ABANDONADAS EM BELÉM DO PARÁ

Inicia-se uma nova fase da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças e com ela uma nova filosofia. Agora a instituição será pensada como um lugar que além de amparar espiritualmente e materialmente, se ocupará em instruir a infância pobre. A partir de 1959, encontramos os indícios das crianças atendidas em regime de internato, sendo exatamente neste ano que Dona Ilda faz da instituição sua moradia mesmo com construção ainda por finalizar. Muda-se com três crianças para o prédio próprio, situado a Castelo Branco 477, no Bairro do Guamá, aos fundos a igreja dos capuchinhos. Em 1959, conforme imagem 8, é publicada, no jornal “A Província do Pará”, a seguinte notícia

Imagem 8 - Desprovida de recursos a instituição de amparo a menores



Fonte: Jornal A Província do Pará, 14/06/1959. Arquivo da Instituição.

No jornal - A Província do Pará temos a publicação intitulada: “*Desprovida de recursos a Instituição de Amparo a menores*”, nela conta-se sobre a Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, que agora funciona em prédio próprio, e precisa de recursos. Nela Dona Ilda informa que

hoje como ontem a instituição não atua apenas como obra de filantropia dirigida por damas de nossa melhor sociedade como se costuma dizer em termos de lugar

comum. Não é nem mesmo dirigida por damas da sociedade. Nisso que sociedade e soçaite são coisas iguais (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 14/06/1959).

Na representação de Dona Ilda há indícios do registro do incômodo que lhe causava a vinculação da direção da obra filantrópica à intenção da conquista de status social, devido ao seu envolvimento com a causa da criança pobre. Ela deixa claro que não era uma dama da sociedade, mas alguém preocupada com as mazelas sociais que acometiam a infância belenense. Percebe-se no Jornal, as variadas idades e muitas crianças de ambos os sexos, inclusive de colo. É em 12/03/1959, que Dona Ilda transfere sua residência para a Instituição, onde segundo Dona Alda

Dona Ilda resolveu passar a residir no prédio da IPNSG, embora em precárias instalações, deixando a comodidade de seu lar e sua conceituada família, a fim de formar outra grande família, a de Nossa Senhora das Graças. Veio acompanhada de três crianças: Yvone, Maria da Graça e Irene, tendo se instalado com as mesmas no segundo pavimento, destinando as 2 (duas) salas da frente, para o funcionamento da Escola Primária e Doméstica Nossa Senhora das Graças (CUNHA, 2000, p.11).

De acordo com o acesso ao Testamento de Dona Ilda, esta era formada em Biblioteconomia e nasceu em 1890 e nunca teve filhos de sangue, porém, quando se instalou na instituição, levava consigo uma filha do coração, inclusive, no cruzamento das fichas com os dados das primeiras crianças que ingressaram na instituição em regime de internato e o registro das três acompanhadas de Dona Ilda na sua mudança para a instituição, foi possível identificar que uma destas era a dela, porque seu nome foi encontrado no Testamento e o documento se referia à criança como “querida filha de criação e tutelada”.

Segundo a narração de Dona Alda no livro escrito em comemoração ao Jubileu de Ouro da instituição, a “Escola Doméstica Nossa Senhora das Graças”, que previamente funcionava no Salão Bento XV, foi também transferida para a Instituição, mais precisamente em duas salas construídas, onde até hoje estão instaladas. Dona Alda ainda destaca que somente em 1958 surge a primeira turma de corte e costura e arte culinária que a escola diplomou, nas primeiras tentativas de educação voltadas para o público feminino (ATA DE 05/01/1958).

E Dona Alda como conheceu a Instituição? Bom, conforme seu próprio registro no pequeno livro, por meio de uma visita à instituição a fim de conhecer o trabalho de Dona Ilda em prol da criança pobre, na condição de associada, levou consigo uma criança de meses, no colo de sua mãe e a patroa. A mãe dizia ter muitos filhos e o apartamento no conjunto IAPI, era muito pequeno. Dona Ilda, então, recebeu a criança com alegria, juntando-a às outras no

Berçário. Assim, a partir dessa emocionante visita, dona Alda nunca mais deixou de frequentar a obra, trazendo nomes de seu círculo de amigos e família para serem sócios.

Dona Alda também registra sobre a chegada de uma grande parceria no início dos anos 60: por meio de um convite de Dona Alda, visitaram a Instituição o engenheiro Afonso Freire, que mais tarde tornar-se ia presidente, e seu amigo Castelar Fernandez.

Sensibilizados com o problema do menor carente, se prontificaram a ajudar a cooperar em favor das crianças, com uma contribuição mensal e no que fosse possível incluindo o término da construção do prédio da Instituição. Cumprindo o que prometera, no início de 61, o Dr. Affonso Freire concluiu a Obra, não mencionando o montante das despesas que se fizeram necessárias (CUNHA, 2000, p.13).

Conforme registro de um livro memorial escrito por dona Alda no ano de 2000, em comemoração ao “Jubileu de Ouro” da Instituição, esta faz um breve apanhado sobre a história da Instituição, envolvendo sua memória e documentos deste espaço. Neste livro, a mesma homenageia Dona Ilda como fundadora e 1ª presidente da IPNSG, que apoiada por Dom Mário de Miranda Vilas boas, 6º Arcebispo Metropolitano de Belém e de Frei Paulino Sêllere cria a associação e a Instituição. Dona Alda narra que a Instituição finalizou sua construção em 1961, a custo de muita dedicação e sacrifícios, dedicando sua vida à assistência e educação de crianças e adolescentes pobres.

Os documentos encontrados na Instituição apontam que a partir daí a instituição total toma corpo no atendimento da Infância pobre em regime de internato. Sobre as características de uma instituição total Goffman assinala que

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada (GOFFMAN, 2012, p.11).

A instituição funcionou a partir de 1961, em regime de internato passando a receber crianças pobres, órfãs e abandonadas de ambos os sexos e de qualquer idade, na qual é composta por uma Escola Primária e Doméstica e uma casa de apoio para as crianças admitidas no sistema de Internato. Na escola primária e doméstica são admitidos alunos para cursarem o ensino de 1ª a 4ª série e educação doméstica. Em 1962, há o registro da Instituição no Conselho Nacional de Serviço Social, sob o número 88.996/62, e em 1964 torna-se instituição de Utilidade Pública Municipal, reconhecida pela Câmara Municipal de Belém. Ambas inscrições dão abertura para parceria com os órgãos e governo do estado, desde que esta se adeque as regras e normas estabelecidas.

Neste sentido a partir de 1961, Dona Alda afirma em seu livro que se inicia a busca por crianças que mesmo não sendo órfãs, mas que estejam em condição de pobreza ou desamparo, para serem avaliadas por representantes da Instituição. Neste sentido, surge o seguinte questionamento: quem é o sujeito pobre ou quem é aquele em condição de pobreza? Para Yazbek (2003)

A noção de pobreza é ampla, ambígua, e supõe gradações. Embora seja uma concepção, relativa dada a pluralidade de situações que comporta, usualmente vem sendo medida através de indicadores de renda (múltiplos e submúltiplos do salário mínimo) e emprego, ao lado do usufruto de recursos sociais que interferem na determinação do padrão de vida, tais como saúde, educação, transporte, moradia, aposentadoria e pensões, entre outros. Os critérios, ainda que não homogêneos e marcados por um viés economicista, acabam por convergir na definição de que são pobres aqueles que, de modo temporário ou permanente, não têm acesso a um mínimo de bens e recursos, sendo portanto excluídos, em graus diferenciados, da riqueza social. Entre eles estão: os privados de meios de prover à sua própria subsistência e que não têm possibilidade de sobreviver sem ajuda; os trabalhadores assalariados ou por conta própria, que estão incluídos nas faixas mais baixas de renda; os desempregados e subempregados que fazem parte de uma vastíssima reserva de mão-de-obra que, possivelmente, não será absorvida (YAZBEK, 2003, p. 62).

No estudo da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, percebemos uma contradição: como pode a condição de pobreza ser maior do que esse desejo de cuidar e estar junto ao próprio filho? Pois bem, com o surgimento destas instituições de amparo à infância, era difundida a cultura da institucionalização para aqueles menores que estavam em condição de pobreza, abandono ou delinquência. Este espaço iria amparar, educar e reabilitar os sujeitos que se encaixassem em uma dessas categorias.

De acordo com Teixeira (2012), entendemos por cultura institucional “o conjunto de práticas e ideologias que orientam o comportamento dos agentes sociais no espaço determinado por uma estrutura organizacional e administrativa” (TEIXEIRA, 2012, p.81). Muitas vezes o internamento é a única opção de uma família que se encontra na pobreza, no entanto, em outras, pode se tornar um mecanismo de punição ao outro por mau comportamento.

Em Assembleia Geral é realizada eleição para os cargos da Instituição para a 4ª Diretoria. Pela primeira vez Dona Ilda ocupa o cargo de Vice-Presidente e Dr. Afonso Freire ganha a eleição e assume a presidência. Dona Ilda informa, ainda, sobre a revisão do estatuto (ATA DE 04/02/1961). Dr. Afonso Freire, engenheiro de formação e único homem eleito para este cargo durante toda história da instituição, auxiliou na finalização das obras, sendo sua participação de suma importância no término de construção do prédio. Doou grande auxílio

financeiro na finalização da obra e mensalmente era generoso em suas contribuições, conforme registro dos balancetes.

É na sua gestão que a instituição passa a apresentar maior organização no controle de entrada e saída das crianças e na construção de projetos para parceria com órgãos federais e estaduais bem como livro de contabilidade para registro de receitas e despesas. Foi também em sua gestão que se dividiu os serviços do internato, dando funções às meninas maiores.

O presidente da Instituição, em 1961, lembra em fazer um ofício ao arcebispo comunicando a nova diretoria; e a nova diretoria realiza as modificações do Estatuto, sujeito à aprovação do Arcebispo. O presidente ainda falou da possibilidade do aproveitamento das professoras leigas, caso não sejam nomeadas as candidatas do governo, e ficou resolvido atender a admissão de crianças que os pais apresentem miséria extrema. Também ficou decidido, que as reuniões seriam realizadas na última sexta feira do mês e não mais aos domingos (ATA DE 09/02/1961).

A partir de 1961 aparecem os registros em ofícios, atas e balancetes sobre as parcerias feitas com a Diretoria da Legião Brasileira de Assistência - Departamento Estadual de Educação para o trabalho, onde por meio da L.B.A, se dará suporte financeiro para a educação feminina voltada para os trabalhos manuais do curso doméstico.

Teixeira (2012) pautada em informações do Ministério da Previdência e Assistência Social, aponta que entre os programas assistenciais da LBA, temos as creches-casulos (crianças até 6 anos), distribuição de leite em pó (família de baixa renda), Educação para o trabalho, Registro civil, Assistência ao idoso, Assistência ao excepcional, Programa Nacional do Voluntariado e Assistência geral. Dentre esses programas encontramos ofícios na IPNSG que tratavam da distribuição do leite em pó e relatórios de trabalho que versavam sobre a educação para o trabalho, mais especificamente educação doméstica.

Percebemos algumas tentativas a partir de 1961, ainda na administração de Dona Ilda, no que concerne em fixar limites de idade no ato do internamento. Em regulamento datado de 02/01/1961 transcrito na imagem 9, reza-se da seguinte forma:

Imagem 9 - Regulamento de 1961 transcrito

A instituição Pia Nossa Senhora das Graças recebe crianças pobres órfãs e desamparadas obedecendo o regulamento seguinte: a) Só serão recebidas sessenta crianças no máximo. b) fica limitado nos 10 anos, a idade para permanência de meninos e 18 para meninas. c) o critério para admissão se fará mediante a autorização do Serviço Social, Serviço Médico e Sra. Presidente da Instituição. d) fica limitado o nº de 10 vagas gratuitas em vista da situação financeira da instituição. e) para a admissão serão estudadas pelas assistentes sociais a situação dos pais e responsáveis e a possibilidade das vagas; f) as contribuições mensais serão fixadas no ato da admissão visando as necessidades de cada um; g) as crianças para serem admitidas terão que concorrer com a importância necessária para a aquisição na própria instituição de 2 uniformes para diário, a fim de dar boa aparência ao visitante; h) as crianças não poderão sair da instituição em visitas as famílias ; i) no ato da admissão serão exigidos: a certidão de idade, preenchimento da ficha própria da Instituição e 1 fotografia 3x4; j) as vagas serão preenchidas obedecendo a ordem de inscrição em livro próprio e o critério dos serviços mencionados nos itens c) e e); l) solicita-se dos senhores pais e responsáveis, saldarem os seus compromissos mensais no início de cada mês, exigindo seu comprovante a fim de facilitar os serviços da Instituição e a manutenção das crianças. m) as crianças poderão ser visitadas no 4º domingo do mês no horário das 8 às 11 horas e das 15 às 18 horas. n) o atraso no pagamento nos obriga a entregar a criança. o) solicita-se aos senhores pais e responsáveis a observância dos itens acima mencionados.

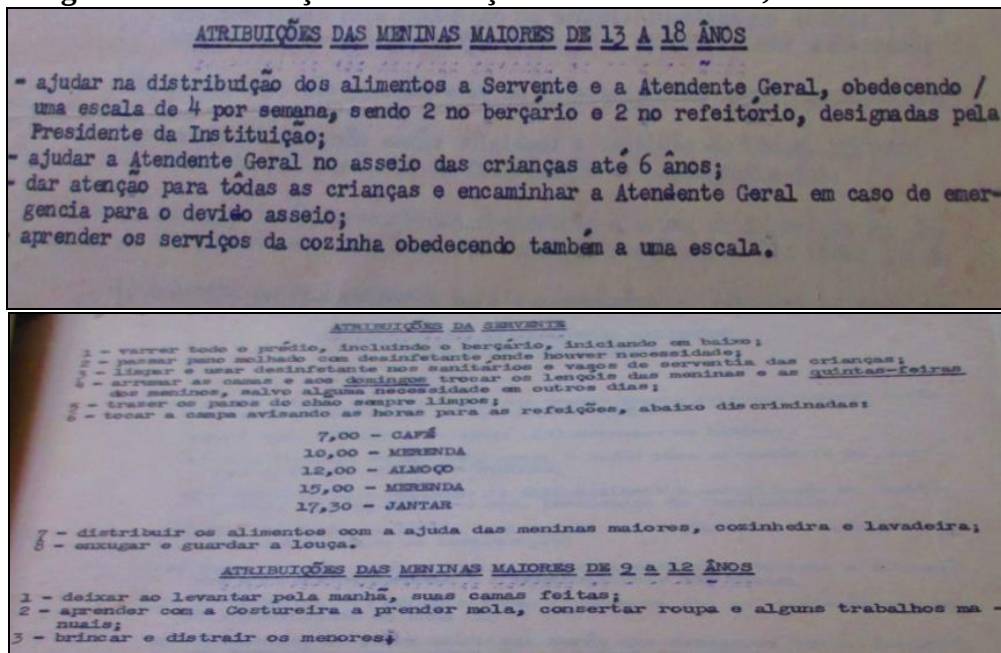
Fonte: Documento da IPNSG 1961. Arquivo da Instituição.

O regulamento acima cria determinações não existentes até então na instituição. Há indicadores que essa decisão de Dona Ilda seja devido ao fato de que o número de admitidos na instituição só aumentava a cada ano, tornando os recursos insuficientes para dar amparo e educação para tantas crianças. Assim, com esses critérios estabelecidos a administração da Instituição se tornaria menos conturbada. O regime de internato se materializa e é representado nos documentos. Segundo Rizzini & Rizzini (2004)

A lógica de que internando-se o menor carente, evitava-se o abandono, e, por sua vez, o infrator, resultou na internação em massa de crianças que passaram por uma carreira de institucionalização, pela pobreza de suas famílias e pela carência de políticas públicas de acesso à população, no âmbito de suas comunidades (RIZZINI & RIZZINI, 2004, p. 47).

A partir de fevereiro de 1961, Afonso Freire inicia suas atividades na instituição ocupando o cargo de presidente. Em 1961 o Senhor Presidente pergunta sobre o número de crianças que estão internadas no colégio e se o movimento de entrada e saída de crianças está sendo controlado, bem como lembra que deve ter uma norma para internamento. Foi apresentado o balancete do mês de Maio, e foram selecionadas meninas de 10 a 15 anos para que, em turmas, ajudem em serviços da casa, para que haja conservação do prédio que é exclusivamente abrigo das crianças (ATA DE 17/06/1961). Segue abaixo a distribuição das funções na imagem 10.

Imagem 10- Distribuições dos serviços entre as internas, conforme as idades



Fonte: Documento da IPNSG, 1961. Arquivo da Instituição.

Na imagem 10, podemos adentrar um pouco no cotidiano das crianças e jovens internos percebendo a delegação das funções e responsabilidades, bem como a exclusiva presença feminina na distribuição das tarefas de forma bem sistematizada. Há uma divisão na realização de tarefas onde temos as meninas maiores de 9 a 12 anos e as meninas maiores de 13 a 18 anos. As meninas de 9 a 12 anos, ao se levantar devem deixar suas camas feitas, aprender com a costureira a prender mola, consertar roupas e alguns trabalhos manuais e brincar e distrair os menores. As meninas maiores de 13 a 18 anos deveriam ajudar na distribuição dos alimentos, obedecendo a escala de 2 no berçário e 2 no refeitório; ajudar a atendente geral no asseio das crianças até 6 anos; dar atenção para todas as crianças e encaminhá-las a atendente geral em caso de emergência para o asseio; e aprender os serviços de cozinha obedecendo também à uma escala.

Dessa forma, percebemos uma hierarquia na aprendizagem dos serviços presente no cotidiano da instituição, onde as meninas de 09 a 12 já são inseridas no universo da costura, porém nas atividades que envolvem os serviços de cozinha são as maiores de 13 a 18 anos que assumem a responsabilidade.

Embora o período estudado já apresente ações de assistência e educação por parte do governo brasileiro na área da infância, e enxergando-a como futuro da Nação, na capital do Pará estas ações ainda eram tímidas, prova disso são as súplicas encontradas no jornal sobre auxílio à instituição. Porém, na década de 1960, percebemos, por meio das publicações no

jornal “A Província do Pará”, a organização em torno do sujeito pobre na oferta de serviços de assistência e educação.

Em relação ao amparo e educação temos, a partir de 1960, o “Preventório Santa Terezinha”, que ampara e educa filhos de pessoas acometidas pela Tuberculose (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 20/04/1961); Instituição Pia Nossa Senhora das Graças (1950) e Fundação Pestalozzi do Pará. No que diz respeito a Instituições e serviços voltados para a Proteção da Maternidade e Infância pobre a partir década de 1960 em Belém temos Legião Brasileira de Assistência (1942), Lyons Club, Ambulatórios (1961), Centros de Puericultura, Serviço de Apoio ao Menor–SAM (1940), FUNABEM (1964) e FBESP (1967).

Ainda em relação a serviços voltados para a infância pobre temos a previsão da Legião da Boa Vontade, que em anúncio à Província do Pará do mês de agosto, Lúcia Daltro de Viveiros – presidente da LBV e engenheira responsável pelo projeto do Prédio, informa da construção do Prédio da Legião da Boa Vontade em Belém. Lúcia ainda explica que

Edifício acolherá os departamentos: social (encarregado da distribuição da sopa dos pobres, de viveres, roupas, etc); de assistência espiritual (prestando conforto moral as pessoas desajustadas); infantil (encarregado na distribuição as crianças de material escolar, de roupas, uniformes, leite e merenda); de artes domésticas para senhoras e senhorinhas (aulas de corte, costura, bordado, etc); e artístico (aulas de ballet e apresentação de peças teatrais) (A Província do Pará, 16/08/1961).

Em relatório de trabalho de 1967, enviado a LBA, é registrado um levantamento realizado sobre instituições que desenvolvem suas ações voltadas para o atendimento de meninas em regime de internato em Belém. Possivelmente a inclusão desta informação neste relatório tenha a intenção de demonstrar a relevância da obra na capital por meio do número de instituições existentes nesse período. Neste sentido

Na parte referente a internato para meninas desvalidas existem no município os seguintes estabelecimentos: Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, travessa Castelo Branco; Abrigo Sagrada Família, Rua dos Mundurucus; Orfanato do Instituto Gentil Bittencourt, avenida Independência; Orfanato do Colégio Santo Antônio, Praça Dom Macedo Costa; Lar de Maria, Praça Floriano Peixoto. (RELATÓRIO DE TRABALHO ENVIADO A L.B.A, 1967).

Em Belém na década de 60, por meio de consultas no Jornal “A Província do Pará”, percebe-se que o Guamá está em expansão no que diz respeito às fábricas instaladas próximos a este bairro ou no próprio bairro. Por outro lado, anúncios denunciam a pobreza, a mortalidade de crianças acometidas por doenças, a necessidade de escolas em Belém, falam da mulher que precisa trabalhar e não tem onde deixar os filhos e falam da nocividade das ruas e da importância de se criar espaços de acolhimentos para os menores. No que tange ao

contexto de nossa Capital sobre a pobreza, educação e saúde, trazemos algumas publicações. Neste sentido, na imagem 11, vemos retratadas as denúncias sobre o descaso com as escolas em 1961.

Imagem 11 - Longo abandono das escolas cria ambiente de dissolução de valores



Fonte: A Província do Pará. Setor de Obras raras Centur.

A imagem 11 traz a seguinte chamada no título “**longo abandono das escolas cria ambiente de dissolução de valores**” - influi verdadeiramente, a política na educação básica do povo-Repórter, no dever do ofício, vê anota, flagra e transmite a precariedade de conservação dos prédios escolares e seus materiais didáticos- uma exposição que deve chegar até aos gabinetes palacianos para que se ofereça o remédio ao mal que vai tudo aniquilando.

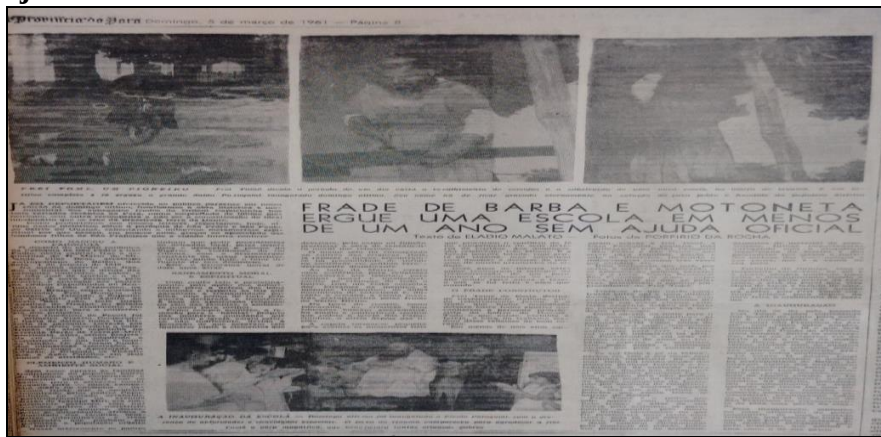
O repórter Mário Cruz faz as considerações na matéria sobre o abandono dos Grupos Escolares pelo poder público, em especial do Grupo “José Veríssimo”. Este aproveita a Semana da Criança para chamar a atenção do poder público sobre a urgente reforma pela qual necessita passar o Grupo Escolar José Veríssimo, alertando para mobiliários e equipamentos escolares defeituosos e para a sujeira nas áreas livres que circundam o prédio.

Foi quando decorria a “Semana da Criança”, deste ano, que uma vez mais o dever do ofício nos colocou em contato com o sistema de educação pública local, e assim, nos permitiu uma série de observações, infelizmente impossíveis de serem transmitidas em sua totalidade. [...] não nos parece, aliás, que nenhuma outra casa de ensino público primária exija cuidados mais urgentes e extensos, de que a “José Veríssimo”, embora reconheçamos que todos os grupos escolares estejam necessitados de bons reparos, pelo menos, em seus prédios e de uma medida legislativa que abra ao executivo a oportunidade de higienizar mesmo apenas com a pintura interior. [...] áreas livres que circundam os prédios por via de regra, abandonadas e sujas, sugerindo ao educando o afrouxamento do dever no trato de condições preliminares a saúde, como é a limpeza inicialmente do terreno onde exercem as atividades sociais. [...] Equipamento escolar, mobiliários e instrumental didático, em muitos lugares deficientes, mas em todos defeituosos. Pode-se dizer quer os grupos escolares da capital pela sua tradição, por sua organização e mesmo até por dedução e observação dos resultados a que pode chegar, são as casas padrão de ensino oficial primário, tido o ensino no sentido mais profundo de formação da personalidade e adaptação intelecto-moral da pessoa ao meio e à cultura (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 24/12/1961).

Enquanto as críticas sobre o poder público no que tange a responsabilidade pela educação aumentam, reportagens elogiam as ações de religiosos e filantropos que se

mobilizavam em prol do auxílio à criança pobre, seja com ações voltadas a saúde ou educação.

Imagem 12 - Frade de barba e motoneta ergue uma escola em menos de um ano sem ajuda oficial



Fonte: Jornal “A Província do Pará”. Setor de Obras Raras- Centur.

Na imagem 12, temos uma reportagem intitulada “*Frade de barba e motoneta ergue uma escola em menos de um ano sem ajuda oficial*”. A reportagem trata sobre a “Escola Paroquial São Francisco de Assis” construída por Frei Tomé (Frade Capuchinho Italiano), que se divide, segundo o repórter, entre o recolhimento de esmolas e a construção da escola em benefício das crianças pobres do Guamá, para dar-lhes ensinamentos moral e intelectual. A Escola estava situada na Barão de Igarapé-Miri, no Salão Paroquial São Pedro e São Paulo, bairro do Guamá. Sobre a Inauguração

No dia 26 do mês passado Frei Tomé andou convidando um bocado de gente para assistir à inauguração da “Escola Paroquial São Francisco de Assis”, com cinco salas amplas, medindo 40x10 e que será entregue as irmãs do Preciosíssimo Sangue. Entre os convidados, lá se foi o repórter ver de perto o que o frade da motoneta fizera sem depender de verbas oficiais nem de auxílios sorrateiros de entidades públicas (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 05/03/1961).

Na inauguração estava D. Adolfo Luigi representando o arcebispado de Belém, um fazendeiro de bom coração da família Coelho, o benfeitor capuchinho Homero Lobato e o povo humilde do distrito do Guamá. E o repórter diz mais: *Essa inauguração senhores foi uma a afirmação do poder construtivo de uma vontade ferrenha, mas acima de tudo do amor que palpita no coração de um sacerdote estrangeiro* (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 05/03/1961). Na imagem 12 temos da esquerda para direita: 1) O frade montado em sua

motoneta representando seu transporte em busca dos recursos; 2) O frade fazendo com suas próprias mãos o serviço de corte da madeira representando a construção da escola.

Na semana da criança também foi encontrada uma publicação escrita pelo Dr. Nunes Pinto- Médico chefe do Serviço Pré-escolar do posto do Jurunas, na qual este fala da importância das creches na cidade de Belém, na publicação com o título: *Semana da Criança de 1961-Creches para pré-escolares*

Pré-escolar é o período da infância que vai dos dois aos 6 anos de idade. Os limites anatomo-fisiológicos deste período são os seguintes: o termino da primeira dentição e início da segunda. Neste período a criança necessita de cuidados especiais porque, é quando começa o desenvolvimento da personalidade. Estes cuidados geralmente não se efetuam. Vários são os motivos, porém o que ocorre frequentemente é a necessidade de trabalhar que têm as mães pobres. A solução seria deixá-las numa creche durante o dia, porém o número de creches em nossa capital é insignificante [...] As creches são estabelecimentos destinados a guardar as crianças sadias durante o dia, enquanto duram as horas de trabalho das mães. Nestes lugares as crianças encontram ambientes sadios, boa alimentação, controle sanitário incluindo vacinações próprias da idade, o que vem contribuir muito para a diminuição da mortalidade infantil. [...] Na escola maternal as crianças se preparam para o jardim de infância. São dirigidas por pessoas pacientes e bondosas. Terão horário para comer e dormir. Quando maiores, serão transferidos para os jardins de infância. Terão no mínimo 4 e no máximo 6. Os jardins de Infância devem ser dirigidos também por professoras especialistas, com algum conhecimento em puericultura e psicologia infantil (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 17/10/1961).

Dr. Nunes Pinto informa ainda ao jornal “A Província do Pará” que em Belém temos as seguintes creches em 1961: 1) Creche do Berço de Belém- entidade civil dirigida por uma diretoria e pelas irmãs da caridade; 2) Creche da Ordem terceira de São Francisco, mantida pela Ordem Terceira e 3) Creche do educandário Eunice Weaver, da Assistência e Defesa dos Lázaros. O médico ainda aponta que em nossa capital o número de creches é irrisório tornando-se necessário “que construa em cada bairro uma creche, principalmente no subúrbio, pois é no meio da pobreza que há mais necessidades das mães trabalharem” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 17/10/1961).

Diante de todas as reportagens conseguimos demonstrar os movimentos das ações que se materializam no enfoque da infância pobre. Nestas ações são representadas as necessidades urgentes em nossa capital, no quesito saúde e educação da infância e família pobre. A imprensa representa em seus escritos a denúncia e o descaso dos órgãos oficiais do ensino primário, e, ao mesmo tempo, divulga os trabalhos de ordem religiosa e os médicos, que demonstram sua preocupação, transformando-as ora em obra social (caso do frade capuchinho), ora em lamentação, denúncia e apelo (caso do Dr. Nunes Pinto).

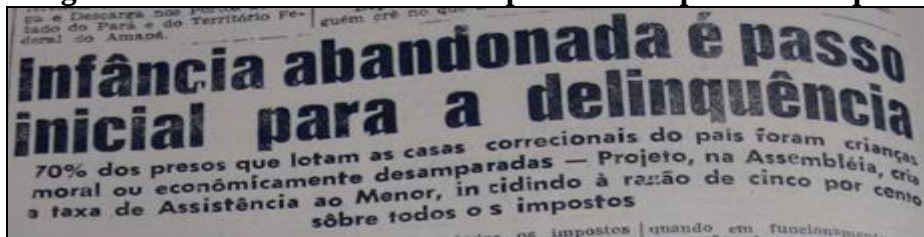
Indubitavelmente, a Instituição Pia Nossa Senhora das Graças surge neste contexto de pobreza, fome e doenças que acometem a infância. Não podemos esquecer que, ao mesmo

tempo, o Estado, da sua maneira, articula-se por meio de órgãos e serviços que favorecem o isolamento da criança, haja vista que a pobreza também pode ser o pontapé para delinquência e muitas vezes torna nocivo o ambiente no qual a criança vive. Segundo Rizzini (2011), sobre a proteção à maternidade e infância

As unidades de atendimento, dirigida às gestantes, às mães e seus filhos seriam os postos de puericultura, as creches, os jardins de infância, maternidades, os hospitais para crianças etc. O fim último destas instituições seria manter a estabilidade da família –Estado e sociedade se unem para evitar que ela seja atingida por qualquer ameaça. O papel da mãe é privilegiado: ela é responsável pelos cuidados físicos e pela educação moral da criança, devendo para isso permanecer em casa. Não sendo possível, a criança deveria ser resguardada dos perigos da falta de cuidados e da má convivência, sendo enviada para uma das instituições previstas (RIZZINI, 2011, p. 270-271).

Na imagem 13, podemos perceber no título “Infância abandonada é passo inicial para a delinquência” a representação construída sobre infância abandonada, aquela que, segundo Rizzini (2011), está em perigo de se tornar alguém nocivo para a sociedade e que precisa ser protegido.

Imagem 13 - Infância abandonada é passo inicial para a delinquência



Fonte: A Província do Pará, 18/11/1961. Setor de Obras Raras do Centur.

Ainda sobre o problema do menor abandonado, a publicação do jornal “A Província do Pará”, divulga a tentativa do deputado Fernando Magalhães em criar um imposto que cobraria 5% em cima de outros impostos, para ser repassado às instituições que tem como finalidade o atendimento ao menor. Assim a taxa de assistência ao menor seria repassada em forma de convênio. Ainda segundo reportagem

O parlamentar populista afirma ser o problema do menor abandonado um dos mais graves existentes no país. [...] o menor abandonado ou necessitado é um delinquente em perspectiva, sendo dever moral do Estado procurar, por todos os meios legais ao seu alcance, uma solução senão definitiva, pelo menos, satisfatória. [...] se for levado em conta o que estudos procedidos por apaixonados do assunto concluíram por afirmar que setenta por cento dos presos que lotam casas correcionais do País foram crianças moralmente ou economicamente abandonadas (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 18/11/1961).

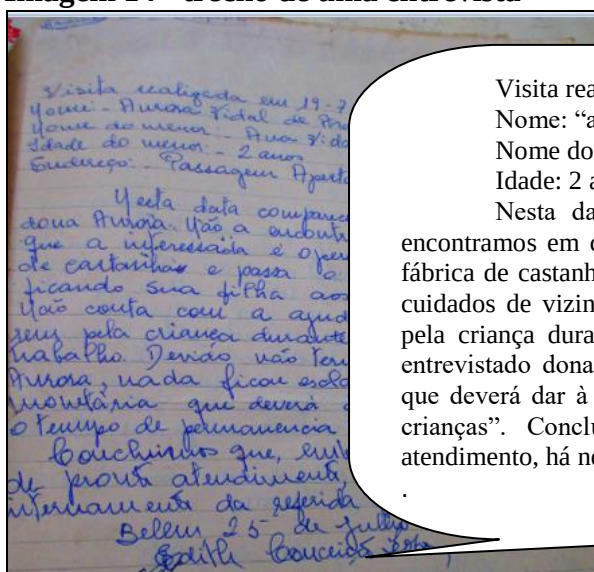
Uma das medidas comum na década de 60 em Belém, foi a institucionalização da infância pobre por meio do internamento. Entre documentos da IPNSG, localizamos duas

entrevistas. Uma delas, tratava da visita feita a uma casa, onde a mãe trabalhava na função de lavadeira e seus patrões não permitiam que a mesma estivesse em companhia de seu filho. Estas fontes nos revelam a situação da criança avaliada em que sua condição aponta características da necessidade de internamento na Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, em 1961. Diante desta situação, e desde que dê ajuda financeira à instituição, esta foi orientada em internar o filho com idade de 2 anos. Esta Visita foi realizada em 19/07/1961, e nela é registrada o nome do menor e da interessada pelo internamento.

Nesta data visitamos dona “e”. Verificamos que esta trabalha como lavadeira em casa de uma família numerosa percebendo o ordenado mensal de Cr\$1.000. Além do salário insuficiente seus patrões não permitem que dona “e” mantenha o filho em sua companhia. Conversamos com a interessada sobre a ajuda que ela teria de fazer, financeiramente, à criança durante o tempo em que o referido menor permanecer internado na “casa das crianças” o que concordou conosco, embora esteja em situação financeira precária. Concluimos que há necessidade do internamento do menor p.c.t. (TRECHO DE UMA ENTREVISTA, 19/07/1961).

No caso da imagem 14, durante a visita da assistente social, é percebida a ausência da mãe, porém é constatado que ela é operária, e que a filha fica o dia todo aos cuidados da vizinha. Apesar da ausência da mãe durante a visita, conclui-se a necessidade do internamento de sua filha, devido à criança ficar sozinha e/ou pelas mãos de vizinhos. Ainda é informado que a mãe não conta com ajuda de parentes para olhar a criança, enquanto trabalha em uma fábrica de castanhas.

Imagem 14 - trecho de uma entrevista



Visita realizada em 17/07/1961

Nome: "a"

Nome do menor: a.v.a

Idade: 2 anos

Nesta data comparecemos a residência de dona "a". Não a encontramos em casa. Constatamos que a interessada é operária de uma fábrica de castanhas e passa o dia todo no emprego ficando sua filha aos cuidados de vizinhos. Não conta com a ajuda de parentes para velarem pela criança durante sua permanência no trabalho. Devido não termos entrevistado dona "a", nada ficou esclarecido quanto a ajuda monetária que deverá dar à criança durante o tempo de permanência na "casa das crianças". Concluimos que, embora não seja um caso de pronto atendimento, há necessidade do internamento da referida menor.

Fonte: Documento da IPNSG, 25/07/1961. Arquivo da Instituição.

Os casos dos menores “a.v.a” e “p.c.t” ocorriam com frequência em Belém e no Brasil. As assistentes sociais faziam visitas em bairros periféricos, e identificavam os ambientes que se caracterizavam como nocivos ou famílias que não apresentavam aptidão ou condições para cuidar de suas crianças. Também era comum o caso de mães solteiras que necessitavam trabalhar e as casas de famílias e fábricas foram por muitas vezes as únicas opções dessas mães para empregarem-se.

Como podemos ver, dependendo do estado em que se encontra o menor, a mãe era convidada a deixar o filho no internato, onde lá seria vigiado, lhes dando educação primária e doméstica, além de ensinamentos religiosos. Rizzini em seus estudos sobre instituições deste tipo afirma que “grande parte da “clientela” das instituições era internada pelas próprias famílias, sendo as crianças retidas nos internatos e transferidas de tempos em tempos para outros, de acordo com a sua faixa etária, sexo, perfil e comportamento” (RIZZINI, 2004, p. 16).

Conforme registros escritos por Alda Cunha em comemoração ao Jubileu de Ouro da IPNSG (ex-vice-presidente da instituição), nos primeiros anos de vigência da instituição, D. Ilda (fundadora da instituição) contou com a colaboração de voluntários e dos membros da diretoria para manter, embora precariamente, os serviços domésticos e o internato de crianças pobres de todas as idades e sexo, mantendo também o berçário no salão ao lado de seus aposentos.

Imagem 15 - amparo as crianças



Fonte: Jornal “Estado do Pará” 16/09/1961. Arquivo da Instituição.

Em publicação no jornal “Estado do Pará” representada na imagem 15, informa-se que “Uma centena de crianças estão abrigadas na escolinha Nossa Senhora das Graças, e elas todas precisam da ajuda de todos. Precisam de comida, roupas, assistência, para que mais tarde sejam úteis a sociedade” (ESTADO DO PARÁ, 16/09/1961). Trata-se de uma campanha do Lions Club que patrocinará o espetáculo do *Barnus Circus* e a renda será destinada à Instituição Pia Nossa das Graças. As imagens retratadas na matéria de jornal mostram crianças vivendo em condições de penúria.

Nesta reportagem representada na imagem 15, ainda vemos a pequena menina posicionada a esquerda lavando as mãos em um local com instalações precárias, em seu rosto um olhar de carência e semblante triste, que sensibiliza aquele que olha esta imagem lançada a partir de uma criança. Ao lado esquerdo temos dois bebês dividindo o mesmo berço que, pelo tamanho, vê-se que não faz muito tempo desde que conseguem se sustentar em pé sozinhos. Eles refletem um olhar de sofrimento incompatíveis e inconcebíveis para uma criança, porém comum na infância que foi atingida pela pobreza, orfandade e abandono.

Imagem 16 - Você poderá ajudar estas crianças!



Fonte: Jornal “A Província do Pará”, 16/09/1961.Arquivo da Instituição.

Já na imagem 16, apresentamos a reportagem do jornal *A Província do Pará*, publicada em 1961, que apelava para que todos pudessem ajudar as crianças aparentemente doentes e muito necessitadas que se encontravam abrigadas no Instituto Pia Nossa Senhora

das Graças. A reportagem é acompanhada da imagem de duas crianças deitadas em um berço sob o título “Você poderá ajudar essas crianças!”, induzindo o leitor paraense a se sentir penalizado pelas condições em que se encontrava uma centena de crianças na referida instituição. A matéria pedia a piedade da população em doar comida e roupa para crianças que vão ser úteis para a sociedade: “[...] elas todas precisam da ajuda de todos [...]. Precisam de comida, roupa, assistência, para que mais tarde possam ser útil a sociedade”. E “[...] toda ajuda que possamos dar será de grande valia, pois elas vivem no completo desconforto, mal vestidas, famintas e doentes”.

A matéria jornalística destacava com bastante ênfase ainda a situação das crianças na instituição, que, com ínfimos recursos, enfrentava uma situação de abandono, com a diretoria sempre engajada em acolher e educar as crianças pobres abandonadas à sua sorte. A reportagem informava aos leitores as ações de algumas entidades de assistência social na ajuda a Instituição Pia Nossa Senhora das Graças. Portanto, destacando a ajuda importante do *Lions Clube de Belém* e aproveitando para reforçar o incentivo a toda a população em ajudar aos pequeninos desamparados com a compra do ingresso do espetáculo do *Barnus Circus* em benefício da instituição: “Porém todos tem o dever de ajudar. Para isto basta você comparecer ao espetáculo que o *Barnus Circus* dará na terça-feira à noite, em benefício das crianças abandonadas”.

No recorte a que se refere a imagem 16 percebemos exatamente o que diz a chamada de apelo: crianças localizadas no berçário, aparentemente doentes, e muito necessitadas. As imagens representam símbolos e significados da época vivida na Capital Paraense, pelas crianças em situação de abandono e de instituições engajadas em acolher e educar as mesmas com ínfimos recursos, bem como a tímida presença do governo nesta realidade.

Imagem 17- Campanha da empresa Nestlé



Fonte: Fotografia da Campanha Nestlé. Arquivo da Instituição –Álbum de 1962.

De acordo com registro nas atas, entre alguns parceiros da Instituição está o Lions Club Belém, que desde 1961 realiza doações como carteiras, vestimentas, caldeirões, bacias, valores em dinheiro e até campanhas; Empresas como a *Guará-Suco* e *Nestlé* também doam valores em dinheiro e promovem campanhas. Na imagem 17 mostra-se uma fotografia da empresa *Nestlé* dando sua contribuição para a Instituição em 1962.

Possivelmente este é um dia de comemoração da semana da criança, uma vez que estão todas arrumadas e há uma placa com a seguinte frase “colaboração da Nestlé para a semana da criança”. Ao centro uma representante da empresa posando para a fotografia, olhando fixamente para o fotógrafo, e ao mesmo tempo servindo uma fila de crianças que esperavam ansiosamente pelo que está sendo servido. Com base na fotografia podemos inferir pelo contexto e organização do retrato, o status possibilitado à empresa que ajuda e se preocupa com a infância pobre doando, utilizando-se, como tantas outras, a autopromoção por meio do auxílio que dá.

Imagem 18 - Encerrou-se ontem na “Marajoara” o “Campeonato Colegial Guarasuco”



Fonte: Jornal A Província do Pará, 28/10/1961. Arquivo da Instituição.

Na imagem 18, apresentamos mais uma edição jornalística que registra em suas páginas a seguinte publicação: “Encerrou-se ontem na Marajoara o Campeonato Colegial Guarasuco”. Na imagem mostra-se Dona Alda sendo premiada com um valor em dinheiro na mesma noite em que a dirigente do Pestalozzi também recebe a valiosa doação. Trata-se de um campeonato escolar realizado pelas empresas Guarasuco, que culminou na seguinte notícia

Produtos Vitória S.A. doaram a fundação Pestalozzi a Escola Nossa Senhora das Graças meio milhão de cruzeiros que correspondiam aos valiosos prêmios não distribuídos – Ontem pela rádio Marajoara, a expressiva cerimônia de entrega dos cheques – louvor aos colégios e alunos que, com seu esforço, contribuíram para esse filantrópico final (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 28/10/1961).

Ainda em relação ao movimento de campanhas que envolvem doações às instituições de cunho filantrópico, na década de 60, também é recorrente nos jornais, em colunas sociais, publicações sobre campanhas realizadas com o objetivo de angariar recursos em prol da Infância pobre por meio de reuniões de mulheres da alta sociedade. “O chá das 5” representado na imagem 19, era o momento em que damas da sociedade se reuniam para conversar, fazer doações para obras filantrópicas e se destacar no meio social. Conforme a reportagem abaixo intitulada: “Chá das 5, hoje, somando elegância com filantropia”, fazer parte do grupo que promove doações aos mais necessitados é elegância.

Imagem 19 - Campanha Chá das 5, hoje, somando elegância com filantropia

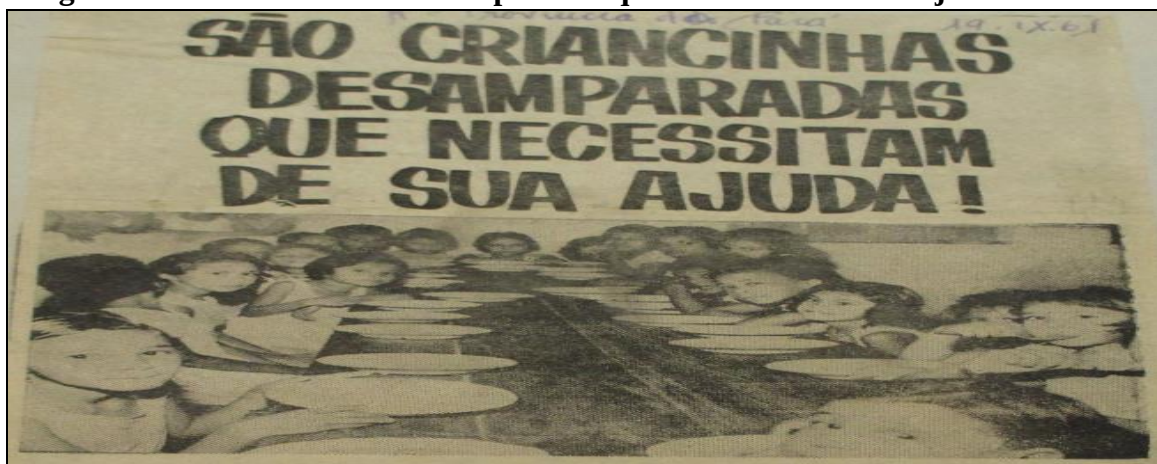


O chá das 5, do grande Hotel, estará revivendo, na tarde de hoje o brilho de tantos grandes acontecimentos sociais de que guarda, entre nós, memória feliz. É que o Lions Clube estará patrocinando o encontro, com ele prosseguindo na Campanha a que se vem devotando de obter recursos para a execução e ampliação de suas obras assistenciais.

Fonte: A Província do Pará, 03/10/1961. Setor de Obras Raras-Centur.

Ao analisar a imagem 20, publicada em 1961 sob o título de reportagem “São criancinhas desamparadas que necessitam de sua ajuda!”, vê-se que aparecem várias crianças sentadas à mesa com pratos vazios, indicando a necessidade de doações de alimentos. Embora a imagem queira sensibilizar a população com o discurso da ajuda aos mais necessitados, vemos no retrato meninos e meninas alegres e bem-cuidados. Todas estão de roupas brancas, cabelos cortados bem curtos demonstrando para o leitor que a instituição cuidava bem dos menores. A imagem indicava que a fotografia foi montada e bem-organizada ao redor da mesa para a matéria do jornal *A Província do Pará*, pois todas estão olhando para o fotógrafo.

Imagem 20 - São criancinhas desamparadas que necessitam de sua ajuda!



Fonte: Jornal “A Província do Pará”, 17/09/1961. Arquivo da Instituição.

Nas reportagens, como já fora citado, haviam várias crianças com problemas de saúde e o atendimento de meninos e meninas e diversas idades, porém na ata de 21/11/1961, foi registrado uma reunião com a seguinte pauta

Reunião para providencias urgentes que devem ser tomadas em questão à saúde das crianças. Determinar que a irmã mande chamar os pais ou responsáveis das crianças enfermas para serem entregues as referidas crianças, mesmo que se dê uma ajuda as famílias. Ficou determinado que a instituição só receberá meninas com a idade mínima de 5 anos e máxima de 21. Foi feito ofício ao governador pedindo a isenção da água (ATA DE 21/11/1961).

Percebemos que a cada ano o atendimento às crianças só tendia a aumentar, e a instituição não tinha recursos suficientes para todos. Além disso, atender meninos e meninas de diversas idades em uma instituição carece de programas de trabalho diferenciados, pois menores de 5 anos exigiam maior atenção e cuidado. Portanto, a partir da referida reunião, a Instituição só recebe meninas a partir dos 5 anos e com idade máxima de 21 anos.

Há indicadores que a opção por meninas ocorreu devido a Instituição já ter uma certa experiência voltada para a educação doméstica em anos anteriores, bem como pela mentalidade da época que viam as meninas como mais expostas aos perigos e vícios da sociedade. Segundo Rizzini constituíam-se práticas de religiosos no Brasil, já no século XVIII e XIX, a criação de recolhimentos para meninas órfãs e desvalidas

As meninas órfãs e desvalidas dos séculos XVIII e XIX podiam contar com a proteção dos recolhimentos femininos, criados por religiosos. Os recolhimentos para órfãs no Brasil são tão antigos quanto as casas de expostos. Os do Rio de Janeiro, Salvador, Pernambuco e Maranhão surgiram no século XVIII, voltados para a proteção e educação de órfãs pobres (de ambos os pais ou somente de pai, o que já

definia a condição de orfandade), filha de legítimo casamento (RIZZINI, 2004, p. 26).

Inicialmente, como já fora dito, a instituição admitia crianças de ambos os sexos, porém com a decisão de atender somente meninas surge o questionamento: o que farão com os meninos amparados pela instituição? Antes de ocorrer a referida reunião encontramos uma ata de 09/04/1961, que trazia a seguinte informação “A tesoureira falou que tinha se entendido com o senhor Tibiriçá para que viesse fazer uma visita à instituição vendo a possibilidade da fundação de um Club agrícola”. Neste sentido, podemos inferir que o Club agrícola já poderia ser uma tentativa de criação de um espaço para as crianças do sexo masculino amparadas na Instituição. Em outra Ata datada de 1968, percebemos a preocupação de Dona Ilda em amparar os meninos por meio do seguinte registro

Dona Ilda fala na reunião sobre a possibilidade de ser adquirido o terreno da esquina para ser fundada a casa do menino pobre anexo à instituição, a presidente Alda ficou de falar com dona Olga Paes de Andrade para saber sobre o terreno da esquina (ATA DE 25/05/1968).

Essa vontade de Dona Ilda nunca foi efetivada, pois foi realizada a busca em todos os documentos que remetem ao período histórico da Instituição de 1943 a 2000 e não há nada registrado quanto à isso. Assim, a Instituição foca no atendimento de meninas no regime de internato a partir de 1961. Outro dado interessante encontrado em relatório de trabalho de 1967, é o registro de convênio com a SEDUC, ofertando escola primária também em regime de externato. Nessa parceria, a SEDUC oferta professores, merenda e material didático para a escola primária. Outra vontade de Dona Ilda era a construção do Jardim de Infância. Nos anos de 1967 e 1968 ela trabalhou no sentido de conseguir organizar um espaço na Instituição para que fosse ofertado o Jardim de Infância, sendo registrado o funcionamento deste em relatórios de trabalho de 1967 e 1968.

Na tentativa de traçar o perfil das crianças atendidas no internato, foram utilizadas as fichas de matrícula para identificar a idade das crianças e jovens, origem familiar, motivo do internamento e sexo das crianças. Foram encontrados 2 modelos de fichas de matrícula, um que compreende o período de 1959 a 1965 e outro do ano de 1969. O segundo modelo é mais detalhado nas informações sobre os menores atendidos.

As admissões realizadas no período de 1959 a 1965 foram registradas no primeiro modelo, exposto na imagem 21. Na busca foram encontradas 29 fichas correspondentes a este período, onde, embora apresentassem alguns espaços de preenchimento em branco, foi

possível identificar que a faixa etária dos atendidos variava de 4 a 15 anos, todas as crianças são católicas, a maioria batizada, porém não crismada, 2 casos de orfandade declarada, e a maioria dos casos é declarada nome de pai e mãe na área “filiação” e não se falava da origem da criança. Porém, nesse período já existia um regimento determinando que atendimento fosse voltado para crianças pobres, órfãs e abandonadas. Todas são meninas.

Na ficha de atendimento representada na imagem 21, deveriam ser registradas informações como nome do admitido; data de nascimento; nº, livro e folhas do registro de nascimento; naturalidade; nacionalidade; religião; batismo e crisma; regime internato ou semi-internato; atestado médico, Vacinas (B.C.G., Varíola, Salk); irmãos, filiação pai e mãe, profissão dos pais bem como residência e salário, telefone e responsável; mensalidade, entrada e saída da instituição; benfeitora e sua residência e telefone; data e observação.

Imagem 21 - Ficha de matrícula

INSTITUIÇÃO PIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS
Travessa Caldeira Castelo Branco, 477

FICHA DE MATRÍCULA

NOME: Maria Helena Juras Nº 16

DATA DO NASCIMENTO: 29/9/59

REGISTRO: 62.252 LIVRO: 244 SEXO: mulher

NACIONALIDADE: portuguesa FOLHAS: 289

RELIGIÃO: católica BATIZADO: Sim NACIONALIDADE: brasileira

REGIME: Internato CRISMADO: Sim

(Internato ou Semi-Internato)

ATESTADO MÉDICO DO DR. _____

VACINAS: { B.C.G. _____
Varíola _____
Salk _____

IRMÃOS: _____

FILIAÇÃO: PAI _____

MÃE: Maria de Jesus Juras

PROFISSÃO: _____ SALÁRIO: _____

RESIDÊNCIA: _____ TELEFONE: _____

RESPONSÁVEL: _____ SALÁRIO: _____

PROFISSÃO: _____ TELEFONE: _____

RESIDÊNCIA: _____

ENTRADA NA INSTITUIÇÃO 27/9/59 SAÍDA / /

BENFEITORA: Sra. _____ TELEFONE: _____

RESIDÊNCIA: _____

DATA: / /

OBSERVAÇÕES: _____

Fonte: Ficha de matrícula, 23/09/1959. Arquivo da Instituição.

Nas fichas de matrículas de 1969, modelo representado na imagem 22, temos informações mais detalhadas sobre a origem das crianças e suas famílias, talvez isso seja reflexo da racionalização dos processos na admissão das crianças. Nos dados encontramos informações sobre as crianças reconhecidamente pobres e um panorama interessante sobre sua família. No título da ficha aparece a seguinte frase “identificação do menor”, percebemos que a criança já é vista como menor neste modelo de ficha. As informações solicitadas no preenchimento também são bem diferentes e até há um cuidado maior na coleta das informações, são poucos os espaços em branco.

Imagem 22 - Ficha de matrícula

INSTITUIÇÃO PIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

- IDENTIFICAÇÃO DO MENOR
 Nome: cláudia Yvone Gangaça Gato Nascido em 7 / 1 / 8
 Cidade Belém Bairro Pau
 Endereço: Rua Sade, 122 (Bairro Pau)
 Registrada em Fôlhas Livro
 Cartório Ofício
 Batizada? Sim Onde? Data
 Crismada? Sim Onde? Data
 Fez 1ª Comunhão? Sim Quanto pesa 35kg quilos. Altura? 1,50
 Vacinada? GRIFAR BOG; Antivaricela; Ante-tetânica; Anti-difitérica.
- RESPONSABILIDADE (grifar): pai, mãe, padrinho, tia, irmã.
 Nome do responsável: Simplicio Gangaça
 Endereço: COMPLETO

- SITUAÇÃO FAMILIAR DO MENOR RELACIONADO TODOS OS AGREGADOS

NOMES	Religião	Ocupação	Saúde	Cursos	Série	Ocupação
<u>Simplicio Pai</u>	<u>Católica</u>	<u>Carreiro</u>	<u>Bom</u>	<u>Não</u>	<u>3ª série</u>	<u>Carreiro</u>
<u>Maria Mãe</u>	<u>"</u>	<u>Costureira</u>	<u>Bom</u>	<u>Não</u>	<u>3ª série</u>	<u>Costureira</u>
<u>João do Edmundo</u>	<u>"</u>	<u>"</u>	<u>"</u>	<u>"</u>	<u>"</u>	<u>"</u>
<u>João da Yvone</u>	<u>"</u>	<u>"</u>	<u>"</u>	<u>"</u>	<u>"</u>	<u>"</u>

- INTERNAMENTO DO MENOR
 Tipo de caso (grifar): órfão de pai e mãe; só de pai; filha de mãe solteira. Como podemos caracterizar o caso: DESEMPREGADO, DESVALIDA
 ou PROBLEMAS? Porque do internamento?
 Falta de recursos do responsável? Sim
 Pertence ao internato? Desde quando?
SITUAÇÃO ECONÔMICA DA PESSOA INTERESSADA PELO INTERNAMENTO (grifar)
 Trabalho: permanente, eventual, sem ocupação, desempregado.
 Atividade: agricultura, indústria, comércio, serv. púb. serv. avulsos.
 Local de trabalho: Fazenda de São Paulo Fone
 Endereço
 Auxílio para manutenção do menor
SITUAÇÃO HABITACIONAL (grifar)
 a) paredes: tijolo, madeira, taipa, palha, zinco, outro; b) cobertura telha, palha, zinco, outro; c) piso: taco, cimento, tijolo, tábuas, terra batida, outro; d) ocupação: própria, construída, adquirida por Instituto, cedida, outro; e) saúde e higiene: nº de comod. 3
 Luz elétrica, água encanada, torneira pública, esgoto. poço

- INDICAÇÃO :
 Parecer do Assistente Social
 Visto da Diretoria :
 Encaminhado o internamento em

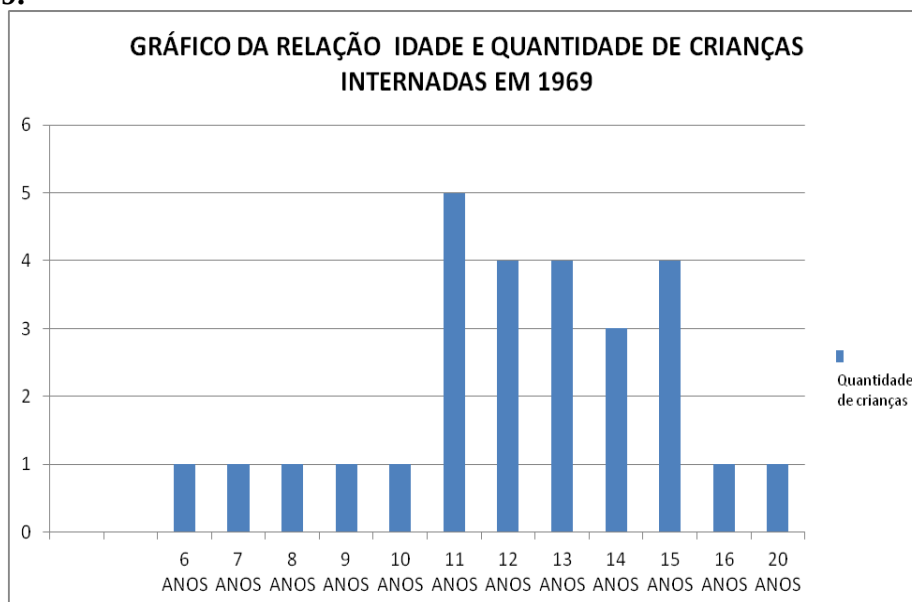
Fonte: Ficha de matrícula de 1969. Arquivo da Instituição.

As crianças atendidas em 1969 trazem dados detalhados sobre suas famílias. Além de informações pessoais referentes a certidão de nascimento e vacinas, temos, por exemplo: situação familiar do menor que entrará no regime de internato, agregados que moram com o menor e ocupação, ocupação do interessado no internamento, situação habitacional, motivo e

possível indicação do internamento. Há casos onde mãe, tia, madrinha e avós foram os responsáveis a solicitarem internamento.

No gráfico 1 há uma demonstração da relação idade das crianças atendidas x quantidade no ano de 1969. As idades encontradas nas fichas de atendimento em regime de internato foram organizadas, verificando-se que o atendimento neste ano, compreendeu a faixa etária de 6 a 20 anos. Ao analisar as fichas foi possível identificar que todas são meninas e a maioria tem famílias numerosas. Havia um equilíbrio no interessado pelo internamento, onde pai e mãe aparecem com a mesma frequência e intensidade, mas não na mesma família solicitando o internamento. Outros casos envolvem indicação da L.B.A, S.A.M e até um Padre.

Gráfico 1 - Relação quantidade de crianças e idade baseadas na ficha do menor de 1969.



Fonte: produzido pela autora, com base nas fichas de identificação do menor

Ainda nas fichas verificou-se que há muitos casos de menores diagnosticadas órfãs, desamparadas ou filhas de mãe solteira. A maioria alega pobreza e falta de recursos para criarem seus filhos, sendo isto uma das justificativas da decisão de internar. Há casos em que mães são operárias e não tem como cuidar, bem como casos de pessoas com ocupação em trabalhos avulsos ou agricultores que alegam pobreza. O perfil de moradia da maioria das crianças e jovens é de casas onde o piso é de terra batida ou de tábua, casa de madeira, cobertura de palha.

Diante destas questões, paira o seguinte questionamento: qual o perfil da criança reconhecidamente pobre, órfã e abandonada? Para respondermos esta inquietação recorreremos a análise das práticas de triagem realizadas com o intuito de seleção da criança reconhecida

enquanto pobre, órfã e abandonada. Bacelar lembra-nos que no tratamento das fontes é fundamental “discutir os critérios possivelmente adotados por quem a produziu” (BACELAR, 2011, p. 66).

Relacionando com contexto nacional, entrecruzamos as informações materializadas nos achados. Feito isso, elencamos as características deste perfil pautados na representação dos documentos em que a família com a qual a criança convive: possui recursos ínfimos; seus responsáveis não têm trabalho fixo; não possuem pai ou mãe, seja por abandono ou orfandade; moradia precária onde o piso é de terra batida ou de tábuas; casa de madeira ou de barro; cobertura de palha; água não é encanada; casa não é própria; família numerosa; filhos de mãe solteira; e pai e/ou mãe desempregados. Dessa forma, ao analisar as fichas, percebemos a presença destas características em 80% das 21 encontradas e analisadas, onde aparecem não necessariamente todas numa mesma ficha, no entanto, ao reunirmos todos os documentos, eles nos apontam estas questões no mapeamento.

Sobre a cidade do nascimento destas crianças que foram admitidas como internas na Instituição, identificamos que embora a maioria delas nasceram e moravam em Belém, haviam outras que moravam em Belém, mas nasceram em Irituia, Acará, Acre bem como crianças que nasceram e tinham sua residência em municípios como Jarilândia - Amapá, Marajó, Porto Velho, Colares, Acará, Benfica, Mosqueiro e São Domingos do Capim.

Entre as parcerias da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, tem-se uma forte relação com a LBA. Affonso Freire presidente de 1961-1966 administrou os primeiros anos do internato. Foi neste período em que ficou decidido: atender em regime de internato somente meninas; criar livro de contabilidade com receitas e despesas; fazer parceria com Caritas Belém e ainda outras com o Estado.

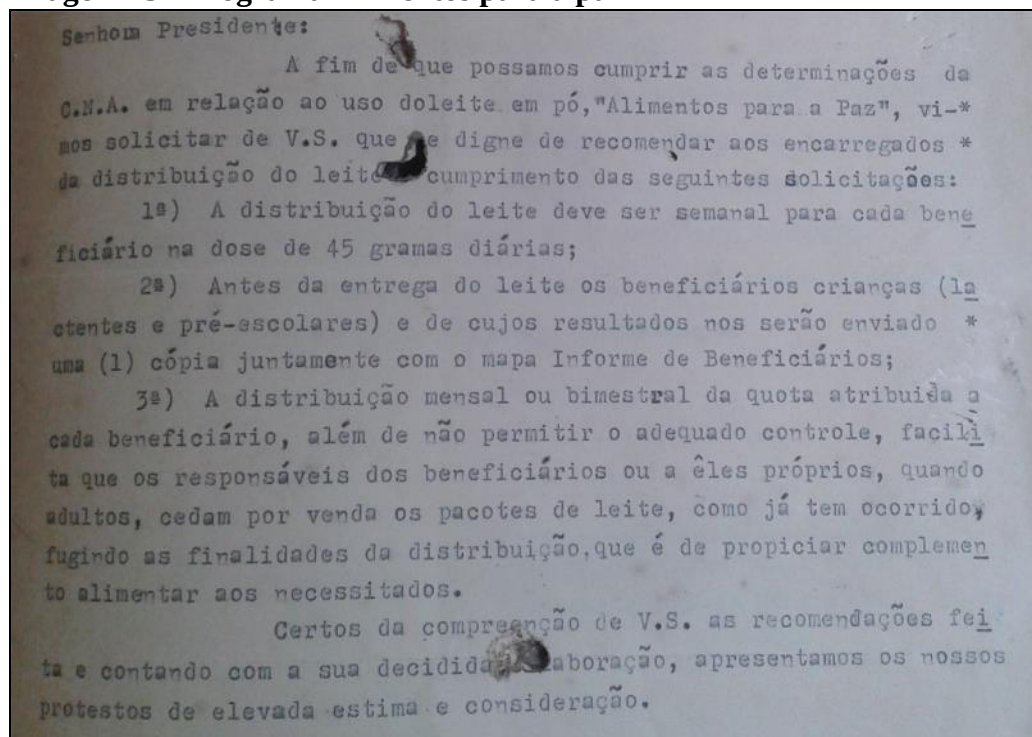
A partir de 1966, conforme registro em um relatório enviado para a Legião Brasileira de Assistência-LBA, o presidente Afonso Freire apresenta a instituição e solicita parceria na oferta de cursos na Escola Doméstica como cursos de bonecas dorminhocas, Corte e Costura, Arte e Culinária, Tapeçaria, Pintura, Crochê, Iniciação à Lavagem de Roupas, Utilidades de Plástico, Socorro Urgente no Lar e Datilografia. Assim, as meninas ao se desligarem da Instituição, saíam capacitadas em cursos domésticos para conseguirem trabalho.

Cambi (2013) nos lembra do papel formativo que as instituições criadas desenvolvem e representam numa sociedade, possuindo uma articulação com o Estado em dado contexto histórico. No caso da instituição Pia Nossa Senhora das Graças a partir da Gestão de Afonso Freire amplia-se a diversificação dos cursos domésticos ofertados, inclusive até modernizando, uma vez que se solicita a implantação do curso de datilografia, dando uma

nova opção de formação para as meninas. Isto posto, percebemos também uma maior articulação com o estado por meio das parcerias com LBA, FBESP, Fundação João XXIII, Funabem e pequenos repasses e doações de governadores, deputados e primeira-dama. Sua gestão dá abertura para estas parcerias.

De acordo com o que foi encontrado nos documentos como relatório de trabalho, convênio, ofícios e balancetes, percebe-se que a Fundação Papa João XXIII, mostrou-se como forte parceira da IPNSG durante décadas. Por meio de convênio a Fundação, enviava em média 15 a 30 menores do sexo feminino à Instituição anualmente, para que estas fossem atendidas em regime de internato com matrícula garantida na escola primária e doméstica. Os repasses em dinheiro eram contabilizados em renda *per capita*, ou seja, por cada menina internada se recebia um valor fixo. A fundação Papa João XXIII foi criada pela Lei nº 6.022, de 08/06/1966.

Imagem 23 - Programa Alimentos para a paz



Fonte: Ofício Recebido do Delegado Federal da Criança da 1ª Região sobre a distribuição do leite em pó. 1966. Arquivo da Instituição.

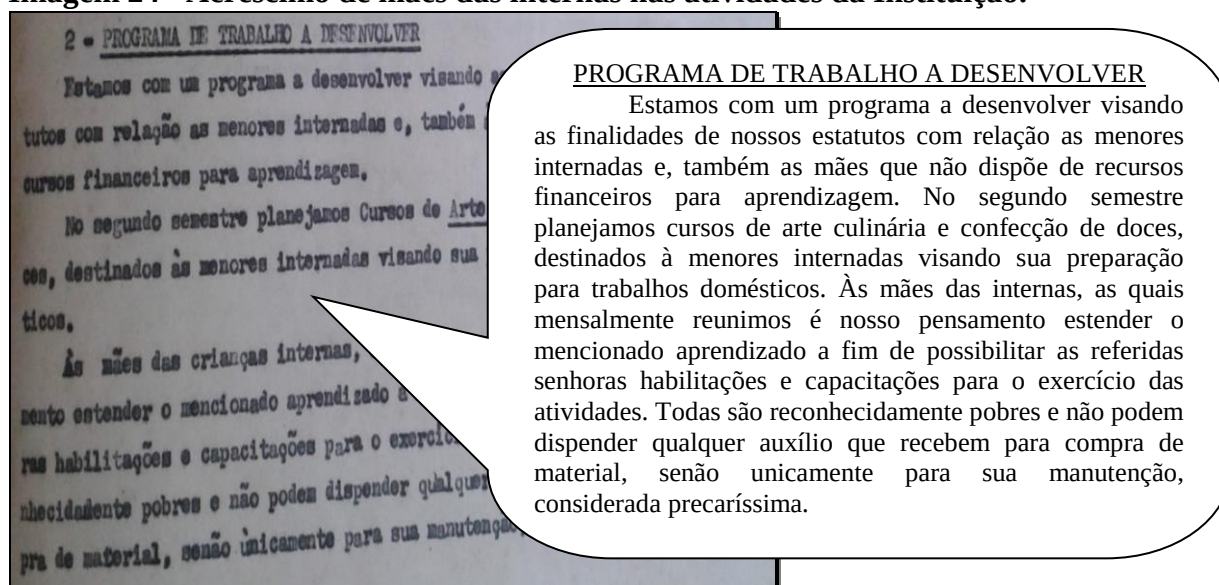
A Delegacia Federal da Criança, vinculada à Secretaria de Estado de Saúde no ano de 1966, fechou convênio com a instituição Pia Nossa Senhora das Graças, por meio do programa "Alimentos para a Paz". A instituição inserida no programa, recebia leite em pó e capsulas de vitaminas para as crianças de 2 a 6 anos.

Porém, o Delegado Federal da criança da 1ª região, constatou que havia famílias vendendo os pacotes de leite recebidos, e assim achou por bem, reorganizar a distribuição de forma semanal para cada beneficiário, na dose de 45 gramas diárias, conforme imagem 23. Não podemos esquecer que Belém na década de 60 a pobreza e fome eram mazelas que ainda se apresentavam com frequência entre diversas famílias.

Ainda no ano de 1966, a instituição iniciou uma parceria com a “Cáritas Belém”, e foi encontrado um ofício do ano de 1967 solicitando alimentos para manutenção dos cursos e das crianças na Instituição, e nele diz

Os alimentos recebidos da Cáritas regional de Belém têm representado o máximo na alimentação de 80 crianças internas nessa obra reconhecidamente necessitadas. A quota dos alimentos é consumida totalmente, visando um plano diário de distribuição a fim de que não venha faltar durante o mês. Com o material recebido, as educandas aprendem a confeccionar para consumo próprio da Instituição: pão, macarrão, sopas, mingaus, cascalho, coalhada, biscoito, bolo e outras variedades de substanciais alimentos (OFÍCIO DE 1967).

Imagem 24 - Acréscimo de mães das internas nas atividades da Instituição.



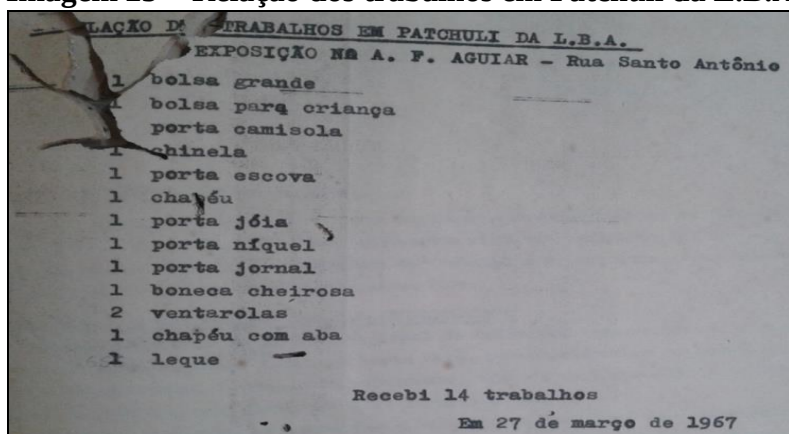
Fonte: Ofício enviado a L.B.A sobre o acréscimo de mães das internas nas atividades da Instituição, 1967. Arquivo da Instituição.

Além das educandas aprenderem o curso de arte-culinária e obterem a formação no curso doméstico, também tem sua mão-de-obra aproveitada na instituição. No referido ofício ainda é incluído o programa de trabalho que foi planejado para o segundo semestre com a oferta do curso de arte-culinária e confecções de doces. Na imagem 24, fragmentos do referido ofício.

Assim, foi planejado um programa de trabalho para atender internas e suas mães, dando maior alcance social à obra. Em 1967, também foram encontrados registros do curso de

Patchuli, onde as internas, após fazerem os cursos, eram orientadas a fazerem exposição dos seus trabalhos, para assim angariar recursos para a instituição. A imagem 25 trata da descrição dos trabalhos produzidos com recursos da L.B.A. Na “relação de trabalhos em Patchuli da L.B.A”, em exposição numa loja da Rua Santo Antônio, temos os seguintes trabalhos produzidos pelas internas da IPNSG: 1 bolsa grande, 1 bolsa para criança, 1 porta camisola, 1 chinela, 1 porta escova, 1 chapéu, 1 porta-joias, 1 porta níquel, 1 porta jornal, 1 boneca cheirosa, ventarolas, e chapéu com aba, 1 leque (RELAÇÃO DE TRABALHOS EM PATCHULI DA L.B.A 27/03/1967).

Imagem 25 - Relação dos trabalhos em Patchuli da L.B.A



Fonte: Relatório dos trabalhos em Patchuli da L.B.A, 1967. Arquivo da Instituição.

Foram encontrados dentre os documentos, o plano de cursos avulsos, que discrimina diversas atividades ofertadas e período de duração que varia de 2 a 8 meses, dependendo da frequência semanal e do tipo de curso. Vale ressaltar que para participar destes cursos avulsos é cobrada uma taxa e foram criados para que as mães das educandas pudessem participar. Na imagem 26, os planos de cursos avulsos para o ano de 1967.

Imagem 26 - Plano de cursos avulsos em 1967

Cursos	Tempo de duração	Frequência
Corte e Costura	2 meses	2 vezes por semana
Costura	2 meses	1 vez por semana
Utilidades em plástico	3 meses	2 vezes por semana
Bordado à mão	6 meses	2 vezes por semana
Decapê	2 meses	2 vezes por semana
Confecções de doces	2 meses	2 vezes por semana
Bandejas artísticas	2 meses	2 vezes por semana
Flores	2 meses	2 vezes por semana
Isopor	2 meses	2 vezes por semana

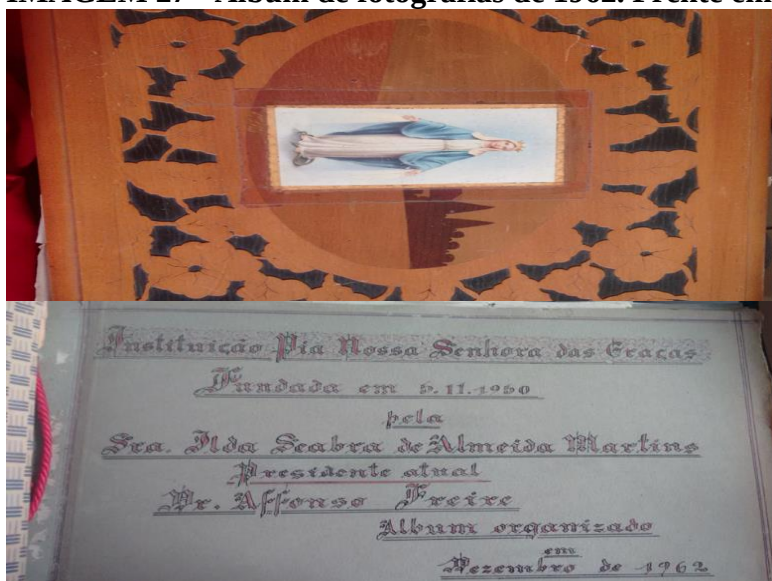
Cursos / tempo de duração / frequência

Flores (duração de 2 meses – 2 vezes por semana), de Isopor, Patchuli (duração de 2 meses – frequência 1 vez por semana), Utilidades em Plástico (duração de 3 meses – 2 frequência vezes por semana), Bandejas Artísticas (duração 2 meses – frequência 2 vezes por semana), Decapê (duração de 2 meses – frequência 1 vez por semana), Confecções de Doces (duração 2 meses – frequência 2 vezes por semana), Bordados à Mão (duração de 6 meses – frequência 2 vezes na semana), Corte e Costura (duração de 6 meses – frequência 2 vezes por semana).

Fonte: Plano de cursos Avulsos da IPNSG, 1966. Arquivo da Instituição.

O álbum de fotos de 1962 tem muita história a revelar. Representado na imagem 27, temos um álbum robusto e pesado, feito em capa de madeira com um desenho do Ver-o-Peso ao fundo e detalhes com flores em alto relevo. O álbum ainda traz a imagem de Nossa Senhora das Graças colado na região frontal. Nele encontramos registrados momentos de práticas de curso doméstico, campanhas, festas das crianças na instituição e práticas religiosas.

IMAGEM 27 - Álbum de fotografias de 1962. Frente em madeira e no interior aberto



Fonte: Álbum de fotografias de 1962.Arquivo da Instituição.

Na imagem 28, representa-se uma fotografia do álbum de 1962 de meninas aprendizes do curso de corte e costura, no salão de trabalhos manuais da IPNSG, estudando um ofício. As meninas aparentam ser bem jovens, e todas mantêm os cabelos curtos como sinal de higiene. Algumas na forma como posam nas fotos, repassam disciplina na postura. Nas paredes, percebemos cartazes com ensinamentos sobre pontos de bordados, sobre a mesa, alguns tecidos e, ao lado esquerdo, encontramos grande quantidade de meninas na prática da costura.

Imagem 28 - Internas no Salão de Trabalhos Manuais, praticando corte e costura na Escola Doméstica da Instituição.



Fonte: Fotografia da IPNSG, 1962. Arquivo da Instituição.

Na fotografia retratada pela imagem 29, foi registrado o momento de prática do curso de corte e costura, onde temos alunas da instituição que fazem a exposição dos trabalhos confeccionados. É um momento de festa e de angariar recursos. Para Camara (2013)

as escolas profissionais femininas foram organizadas a partir de uma finalidade única; as atividades que nelas predominavam estavam centradas na missão social da mulher, o que reforçou a representação da imagem feminina como sendo fundamentalmente doméstica. A esse pressuposto associava-se a intenção de que a formação e a qualificação, que antes eram espontânea e naturalmente aprendidas, fossem cada vez mais, marcada pela racionalidade dos conhecimentos da ciência e da experiência construída. A incorporação do trabalho definiu a articulação crescente entre o corpo saudável e produtivo e a atuação consciente da mulher (CAMARA, 2013, p.280).

Imagem 29 - Alunas internas em exposição dos Trabalhos Manuais do curso de corte e costura.



Fonte: Fotografia da IPNSG, 1962. Arquivo da Instituição.

A educação feminina para o trabalho doméstico, tanto na infância como na mocidade, auxiliava na formação e no gosto para o trabalho, criando um novo papel social e cultural para a mulher na sociedade moderna. Neste sentido, segundo Camara (2013),

a partir da educação feminina tencionava-se criar novos hábitos, desenraizando-se os comportamentos tradicionais incompatíveis com os referenciais de civilização e modernização do país. Para construir a identidade dos novos indivíduos, era preciso negar o não trabalho e apresentar as vantagens advindas do trabalho produtivo. Através da educação feminina, esperava-se exercer mudanças efetivas na formação do homem e na constituição da família (CAMARA, 2013, p.281).

Agora a mulher poderá aprender um ofício, mesmo que seja restrito ao conteúdo doméstico, esta ganhará paulatinamente os espaços das fábricas, das casas de famílias e escritórios. Dessa forma, poderiam ganhar sua independência pelo trabalho e, muitas vezes, livrar-se do mundo da prostituição.

Por meio da fotografia retratada na imagem 30, temos registros do momento de educação feminina na Instituição Pia Nossa Senhora das Graças. Alunas do curso de Arte-Culinária posam próximas a uma mesa específica para desenvolvimento do curso, com utensílios utilizados na prática da cozinha.

Imagem 30 - Alunas internas no curso prático de Arte-Culinária



Fonte: Fotografia da IPNSG, 1962. Arquivo da Instituição.

Na fotografia destacada na imagem 31, mostra-se uma mensagem sobre a parceria entre a Legião Brasileira de Assistência e a Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, órgão que financiava os cursos domésticos nesta Instituição.

Imagem 31 - Legião Brasileira de Assistência colabora com esta Instituição



Fonte: Fotografia da IPNSG, 1962. Arquivo da Instituição.

Após o fim da gestão de Affonso Freire é eleita dona Alda Cunha como presidente, e esta permanece direcionando as ações da instituição no período de 1966 a 1996. Surgem mudanças nos critérios adotados na admissão dos internos e, assim, o Estatuto é reformulado em 1967. Neste sentido, a imagem 32 revela o fragmento do referido estatuto, onde delimita-se os fins principais da Instituição.

Imagem 32 - Estatuto de 1967

Art. 2.º — A Instituição a que se refere o artigo anterior, acha-se inscrita no Conselho Nacional de Serviço Social, no Rio de Janeiro-GB, sob ou. '88.996/62, e foi considerada de utilidade pública pela Câmara Municipal de Belém pela Lei n.º 5.646 de 17 8/1964.

Art. 3.º — São fins principais da Instituição:

- a) manter sob regime de internato menores órfãs ou abandonadas, reconhecidamente pobres;
- b) manter no mesmo prédio: a ESCOLA PRIMÁRIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS que funcionará sob regime de externato, destinada à educação primária de crianças pobres de ambos os sexos e, a ESCOLA DOMÉSTICA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, também sob o regime de externato destinadas a proporcionar cursos profissionais domésticos, às crianças matriculadas na Obra e, também, à
- c) manter atividades educacionais, destinadas ao desenvolvimento cultural e religioso das crianças pobres, como Biblioteca, Discoteca, Teatro e Cinema Educativos, jogos recreativos, palestras, artes, etc.
- d) zelar pela saúde e bem estar moral, espiritual e físico das crianças pobres e socorrer-lhes em todas as necessidades.

Fonte: Estatuto da IPNSG, 1967. Arquivo da Instituição.

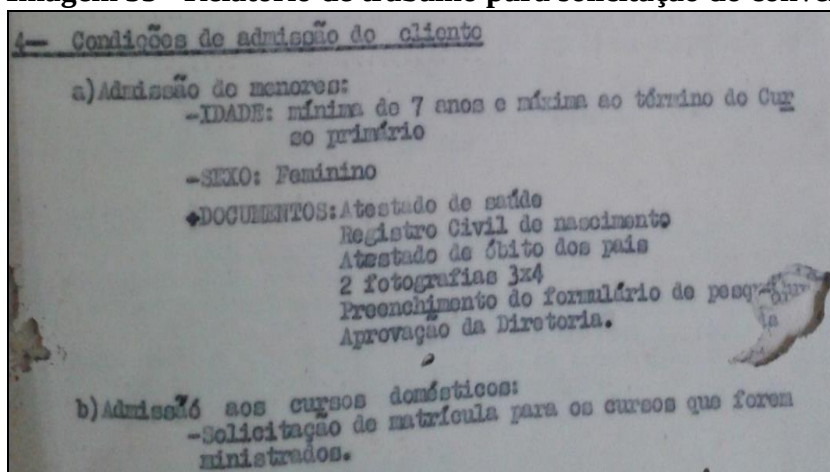
Este estatuto mantém o atendimento das meninas pobres, órfãs e abandonadas em regime de internato, porém, aponta algumas alterações como a oferta da escola primária em

regime de externato tanto para meninas como para meninos e escola doméstica sendo ofertada também em regime de externato, estendendo seus cursos para a comunidade. O estatuto ainda inclui atividades educacionais que visam o desenvolvimento cultural e religioso das crianças pobres por meio de atividades que envolvam Biblioteca, Discoteca, Teatro, Cinema Educativo, Jogos recreativos, palestras e ainda artes, incrementando as atividades pedagógicas desenvolvidas em seu currículo.

Há indícios de que essa reformulação do estatuto no que concerne a alteração ou legitimação das atividades educativas seja reflexo da parceria realizada em forma de convênio com a Seduc. Apesar do esforço realizado, não obtivemos informações sobre quais disciplinas as crianças cursavam na escola primária, sendo somente encontrado, como já foi discutido, documentos que detalhavam o currículo da educação doméstica.

Na tentativa de pesquisar a faixa etária atendida na instituição a partir da aprovação deste estatuto, foi encontrado em relatório de 1967 (representado na imagem 33) o registro de mudança no sistema de admissão de menores, onde a idade mínima para admissão é de 7 anos e o período de permanência máxima é determinado até o término do primário. O indivíduo também deve ser do sexo feminino, bem como é necessária a apresentação de vários documentos, como atestado de saúde, registro civil de nascimento, preenchimento do formulário de pesquisa e atestado de óbito dos pais.

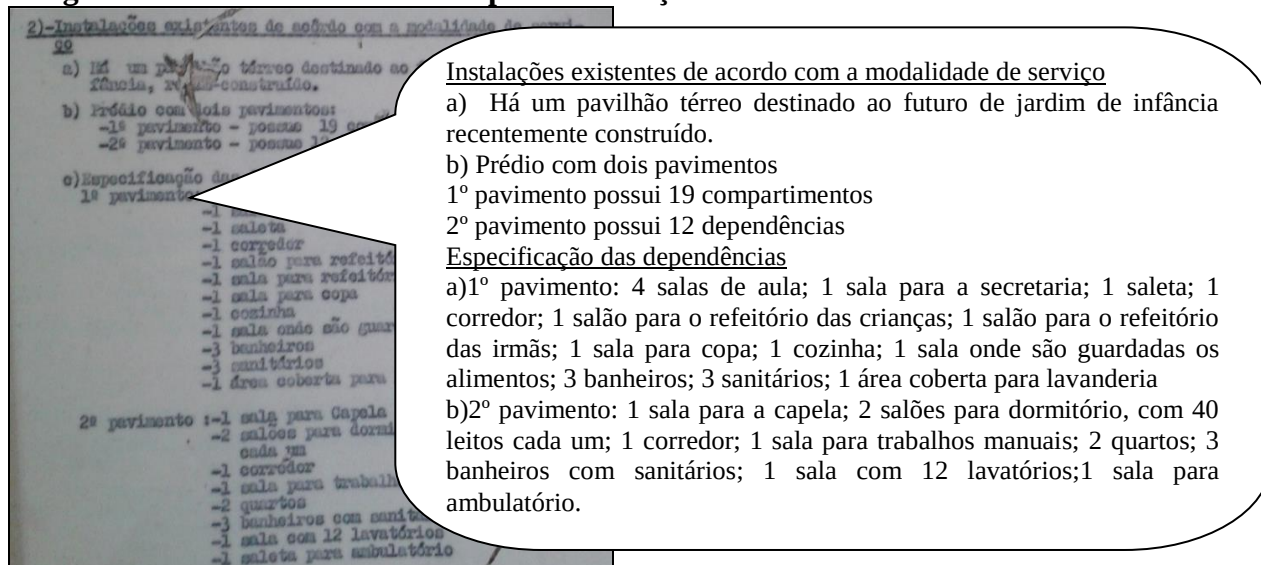
Imagem 33 - Relatório de trabalho para solicitação do convênio com a L.B.A



Fonte: Relatório de trabalho de 1967. Arquivo da Instituição.

No ano de 1967, de acordo com relatório apresentado à Legião Brasileira de Assistência, retratado na imagem 34, a instituição conta com as seguintes instalações

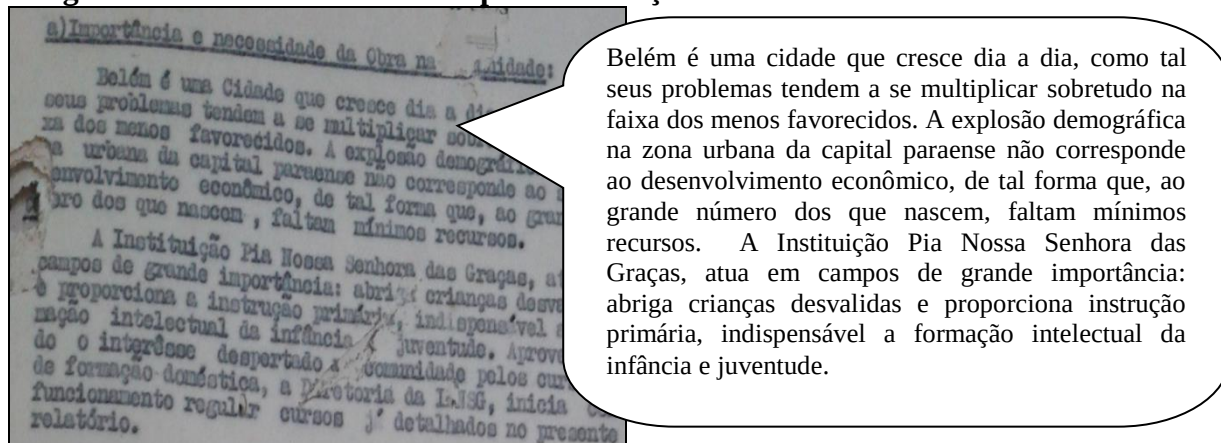
Imagem 34 - Relatório de trabalho para solicitação do convênio com a L.B.A



Fonte: Relatório de trabalho para solicitação do convênio com a L.B.A em 1967. Arquivo da Instituição.

Ainda neste relatório apresentado à L.B.A, destacamos dona Alda explicando, conforme a imagem 35, sobre a importância da obra. Ela descreve brevemente o contexto da cidade de Belém neste período, apontando sobre a relevância social da instituição, sua finalidade e o problema dos menos favorecidos.

Imagem 35: Relatório de trabalho para solicitação do convênio com a L.B.A



Fonte: Relatório de trabalho para solicitação do convênio com a L.B.A em 1967. Arquivo da Instituição.

Além dos cursos domésticos, as internas ainda aprendem a filosofia da Religião Católica, e de acordo com o registro em atas, participam das comemorações como festa junina, natal e de santos, são batizadas e crismadas. O amparo espiritual também é praticado na instituição. São vários os registros das crianças e adolescentes praticando a primeira

comunhão ou a Eucaristia. Na imagem 36, a fotografia do Álbum de 1962 retrata meninas recebendo a 1ª comunhão.

Foi encontrada uma pesquisa realizada por Dona Alda com base em fontes consultadas na Paróquia São Pedro e São Paulo, ambas situadas no Guamá, datada de abril de 1966 e no I.B.G.E, onde, é realizada a caracterização do Bairro em que a instituição está localizada: O Guamá. Esta afirma que o mesmo não tem infraestrutura econômica e possui algumas indústrias como de sabão, vassouras, oficinas e fábricas como Mapasa e Copala. Em relação ao comércio, se limita a classe pobre, que trabalha com venda de alimentos e se constitui em um espaço onde temos 1 mercado, 1 feira, 60 mercearias, 3 padarias, 5 quitandas, 4 açougues, 5 vacarias e 3 hortas.

Imagem 36 - Internas na 1ª comunhão



Fonte: Fotografia da IPNSG, 1962. Arquivo da Instituição.

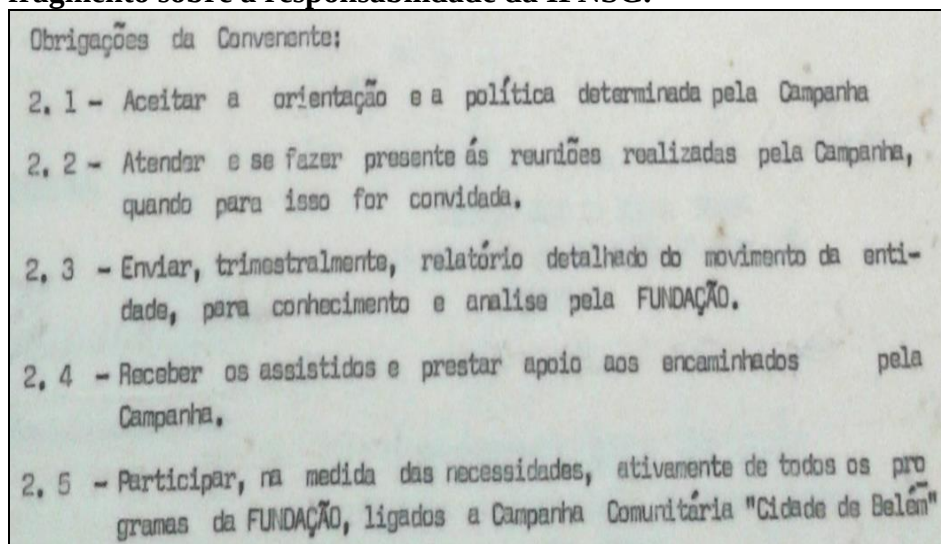
Dona Alda ainda afirma que o Guamá é um bairro composto por 2 escolas estaduais, 5 particulares e o total de municipais não está legível no documento; há 1 clube educativo, 7 clubes recreativos e 5 clubes esportivos; há 1 igreja, 7 templos protestantes e 3 centros espíritas. Porém, é um bairro também composto por casas de jogos num total de 6, casas de prostituição num total de 5, e, de batuques, 8. Dona Alda informa que há um crescente número de menores abandonados e filhos de mães solteiras.

Ainda neste levantamento sobre o Guamá, a população neste ano é de 22.588 e o número de casas não está legível. Nem todas as casas possuem água, e há torneira pública, enquanto a ligação de esgoto ainda está no plano. No que tange à assistência, há 1 posto

médico, 2 consultórios dentários, 2 ambulatórios, 1 posto policial, 1 posto de puericultura e 1 dispensário “Sousa Araújo” (profilático).

O fragmento da imagem 37, trata-se de um documento em que se estabelece convênio com a Fundação Papa João XXIII e explicitam-se as responsabilidades da Instituição Pia Nossa das Graças. Entre elas, o que chama atenção é a obrigação de sua participação, na medida das necessidades, ativamente de todos os programas da fundação, ligados à Campanha Comunitária “Cidade de Belém”. O documento do convênio aponta que esta campanha está relacionada com o encaminhamento dos menores à instituição.

Imagem 37 - Convênio de 08/05/1974, entre a Fundação Papa João XXIII e IPNSG, fragmento sobre a responsabilidade da IPNSG.



Fonte: Convênio Fundação Papa João XXIII e IPNSG, 1974. Arquivo da Instituição.

Ainda na página em que se encontra o registro deste convênio, no canto superior direito há a seguinte Epígrafe: “O capital sem trabalho é corpo sem alma, e o trabalho se cadaveriza quando em rotura com o capital”. Essa epígrafe está vinculada a antiga doutrina social da Igreja na relação capital e trabalho. Calvez (1995) explica que de acordo com o ensinamento mais antigo da igreja, não há capital sem trabalho e não há trabalho sem capital.

Por esta Fundação trazer em seu nome o Papa João XXIII é possível afirmar que nela há impregnada um pouco da filosofia do mesmo. Em Solenidade da Ceia de Nosso Senhor, no dia 11/04/1963 em Roma, é divulgada uma Carta Encíclica do Papa João XXIII, afirmando que a ciência e Igreja podem e devem conviver afinadamente e como isso pode ser feito. Entre suas orientações temos o direcionamento da importância do desenvolvimento integral dos seres humanos em sua formação, no item 150 da Carta

Julgamos também que nos cristãos a ruptura entre fé religiosa e ação temporal resulta, pelo menos em parte, da falta de uma sólida formação cristã. Acontece de fato, demasiadas vezes, em muitos ambientes que não haja proporção entre a instrução científica e a instrução religiosa: a científica estende-se até aos graus superiores do ensino, enquanto a religiosa permanece em grau elementar. Torna-se indispensável, pois, que a educação da mocidade seja integral e ininterrupta, que o conhecimento da religião e a formação do critério moral progridam gradualmente com a assimilação contínua e cada vez mais rica de elementos técnico-científicos. É ainda indispensável que se proporcione aos jovens adequada iniciação no desempenho concreto da própria atividade profissional (CARTA ENCÍCLICA PAPA JOÃO XXIII, 1963)

Assim, a atividade profissional que está ligada a instrução científica, ou seja, ao trabalho que deve fazer parte da moral cristã e dos bons costumes em uma sociedade, bem como este para existir, precisa estar vinculado ao capital e vice-versa, de forma harmoniosa. O Estado como grande mantenedor do capital e a igreja “expert” no cultivar dos corpos, revelam-se como aspectos fundamentais, na formação integral da mocidade.

Instituições de acolhimento preparam a infância e a mocidade pobre, órfã e abandonada para um ofício, dão ensinamentos da filosofia cristã, uma educação para conformidade dos corpos e obediência. Por meio da segregação da sociedade, é dado amparo e formam-se sujeitos uteis à nação. O Papa João XXIII prega que a formação para o trabalho e religião, constituem os itens essenciais para uma formação integral do ser humano, justificando assim essa aliança indissociável entre capital e trabalho, onde a ausência de um, anula a existência do outro.

Procurando documentos que sinalizassem o início desta parceria com Fundação João XXIII, foi encontrada uma ata de 1967, onde trazia o seguinte relato “Uma comissão da Fundação João XXIII esteve no colégio visitando instalações para verificarem a necessidade da casa e ver em que podia ser auxiliada” (ATA, 08/04/1967).

Demarcando o início desta parceria, há o registro da primeira doação feita pela Fundação João XXIII, um total de NCr# 7.000,00 para a reforma do colégio que se iniciaria em Julho (ATA DE 10/06/1967). Mais tarde, em 03/01/1968, conseguimos chegar ao seguinte registro

Foram recebidos nos dias 27/10/67 e 10/11/67, Ncr# 1.360,00, referentes aos meses de Julho e Agosto e no dia 12/12/67 Ncr# 650,00, referente ao mês de Setembro provenientes de internamento de menores pela Fundação do Bem Estar do Menor. A senhora presidente recomendou que a superiora reservasse vagas para L.B.A, governo do estado Fundação João XXIII e Secretaria de Educação. Foram doados 30 colchões pelo Lions Clube Centro. Foi pedido que fosse feito o orçamento para o corrente ano. Foi recebido no dia 12/12/1967, uma verba de NCr# 600,00 do Ministério da Educação. Foi comemorado o Natal de 67 com ofertas de brinquedos do Governo do Estado, Cruzeiro do Sul e da diretoria da Obra. Foi providenciado a Fazenda para compra do uniforme de casa. Esteve presente na Reunião o Snr. Dário

Farias de Lima, coordenador regional do Programa Intensivo de Obra Industrial (ATA DE 03/01/1968).

Neste sentido identificamos a contrapartida na intenção da Fundação João XXIII, em visitar as instalações do prédio e realizar a doação para reforma do Colégio. Neste contexto de início de ano, constatado em Ata, é possível perceber a parceria entre órgãos estatais e instituição, no sentido de reserva de vagas para a FUNPAPA, LBA e Secretaria de Educação bem como o repasse proveniente das internas que a FBESP enviou para serem atendidas pela instituição. Ainda se percebe o Lions Club como parceiro presente no auxílio à IPNSG.

Muitos menores do sexo feminino que passaram pelas Fundações citadas acima, foram encaminhados à Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, para conviver em regime de internato, recebendo instrução de 1ª a 4ª série, Educação Doméstica, e ensinamentos religiosos pautados na Igreja Apostólica Romana. A parceria feita com a Fundação do Bem Estar Social do Pará –FBESP e a Fundação do Nacional Bem Estar do Menor -FUNABEM, funcionava da mesma forma: o envio de 15 a 20 meninas rendendo seu custo na instituição em forma de *per capita* tanto em regime de internato quanto externato, devendo este custo ser repassado mensalmente a instituição pelos cofres públicos.

Em relatório de 1968 enviado à L.B.A, foi encontrado o seguinte registro sobre a finalidade da Instituição: “Instrução e educação geral e internato de menores órfãos e abandonadas reconhecidamente necessitadas” (RELATÓRIO DE TRABALHO PARA SOLICITAÇÃO DO CONVÊNIO COM A L.B.A EM 1968). Entre outras características da Instituição presentes neste relatório há registrado que é uma instituição particular, de Utilidade Pública Municipal desde 1964, de orientação religiosa Católica Apostólica Romana e conta com o auxílio de 3 missionárias do coração eucarístico cedido pelos capuchinhos.

No referido relatório, do ponto de vista econômico, a instituição se mantinha com recursos dos convênios, subvenções (repasse do governo e isenção de impostos), Livro de Ouro, associados e auxílios eventuais. Do ponto de vista técnico, possuía 1 assistente social, 1 médico, 1 engenheiro, 2 auxiliares de enfermagem e 3 religiosas habilitadas nas prendas domésticas. Pelo convênio com a SEDUC ainda tinha 11 professores primários, a maioria normalistas.

No que tange aos objetivos da obra tem-se: “Manter em regime de internato, menores órfãs e abandonadas reconhecidamente pobres, ministrar-lhes a educação primária e doméstica, desenvolver atividades a fim de capacitá-las para uma vida ajustada à comunidade” (RELATÓRIO DE TRABALHO PARA SOLICITAÇÃO DO CONVÊNIO COM A L.B.A, 1968).

No fim do relatório foi registrado que a Instituição trabalhou com 3 cursos, culinária, corte e costura e bordado à mão. Dona Alda registra que as dificuldades financeiras continuam por falta de uma receita que garanta a manutenção e alimentação das crianças. Esta ainda justifica que “pelo grande número de interessados e pela possibilidade do convênio para 1969, pretendemos manter mais 2 cursos, sendo 1 de tapeçaria e 1 de datilografia” (RELATÓRIO DE TRABALHO PARA SOLICITAÇÃO DO CONVÊNIO COM A L.B.A, 1968).

Em documento “Ficha-Relatório apresentado à L.B.A” são fornecidas as informações sobre o curso de corte e costura, totalizando 80 aulas e as frequências das alunas são de 70%, onde o índice de evasão chegou a 30% e justifica-se que a desistência ocorreu por falta de aptidão para o curso. Em relação à avaliação da instrutora, foi informado que esta era excelente, demonstrando todos os requisitos exigidos como: assiduidade, responsabilidade, interesse em transmitir bem as aulas planejadas e atualizadas e, ainda, total integração na vida da Instituição. Neste documento, ainda se infere ao programa como

bem elaborado, prático, para uma iniciação de corte e costura com material didático adequado. Em relação aos alunos é observado que estes sentiram satisfação de terem tido a oportunidade de aprender um ofício, outros de terem ampliado seus conhecimentos e ainda outros de terem adquirido possibilidade de um emprego, com salário melhor (FICHA-RELATÓRIO APRESENTADO À L.B.A, 1968).

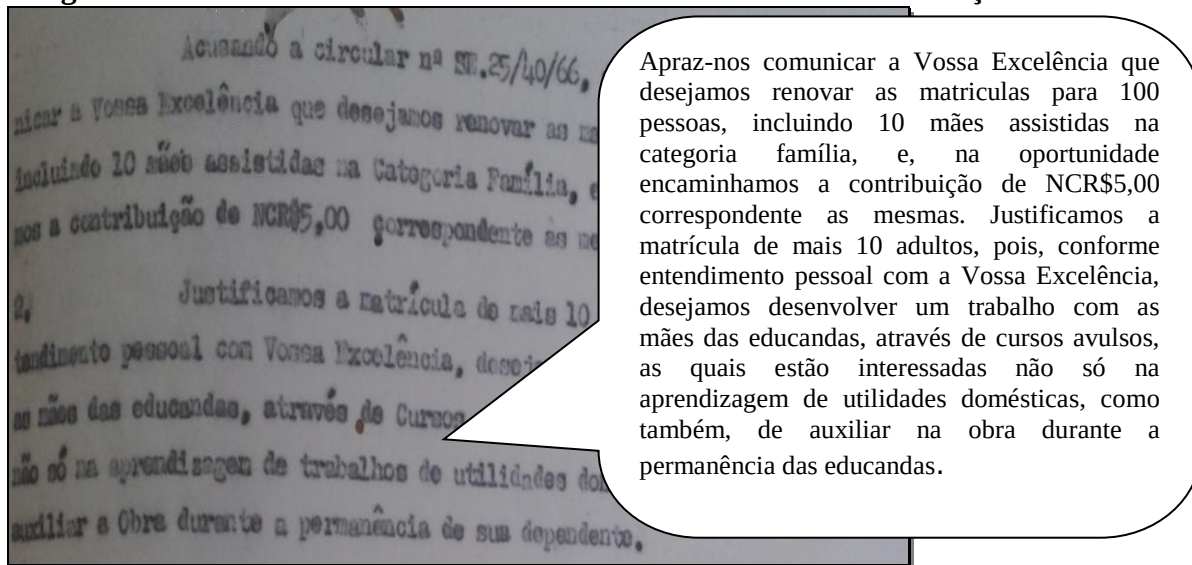
Ainda neste documento são informados os benefícios que os cursos proporcionaram à comunidade como “utilização na vida prática, visando à economia doméstica; possibilidade de emprego e iniciação da mão de obra especializada” (FICHA-RELATÓRIO APRESENTADO À L.B.A, 1968). Vale ressaltar, que foram encontradas informações sobre a instrutora: solteira, costureira, grau de instrução primária e tem experiência em aulas particulares em sua própria residência.

Nos relatórios de correspondências expedidas, constam as parcerias entre variados órgãos públicos em 1968, entre eles temos a Legião Brasileira de Assistência, Fundação do Bem Estar Social do Pará, Fundação Nacional do Bem Estar do Menor, Delegacia Federal da Criança, Fundação Papa João XXIII, Ministério da Educação, Lion's Clube, SEDUC, Cáritas e Prefeitura Municipal de Belém.

Por este viés vemos materializado o que Faleiros (2011) chama de articulação público-privado em um Sistema Nacional, apontando que “em relação ao trabalho e à educação, o Governo Federal estabelece, para os chamados menores, um sistema nacional, com integração do Estado e instituições privadas” (FALEIROS, 2011, p. 53).

Em 1968, ainda foram encontrados relatórios de cursos avulsos, onde foram ministrados cursos de Corte e Costura, Patchuli, Arte Culinária, Noções de Higiene no Lar, Socorro Urgente no Lar e Utilidades Plásticas. As mães das internas foram incluídas para participarem dos cursos avulsos, de acordo com fragmento de ofício de 1967 demonstrado na imagem 38.

Imagem 38 - Acréscimo de mães das internas nas atividades da Instituição.

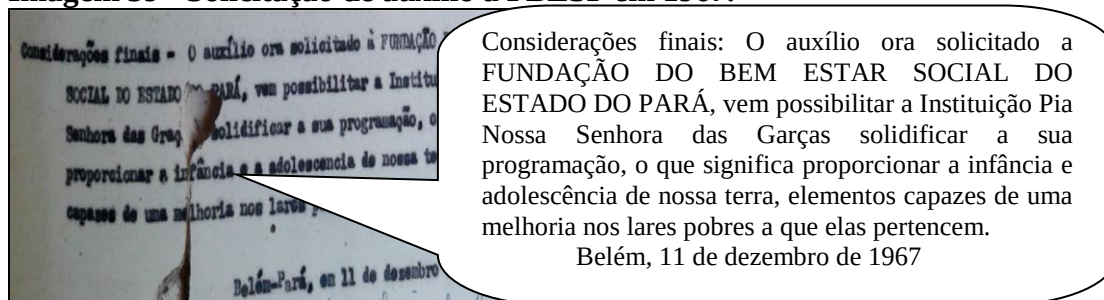


Fonte: Ofício sobre o acréscimo de mães das internas nas atividades da Instituição 1967. Arquivo da Instituição.

Em um ofício de 1967, foram encontrados alguns casos de desligamento das internas matriculadas na instituição, 2 deles foram a pedido do responsável e um deles por indisciplina. A justificativa para o caso 1 foi: sua genitora pode mantê-la; caso 2: Seu pai assumiu a responsabilidade de mantê-la; caso 3: Indisciplina, foi entregue ao pai. Com base no caso 3, infere-se, que o internato não era um ambiente somente para acolher, mas um local que ajusta o indivíduo à sociedade. Um local que provocou na sociedade a cultura da Institucionalização, onde o mau comportamento e as más companhias apresentam-se como justificativa da família para internar os seus.

Ainda em relatório de 1967, Dona Alda, após relatar os cursos ofertados em 1967, e aproveitando o ensejo para pedir máquinas de costurar “SINGER”, fala da importância da parceria com a FBESP, e dá ênfase no impacto da Instituição nos lares da infância e adolescência pobres, auxiliando, assim, a melhoria dos lares pobres aos quais crianças e jovens pertencem, conforme imagem 39.

Imagem 39 - Solicitação de auxílio a FBESP em 1967.



Fonte: Projeto de solicitação de auxílio a FBESP em 1967.

Pensando em diversificar as práticas de atendimento na Instituição, em Ata do dia 09/07/1970, além do relato dos repasses, há o seguinte registro “foi solicitado à Secretaria Estadual de Educação professoras de Educação Física e Canto Orfeônico” e ainda os seguintes repasses “foram recebidas verbas da F.N.B.E.M. e do MEC para a instituição”. Ainda neste documento, no que diz respeito às questões de saúde e em busca de Laboratórios que se sensibilizassem com a situação da criança pobre, foi organizada uma comissão no intuito de conseguir realizar exames médicos nas crianças, assim

Foi uma comissão no Evandro Chagas falar com o diretor para solicitar exames das crianças não tendo sido possível o atendimento do pedido. Novamente a mesma comissão foi ao laboratório “Oswaldo Cruz” tendo os médicos atendido ao pedido (ATA DE 03/08/1968).

Os idealistas desta instituição sabiam da importância de um médico para o atendimento das crianças ali internadas, neste sentido, no ano de 1972 encontramos o comunicado informando que o Dr. Haroldo Menezes seria o médico credenciado da Instituição (ATA DE 09/06/1972).

Em 11/02/1973, ocorre o falecimento de Dona Ilda Seabra de Almeida Martins, sócia-fundadora da Instituição e é com pesar que se registrou sobre este acontecimento, anunciando que seu corpo foi velado no Santuário de São Francisco -Igreja dos Capuchinhos, espaço onde tudo começou com a criação da Associação anunciando também o acontecimento da missa de 7ª dia na Capela da Instituição (ATA DE 17/02/1973).

A instituição segue até o ano de 1975 com as mesmas parcerias para se manter em pleno funcionamento e com mesma finalidade revelada neste estudo em relação ao atendimento às crianças. Com a morte de Dona Ilda, temos Dona Alda a frente da presidência da Instituição, pessoa tão preocupada com a infância e mocidade pobre quanto Dona Ilda, bem como tão persistente como esta, no desenvolvimento do trabalho de assistência e educação à infância pobre no Pará.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Instituição Pia Nossa Senhora das Graças tem sua origem na Associação da Juventude Antoniana ligada a Ordem dos Frades Menores Capuchinhos em parceria com a religiosa Ilda Seabra de Almeida Martins. Criada para tentar aliviar as mazelas sociais pelas quais passavam as crianças pobres do bairro dos Capuchinhos, qual seja, o Guamá, a Associação da Juventude Antoniana tem seus princípios fundados na Ordem Religiosa Franciscana, criada por São Francisco de Assis, marcada pela preocupação em expandir o culto a Deus e pregar o desapego material.

Não podemos esquecer que a grande marca dos Frades Capuchinhos na sociedade são as obras sociais. Com a filosofia da caridade como chave para o céu, promoviam ações voltadas para o amparo da infância em Belém. Essa filosofia está pautada nos fundamentos cristãos que pregam a obediência a Deus e a solidariedade cristã. Associação da Juventude Antoniana tinha seus cargos ocupados somente por mulheres — as antonianas — que, movidas pela ideologia cristã e compaixão pela criança pobre, trabalhavam buscando a sensibilização dos corações por meio de reuniões, Campanhas e outras atividades, no intuito de conseguir parcerias, recursos e sócios para esta grande obra, vista como humanitária e cristã.

Identificamos que o sentido caritativo da Obra transparece nas ações voltadas para a distribuição de alimentos (sopa) e vestuário para crianças que perambulavam no Guamá. A associação realizava campanhas, rifas, quermesses e pedidos de doações a fim de conseguir mais associados e angariar recursos. Com o crescimento da Associação Dona Ilda, idealizadora da obra, viu que poderia ser feito mais em prol das crianças pobres, e lançou a ideia da construção da casa da criança pobre. Neste sentido, os associados embarcam na construção da Casa da Criança Pobre em Belém do Pará.

Assim inicia-se a mobilização para construir a casa da criança pobre, cujo lançamento da pedra fundamental se deu em 25/09/1949, no terreno doado por Dom Mário Vilas Boas. Foram quase 10 anos de intenso trabalho por meio da associação para angariar recursos. As campanhas ocorriam de formas variadas, por meio de cofres espalhados por bares e salões de beleza, promoção de rifas, oferta de músicas pagas no terreno em que iria se construir o prédio da criança pobre, entre outras.

Em 29/01/1950, esta associação se desfez e a denominação da Obra é intitulada “Instituição Pia Nossa Senhora das Graças”. Embora a Instituição ainda mantenha uma relação de aproximação com os Frades Capuchinhos e Arcebispo de Belém, suas ações agora

não eram mais controladas e nem direcionadas pelas ordens religiosas. Agora como estratégia somada às práticas de sensibilização da sociedade em relação à criança pobre em Belém, é utilizada a publicação em Jornais, campanhas, buscando auxílio do Estado em formas de doações de deputados, governadores, órgãos de assistência bem como de empresas privadas.

Assim, após 12 anos, finalmente concluiu-se a construção do prédio da IPNSG, em 1961. Dessa forma, a partir de então, deu-se continuidade ao amparo às crianças em regime de internato, no entanto com capacidade maior para atendimento. Os documentos apontam que a intenção de Dona Ilda em criar esse espaço, pairava sobre a ideia de que estas crianças não mais perambulassem nas ruas, tivessem onde realizar suas refeições do dia, recebendo educação primária e ensinamentos religiosos.

Identificamos que, a partir do ano de 1961, Dona Ilda anunciou, em várias publicações de jornais, que acolhia e instruía a Infância pobre paraense, órfã e abandonada em regime de internato, ofertando educação primária, curso doméstico de corte e costura, ensinamentos religiosos pautados na igreja apostólica romana, bem como ofertando alimentação e vestuário. Documentos também apontam que a filosofia religiosa adotada pela IPNSG era a Católica Apostólica Romana, demonstrando a influência religiosa oriunda da gênese da Instituição.

Ainda em 1961, percebemos que a instituição atendida qualquer idade e ambos os sexos. No entanto, devido à grande procura pelos serviços da Instituição, pela ausência de um médico disponível para a instituição e a presença de muitas crianças doentes, apresentava grandes dificuldades financeiras para manter as crianças em regime de internato. Desta forma, além dos apelos de ajuda realizados às almas caridosas e de criar um regulamento que priorizava meninas de 5 a 21 anos, Ilda mobiliza os associados e voluntários a recorrerem ao auxílio de políticos como Deputados e Governadores, de órgãos e serviços vinculados ao governo e empresas privadas, valendo-se da grande contribuição que a Instituição dava à sociedade.

Neste sentido, podemos inferir que, ao inscrever a IPNSG no Conselho de Assistência Social em 1962, estendiam-se as mãos para a parceria com o Estado, possibilitando o financiamento de suas ações e em contrapartida, além das internas selecionadas pela Instituição, eram recebidas meninas em regime de internato via FBESP, FUNABEM e SAM.

Constatamos que a parceria com a Legião Brasileira de Assistência possibilitou a oferta de cursos na escola doméstica, contribuindo assim nas práticas educativas pautadas no ensino da Tapeçaria, Corte e Costura, Bordado, Datilografia, Pintura, Bonecas dorminhocas, Patchuli, Utilidades do Lar, Arte Culinária, Crochê e Iniciação à lavagem de roupa. Dessa forma, por meio da educação doméstica, a Instituição preparava meninas para o gosto pelo

trabalho e para aprender um ofício. Ainda no quesito educação, a instituição também ofertava escola primária, com ensino elementar de 1ª a 4ª série.

Identificamos que a educação feminina voltada para os serviços domésticos legitima um modelo de educação utilizado de maneira recorrente nos internatos para crianças pobres em Belém, qual seja, aquele voltado para os serviços domésticos. Constatamos que, além da educação doméstica, havia, como prática pedagógica de tradição na IPNSG, os ensinamentos vinculados à religião católica, culminando no ritual da primeira eucaristia e crisma.

Por outro lado, a partir de 1966, os documentos apontam a oferta do curso de Datilografia como opção na prática da educação doméstica. Neste sentido, abre-se nova possibilidade de formação para meninas internas, representando uma modernização na grade de cursos e na aprendizagem.

O contexto estudado aponta que a organização das políticas de assistência por meio de instituições decorrentes de ação do Estado, ocorre devido à preocupação deste com as famílias pobres, onde muitas vezes tem como o responsável pelo sustento da casa o operário ou mãe que precisa trabalhar fora, e não tem com quem deixar sua criança. A referida situação, no entendimento do código de menores de 1927, pode ser caracterizada como abandono.

Neste sentido, documentos apontaram que uma das formas de recolher crianças para o internato adotadas em 1961 pela IPNSG, eram as de visitas feitas pelo assistente social à casa da criança. Outra forma de recolhimento identificadas nos documentos eram seleção e triagem na própria Instituição, por idade, sexo e condição em que enquadrasse a criança nas categorias pobres, órfãs ou abandonadas. Assim, dependendo da situação que a assistente social enquadrasse a criança, poderia ser diagnosticada a necessidade do atendimento em regime de internamento. Isso ocorria porque a mentalidade da época consistia em ver a pobreza e o abandono como um passo para a delinquência.

Constatamos que, apesar de aprovar novo estatuto em 1967, não era informada a idade mínima para ingressar na Instituição Pia Nossa Senhora das Graças. Na tentativa de localizar estes dados, encontramos um relatório de trabalho de 1967, que revelou critérios de admissão de meninas para serem atendidas pela instituição: deveriam ter idade a partir dos 7 anos e sendo desligadas com o término do primário.

Nesse estatuto, percebemos um redimensionamento no público alvo tanto da escola primária que atenderá meninos em regime de externato, como na escola doméstica que estenderá seus cursos à comunidade. Ainda entre as modificações, temos a inclusão de práticas educativas que envolvam Biblioteca, Discoteca, Teatro, Cinema Educativo, Jogos

recreativos, palestras e, ainda, artes. Neste sentido, há indicadores de que essa mudança tenha ocorrido devido ao convênio adotado junto à Secretaria de Estado de Educação em 1965.

No que tange, ainda, à caracterização das crianças atendidas, identificamos por meio das fichas de matrículas que os critérios que legitimam o ambiente de pobreza em que a criança vive, eram sua moradia: feita de barro, madeira, coberta de palha, piso de terra batida ou de tábua, sem água encanada; geralmente não própria ou doada; a família da criança geralmente era numerosa, filho de mãe solteira, órfã ou abandonada. Identificamos também que, além das crianças admitidas em Belém, havia aquelas que vinham de outros Municípios do Pará como Vigia, Marajó, Colares, Acará, Benfica, Mosqueiro, São Domingos do Capim e até de outros estados como Acre, Jarilândia, Amapá e Porto Velho.

As representações e práticas identificadas e analisadas por meio dos documentos da instituição no período estudado apontam que esta foi uma instituição sem fins lucrativos, criada para amparar e educar a infância pobre, órfã e abandonada. Nesse sentido, partindo do conceito de política como ato de administrar e organizar algo, identificamos que a relevância política desse atendimento se pautava na promoção de ações de assistência e educação voltadas para a infância pobre; e destacamos, ainda, que certamente a existência da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças fez grande diferença numa sociedade em que a pobreza e as doenças eram mazelas recorrentes em nossa capital.

Constatamos que a filosofia e a política da Instituição mostrava-se confundida e misturada ao grande projeto de Segurança Nacional, que se iniciou com a era Vargas e se intensificou no Brasil no ano de 1964, com a Política Nacional do Bem Estar do Menor, quando os órgãos atrelados a esta política recolhiam os menores que estavam em situação de pobreza e enviavam aos internatos, na tentativa de livrá-los dos vícios, recebendo visitas de sua família um Domingo por mês, e vivendo em regime fechado. Neste sentido, silenciosamente e de forma não intencional, os documentos apontam que a instituição acabou contribuindo para a consagração do projeto de Segurança Nacional que colocava a criança pobre, órfã e abandonada a um passo da delinquência, alegando a necessidade de sua proteção por meio de Instituições.

Embora tenha compartilhado suas ações com as políticas de atendimento do Estado durante décadas para se manter viva, o mérito dos Idealistas da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças não pode ser retirado, uma vez que contribuiu para a educação e o amparo de centenas de crianças e famílias em Belém, tendo sido, desta forma, de grande relevância social.

Neste sentido, a preocupação dos presidentes Ilda Martins, Afonso Freire e Alda Cunha, bem como de seus associados, com a pobreza e o abandono de crianças na Capital Paraense, levou esta Instituição a realizar um trabalho brilhante e de valiosa importância. Essas pessoas engajaram-se em uma obra filantrópica que surgiu de uma necessidade do momento histórico em que viviam, ajudando a construir e manter o atendimento voltado para a infância pobre, órfã e abandonada em nossa capital. Assim, a Instituição Pia Nossa Senhora das Graças permaneceu até 1975 com as características e perfil de atendimento explanado neste estudo.

FONTES DOCUMENTAIS

Album de fotografia de 1962.

Meninas internas no salão de trabalhos manuais na aula de corte e costura.

Meninas internas em exposição dos trabalhos produzidos no curso de corte e costura.

Campanha da Legião Brasileira de Assistência na Instituição.

Meninas internas praticando a primeira comunhão.

Decretos e Leis

Decreto nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927. Código dos Menores.

Decreto-lei nº 2.024, de 17 de fevereiro de 1940.

Decreto nº 22042 de 03 de novembro de 1932.

Decreto de nº 21.518 de 13 de junho de 1932

Decreto nº 20.442, de 24 de setembro de 1931.

Diário Oficial nº 14.347, de 11 de maio de 1943. Arquivo da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças.

Lei nº 3.853. Diário Oficial do Pará de 30/03/1967.Criação da FBESP

Lei nº 6.022, de 08/06/1966.Criação da FUNDAÇÃO JOÃO XXIII.

Atas

Ata de 16 jan. 1944. Arquivo da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, 1944.

Ata de 29 out. 1944. Arquivo da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, 1944.

Ata de 29 set. 1944. Arquivo da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, 1944.

Ata de 28 mar. 1945 Arquivo da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, 1945.

Ata de 01 jul. 1945. Arquivo da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, 1945.

Ata de 07 abr. 1946. Arquivo da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, 1946

Ata de 2 fev. 1947. Arquivo da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, 1947.

Ata de 5 dez. 1948. Arquivo da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, 1948.

Ata de 6 fev. 1949. Arquivo da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, 1949.

Ata de 5 jun. 1949. Arquivo da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, 1949.

Ata de 25 set. 1949. Arquivo da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, 1949.

Ata de 6 nov. 1949. Arquivo da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, 1949.

Ata de 29 jan. 1950. Arquivo da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, 1950.

Ata de 5 fev. 1950. Arquivo da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, 1950.
Ata de 5 mar. 1950. Arquivo da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, 1950.
Ata de 5 abr. 1950. Arquivo da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, 1950.
Ata de 4 jun. 1950. Arquivo da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, 1950.
Ata de 3 dez. 1950. Arquivo da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, 1950.
Ata de 4 mar. 1951. Arquivo da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, 1951.
Ata de 13 nov. 1952. Arquivo da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, 1952.
Ata de 9 dez. 1952. Arquivo da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, 1952.
Ata de 1 fev. 1953. Arquivo da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, 1953.
Ata de 13 mai. 1953. Arquivo da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, 1953.
Ata de 6 fev. 1955. Arquivo da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, 1955.
Ata de 7 nov. 1955. Arquivo da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, 1955.
Ata de 4 fev. 1961. Arquivo da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, 1961.
Ata de 9 fev. 1961. Arquivo da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, 1961.
Ata de 17 jun. 1961. Arquivo da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, 1961.
Ata 21 nov. 1961. Arquivo da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, 1961.
Ata 08 abr. 1967. Arquivo da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, 1967.
Ata 10 jun. 1967. Arquivo da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, 1967.
Ata 03 jan. 1968. Arquivo da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, 1968.
Ata 03 ago. 1968. Arquivo da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, 1968.
Ata 09 fev. 1970. Arquivo da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, 1970.
Ata 17 fev. 1973. Arquivo da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, 1973.
Ata 09 jun. 1972. Arquivo da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, 1972.
Ata 17 fev. 1973. Arquivo da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, 1973.

Convênios

Convênio Fundação Papa João XXIII e IPNSG, 1974.

Estatuto

ESTATUTO DA INSTITUIÇÃO PIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 1952.

ESTATUTO DA INSTITUIÇÃO PIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 1967.

Escritura Pública de contrato

Escritura Pública de contrato de financiamento para construção do prédio da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, via Caixa Econômica Federal datado de 1954.

Entrevista

Entrevista 1 de uma visita a casa de uma criança, 19/07/1961.

Entrevista 2 de uma visita a casa de uma criança, 19/07/1961.

Fichas de matrícula

Instituição Pia Nossa Senhora das Graças. Ficha de matrícula de 1959 a 1965.

Instituição Pia Nossa Senhora das Graças. Ficha do menor de 1969.

Ficha-Relatório

Ficha-Relatório apresentado à L.B.A em 1968.

Jornais.

A Província do Pará, 03/10/1910.

A Província do Pará, 26/04/1947

A Província do Pará. 26/04/1947.

A Província do Pará, 09/02/1947.

A Província do Pará, 10/09/1949.

A Província do Pará, 14/06/1959.

A Província do Pará, 05/03/1961.

A Província do Pará, 20/04/1961.

A Província do Pará, 16/09/1961.

A Província do Pará, 16/08/1961.

A Província do Pará, 17/09/1961.

A Província do Pará, 03/10/1961.

A Província do Pará, 17/10/1961.

A Província do Pará, 28/10/1961

A Província do Pará, 18/11/1961

A Província do Pará, 24/12/1961.

O Diário do Pará., 10/09/2007.

Estado Pará, 16/09/1961.

Memorial escrito

CUNHA, Alda das Mercês Moreira da. Instituição Pia Nossa Senhora das Graças (IPNSG): 50 anos de vida ativa servindo o Pará. Belém-Pará. Fev. 2000.

Ofícios

Recebido do Delegado Federal da Criança da 1ª Região sobre a distribuição do leite em pó.

Enviado a caritas sobre o programa alimentos para a paz. 1967.

Ofício enviado a L.B.A sobre o acréscimo de mães das internas nas atividades da Instituição.1967.

Ofício enviado a LBA sobre o programa de trabalho com descrição dos trabalhos produzidos em 1967.

Ofício enviado a delegacia federal de Belém sobre o desligamento de meninas em 1967.

Plano de cursos

Plano de cursos avulsos de 1967.

Projetos

Projeto de solicitação de auxílio a FBESP em 1967.

Regulamentos

Regulamento para 1961.02/01/1961.

Relatórios

Relatório de correspondências expedidas de 1968.

Relatório de pesquisa realizada por dona Hilda em 1966.

Relação de trabalhos em Patchuli da L.B.A.1967.

Relatório de trabalho para solicitação do convênio com a L.B.A em 1967.

Relatório de trabalho para solicitação do convênio com a L.B.A em 1968.

Sites Consultados

www.capuchinhos.org/promapa

www.capuchinhos.org.br/historia

www.franciscanos.org.br/brevehistoricodaordemfranciscana

www.pnsbenfica.com

www.promapa.org

Testamento

Testamento da Senhora Ilda Seabra Martins

REFERÊNCIAS

- BACELAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. IN: PINSK, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 3ª ed. – São Paulo: Contexto, 2011.
- BARBOSA, Andreson Carlos Elias. **O Instituto paraense de educandos artífices e a morigerância dos meninos desvalidos na Belém da Belle Époque**; 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) -Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2011. Acessado em 29/10/2014.
- BURKE, Peter. **A escola dos Annales 1919-1989**: A revolução francesa da historiografia. Tradução Nilo Odaia. 2ª edição-São Paulo: Ed. Unesp, 2010.
- CALVEZ, Jean-Yves. **A economia, o homem, a sociedade**: O ensinamento social da Igreja. Tradução de Orlando Soares Moreira. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1995.
- CAMARA, Sônia. Por uma acção preventiva e curativa da infância pobre: os discursos jurídicos-educativos no Brasil e em Portugal nas décadas de 1910-1920. IN: LOPES, Alberto; FILHO, Luciano Mendes de Faria; FERNANDES, Rogério (Orgs). **Para a compreensão histórica da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- CAMARA, Sônia. **Reinventando a Escola**: o ensino profissional feminino na Reforma Fernando de Azevedo de 1927 a 1930. Rio de Janeiro: Quartet, 2013.
- CAMBI, Franco. **A história da pedagogia**. Tradução de Alvaro Lorencini - São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU)-Enciclopédia.
- CASTANHO, Sergio. A institucionalização escolar entre 1879 e 1930. **Série-Estudos - Periódico do Mestrado em Educação da UCDB**. Campo Grande -MS, n. 25, p. 43-56, jan. /jun. 2008. Acessado em 15/08/2015.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 3ª Ed. -Rio de Janeiro: Forense, 2013.
- CF. JOÃO XXIII, **Carta Encicl. Mater et Magistra**, AAS 53 (1961), p. 454. http://w2.vatican.va/content/johnxxiii/pt/encyclicals/documents/hf_jxxiii_enc_11041963_pac_em.html. Acessado em 13/12/2015.
- CHARTIER, Roger. **História Cultural**: Entre práticas e representações. Tradução de Marcia Manoela Galhardo. 2ª ed. -Lisboa, Portugal; Difel, 2002.
- COSTA, Benedito Gonçalves. **A educação de meninas órfãs, desvalidas e pensionistas no asilo de Santo Antônio, no pastorado do Bispo D. Antônio de Macedo Costa em Belém – Pará: 1878 – 1888**. /. Belém, 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará. Belém, 2014.

DUARTE, Antônio Valdir Monteiro. **Órfãos e desvalidas: a formação de meninas no Orphanato Municipal de Belém do Pará (1893–1931)** Uberlândia/2013. Tese (doutorado) Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação. Acessado em 29/10/2014.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, Irene e PILOTTI, Francisco (Orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

FERREIRA, Alessandra pinheiro. **Trajetória da casa de educandos artífices de Manaus (1856-1877)**. 01/10/2011 100 f. Mestrado Acadêmico em Educação: Instituição de Ensino: Universidade Federal do Amazonas, Manaus. Biblioteca depositária: Central da Ufam.

FREITAS, Débora Duarte. **Infâncias em situação de acolhimento**. 01/03/2012 111 f. Mestrado Acadêmico em Educação Física. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Pelotas. Biblioteca Depositária: \Biblioteca Setorial da ESEF-UFPEL.

FREITAS, Marcos César e KULHMANN JR., Moisés. A circulação das idéias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX. In: **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 459-503. Acessado em 15-11-2015.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 334 p.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Tradução de Dante Moreira Lite. São Paulo: Perspectiva, 2005.

GONDRA, José G. & RIZZINI Irma. Higiene, tipologia da infância e institucionalização da criança pobre no Brasil (1875-1899). **Revista Brasileira de Educação** v. 19 n. 58 jul.-set. 2014. 15-11-2015.

GONDRA, José G. (org.). **Infância e escolarização**. Rio de Janeiro: 7letras, 2002.

JANOTTI, Maria de Lourdes. O livro fontes históricas como fonte. IN: PINSK, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 3ª ed. – São Paulo: Contexto, 2011.

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 6ª edição- São Paulo: Cortez, 2001.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Editora Huicitec, 1998.

MATTOSO, K. de Q. A família e o direito no Brasil no século XIX. **Anais do Arquivo do Estado da Bahia**. v. 44, p. 230, 1979.

MESTRINER, Maria Luiza. **O estado entre a filantropia e a assistência social**-3ª Edição. São Paulo, Cortez, 2008.

OLIVEIRA, Juarez Bernardino de. **A infância desvalida na trajetória do Instituto Dona Placidina em Mogi das Cruzes (1931-1966):** Análise da dinâmica do atendimento de meninas órfãs e pobres em uma Instituição de Ensino Católica, Dissertação de Mestrado em Educação–PUC-SP, 2008.

OLIVEIRA, Lúcia Helena M. M.& JR. GATTI Décio. História das instituições educativas: um novo olhar historiográfico. **Cadernos de História da Educação** - v. 1. - no. 1 - jan./dez. 2002. Acessado em 15-10-2015

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: PRIORE, Mary del. (org.). **História das crianças no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2013.

PIMENTA, Adriene Suellen Ferreira. **Educação de meninas no Orphelinato Paraense**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará. Belém, 2013.

PINSK, Carla Bassanezi. & LUCA, Tania Regina de. **O historiador e suas fontes**. edição, 3ª impressão- São Paulo: Contexto, 2013.

PINSK, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 3ª ed. – São Paulo: Contexto, 2011.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Graduação. Sistema Integrado de Bibliotecas. **Orientações para elaboração de trabalhos científicos:** projeto de pesquisa, teses, dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos, conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a American Psychological Association (APA) e o Comitê Internacional de Editores de Revistas Médicas (VANCOUVER). Belo Horizonte, 2015. Disponível em: Acesso em 20/01/2016.

PRIORE, Del Mary. **História das crianças no Brasil**. 7 ed. São Paulo. Ed. Contexto, 2013.

RIZZINI, Irene e RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil:** percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004. 288p.

RIZZINI, Irene. **O século perdido:** raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. A infância sem disfarces: uma leitura histórica. In: **A Arte de Governar crianças:** a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irma. **RIZZINI, Irma**. A pesquisa histórica dos internatos de ensino profissional: revendo as fontes produzidas entre os séculos XIX e XX. **Revista Contemporânea de Educação**, [S.l.], v. 4, n. 7, jan. 2012. ISSN 1809-5747. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1571>>. Acesso em: 15 Jun. 2015.

RIZZINI, Irma. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. IN: **A Arte de Governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RUSSO, Glaucia; CISNE Mirla; BRETTAS, Tatiana. Questão social e Mediação de gênero. **Ser social**, Brasília; vol.: 10, n.22 p.129-159, jan. /jun. 2008.

SABINO, Elianne Barreto. **A assistência e a educação de meninas desvalidas no colégio nossa senhora do amparo na província do Grão-Pará (1860-1889)**. Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2013. (Mestrado em educação). Universidade Federal do Pará. Acessado em 29/10/2014.

SAVIANI, Demerval. Instituições escolares no Brasil: Conceito e reconstrução histórica. In: **História das Instituições Escolares**. NASCIMENTO, M. I. M.; W.; LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (orgs.). Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: Uniso; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

SANTOS, Lyndon de Araújo. **As outras faces do sagrado: Protestantismo e cultura na primeira república**. São Luís: EDUFMA, 2006. In: Escritos de história da educação: Brasil e Portugal/Cesar Augusto Castro, Samuel Luiz Velázquez Castellanos, Margarida Louro Felgueiras (org). São Luís: Café & Lápis, 2012. 392 p.

SILVA, Adriana Aparecida Alves da. **O campo e a cultura escolar de pilar do sul e a imigração japonesa (1934 1976)**. 01/06/2012 187 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade. Biblioteca depositária: Aluísio de Almeida.

TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury. Assistência na previdência social: Uma política marginal. IN: **Os direitos (dos desassistidos) sociais**. SPOSATI, Aldaíza. 7ª ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

TERRA, João Evangelista Martins. **Catequese de índios e negros no Brasil colonial**. Aparecida, Sp: Editora Santuário, 2000.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Internatos, asilos e instituições disciplinares na história da educação brasileira. **Revista Contemporânea de Educação da Ufrj**. 2012. Disponível: www.educacao.ufrj.br/artigos/n7/numero7artigo_1_internatos_asilos_e_instituicoes_alessandra_f_m_de_schueler.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acessado em 15-08-2015.

SCHWARTZMAN, Simon. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/EDUSP, 1984.

SILVA, Lianzi dos Santo; QUIROGA, Ana Maria. **Mulheres em Cena: As novas roupagens do primeiro damismo na Assistência Social**. Rio de Janeiro, 2009. 155p. Dissertação de

Mestrado- Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Infância e pobreza no Rio de Janeiro, 1750-1808**. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 36, p. 129-159, 2002. Editora UFPR.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Os aprendizes da guerra. In: PRIORE, Mary Del. (org.). **História das crianças no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2013.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social** - 4ª Edição. São Paulo: Cortez, 2003.